

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL – PUCRS.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO –
PPGE.**

DEIVIS CASSIANO PHILERENO

**O TURISMO RURAL COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO PARA
PEQUENAS E MÉDIAS PROPRIEDADES RURAIS: ESTUDOS DE CASO NOS
MUNICÍPIOS DE TAQUARA E ROLANTE - RS**

Porto Alegre

2008

DEIVIS CASSIANO PHILERENO

**O TURISMO RURAL COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO PARA
PEQUENAS E MÉDIAS PROPRIEDADES RURAIS: ESTUDOS DE CASO NOS
MUNICÍPIOS DE TAQUARA E ROLANTE - RS**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Economia do Desenvolvimento, pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGE-PUCRS).

Orientador: Prof. Dr. Osmar Tomaz de Souza

Porto Alegre

2008

Dedico esta dissertação a todos os produtores rurais e trabalhadores do campo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em especial à minha amada família, meus pais José Carlos Philereno e Zeclér Hilário, à minha avó, às minhas irmãs, meus cunhados, sobrinhos, sobrinhas, afilhados e amigos pelo carinho e apoio despendido nas horas mais difíceis. Agradeço ao Cosmo, por ter-me iluminado e inspirado no decorrer desta trajetória e por ter colocado uma pessoa capacitada, humana e amiga em meu caminho para ser meu orientador, professor Dr. Osmar Tomaz de Souza, que com seu conhecimento me indicou o caminho a ser percorrido. A todos os meus professores, que souberam transmitir os seus conhecimentos. A EMATER dos municípios de Taquara e Rolante, em especial às funcionárias Carmem e Janelise, que me acompanharam às propriedades e me apresentaram aos produtores para que pudesse obter as informações mais precisas para a realização desta. Aos amigos e colegas do mestrado, Marcel, Pilar, Marcelo, Paulo Rafael, Paulo Juliano, Luiz Both, Letícia, Luziehê, Fábio, Eduardo, Ramiro, Vlamir e Matheus. Que Deus os abençoe hoje e sempre. Paz profunda a vocês.

(Conhece-te a ti mesmo, conhece teu inimigo. Tua vitória jamais correrá risco.
Conhece o lugar, conhece o tempo. Então tua vitória será total.)

SUN TZU

RESUMO

Esta dissertação tem como principal objetivo analisar a importância do turismo rural como fonte de sustentabilidade para o pequeno e médio produtor no município de Taquara. Para isso, comparou-se o município em estudo que ainda não possui o turismo rural, com o município de Rolante, que possui o turismo rural implantado, intitulado “*O Caminho das Pipas*”. Primeiramente realizou-se o estudo da evolução agrária na região do Vale do Sinos e do Paranhana, onde os municípios estão localizados. Após a compreensão desta evolução, procurou-se conhecer um pouco mais sobre a atividade do turismo, em especial, o turismo rural. Também fez-se uma pesquisa de campo junto aos produtores que fazem parte do “*Caminho das Pipas*”, a fim de se certificar se esta atividade colaborou para a sustentabilidade de suas propriedades. Realizou-se a mesma pesquisa no município de Taquara, para saber se estes produtores praticam as atividades que são importantes para a implantação do turismo rural. Foram entrevistados os Secretários do Turismo dos respectivos municípios, comparando os dados relatados pelos agricultores que estão envolvidos com estas atividades com os produtores que não estão. Enfim, analisaram-se e compararam-se as informações desses produtores com as teorias sobre turismo rural e com as políticas de apoio/ação aplicadas pela atual gestão pública dos municípios.

Palavras Chave: Desenvolvimento Rural, Pluriatividade, Turismo Rural e Sustentabilidade.

ABSTRACT

The present thesis has as its main goal, analyzing the importance of rural tourism as a source of sustainability for the small and medium producers at the city of Taquara. In order to do that, it has been compared the city of Taquara, which does not have a rural tourism yet, with the city of Rolante, which already has implanted rural tourism, entitled "*O Caminho das Pipas*". Firstly, this thesis carried out a study about the agrarian evolution at the region of Vale dos Sinos and Paranhana, where both cities are located. After understanding this evolution, it has been trying to understand more deeply the activity of tourism, specially the agrarian one. It has also been done a research field among the producers that are part of "*Caminho das Pipas*", in order to certifying if this activity has helped their property sustainability. The thesis made the same research for the city of Taquara, wondering if those producers have practiced activities that are important for rural tourism implementation. It has been interviewed the Secretaries of Tourism of those respective cities, comparing the related data given by the farmers evolved to the activity with the producers which are not. At the end, the thesis has analyzed and compared the information from those producers with the theories about rural tourism and with support/action policies applied by the current public sector of both cities.

Key Words: Rural development; multi-activities, rural tourism and sustainability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do município de Taquara (RS)	26
Figura 2 - Área de terras devolutas no município de Taquara (RS) – Século XIX.....	27
Figura 3 - Regiões integrantes do município de Taquara (RS)	29
Figura 4 - Localização geográfica dos municípios vizinhos de Rolante e a Capital ..	30
Figura 5 - Municípios que circundam Taquara e Rolante e a distância entre os mesmos.....	31
Figura 6 - Mapa ambiental, econômico e social do município de Rolante.....	33
Figura 7 - Localidade de Boa Esperança, Rolante, mostrando a parte laranja do mapa acima, indicando a preservação da área e o relevo acidentado.....	34
Figura 8 - Expansão da colonização alemã no Vale do Rio do Sinos – 1824 a 1886.	40
Figura 9 - Vista parcial da localidade de Boa Esperança	87
Figura 10 - Placa indicativa do “Caminho das Pipas”	88
Figura 11 - Área de mata plantada e nativa na localidade de Boa Esperança.....	93
Figura 12 - Agroindústria de vinho	94
Figura 13 - Produção artesanal do vinho	95
Figura 14 - Parreiral adubado por insumo químico.	96
Figura 15 - Principais produtos produzidos na comunidade de Boa Esperança	101
Figura 16 - Agroindústrias e pipas de vinho	104
Figura 17 - Primeira festa típica italiana na localidade de Boa Esperança.....	105
Figura 18 - Igreja da comunidade.....	106
Figura 19 - Parreiral com solo coberto pela adubação verde/ orgânica.	109
Figura 20 - Distribuição aproximada das propriedades ao longo do município.	113
Figura 21 - Grupo de aprendizes de artesanato.....	116
Figura 22 - Área de mata natural.....	122
Figura 23 - Área de pastagem nativa	123
Figura 24 - Sangas e córregos existentes nas propriedades.	126
Figura 25 - Área de várzea.....	126
Figura 26 - Áreas quebradas nas propriedades.	127

Figura 27 - Agroindústria de pão, rosca, biscoito etc.131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População do município no período entre 1970 e 2000	32
Tabela 2 - PIB e Renda per Capita do município de Taquara e Rolante no ano de 2004	32
Tabela 3 - População do município de Taquara no período entre 1970 e 2000.....	47
Tabela 4 – Percentual da faixa etária dos responsáveis pelo domicílio e cônjuge....	90
Tabela 5 - Utilização da área da propriedade.....	92
Tabela 6 - Área total das lavouras.....	92
Tabela 7 – Safra/Produtividade dos principais produtos temporais.....	97
Tabela 8 - Produção animal nos últimos 12 meses.....	98
Tabela 9 - Produção derivados de animal nos últimos 12 meses	99
Tabela 10 - Produção artesanal nos últimos 12 meses.....	100
Tabela 11 - Média da produção agrícola anual	102
Tabela 12 - Renda Per Capita.....	102
Tabela 13 - Mudanças ocorridas no estabelecimento.....	106
Tabela 14 - Faixa etária	118
Tabela 15 - Grau de escolaridade	119
Tabela 16 - Área fundiária do estabelecimento	121
Tabela 17 - Área total das lavouras temporárias.....	122
Tabela 18 – Safra/Produtividade dos principais produtos temporais.....	129
Tabela 19 - Produção artesanal agrícola e não agrícola nos últimos 12 meses	130
Tabela 20 - Produção animal nos últimos 12 meses.....	131
Tabela 21 - Produção de derivados de animal nos últimos 12 meses	133
Tabela 22 - Média da produção agrícola anual	134
Tabela 23 - Renda Per Capita.....	135
Tabela 24 - Mudanças ocorridas no estabelecimento	137

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Crédito rural no Brasil (1970 – 1997).....	53
Gráfico 2 - Área do estabelecimento de Rolante.....	91
Gráfico 3 - Área do estabelecimento de Taquara.....	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Contratos Pronaf's nos municípios em estudos.....	141
--	-----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	JUSTIFICATIVA	20
1.2	ASPECTOS METODOLÓGICOS	22
2	O DESENVOLVIMENTO RURAL NO VALE DO SINOS E PARANHANA: UMA APROXIMAÇÃO A PARTIR DA EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS EM TAQUARA E ROLANTE.....	25
2.1	O DESENVOLVIMENTO RURAL NOS MUNICÍPIOS DE TAQUARA E ROLANTE: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONTEMPORÂNEOS	25
2.1.1	Caracterização geral do município de Taquara	25
2.1.2	Caracterização geral do município de Rolante	29
2.1.3	Evolução e dinâmica dos Sistemas Agrário nas localidades de Taquara (RS) e Rolante (RS).....	35
2.2	O DESENVOLVIMENTO RURAL EM DEBATE: ASPECTOS HISTÓRICOS E IMPLICAÇÕES PARA O RURAL LOCAL	51
2.3	A PLURIATIVIDADE RURAL	56
3	DESENVOLVIMENTO LOCAL E TURISMO RURAL: UMA APROXIMAÇÃO PRELIMINAR	62
3.1	TURISMO.....	65
3.1.1	Conceito	66
3.2	TERMINOLOGIAS DO TURISMO RURAL.....	74
3.3	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL NO BRASIL.....	80
3.4	IMPACTOS NEGATIVOS CAUSADOS PELO TURISMO.....	83
4	INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA NO MUNICÍPIO DE ROLANTE	86
4.1	INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA NO MUNICÍPIO DE TAQUARA	113
4.3	POLÍTICAS DE APOIO AO TURISMO RURAL.....	140
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
	REFERÊNCIAS.....	154

ANEXOS	162
ANEXO A - CONTRATOS PRONAF - RS	163
ANEXO B - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.....	165
ANEXO C - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS PRODUTORES.....	166

1 INTRODUÇÃO

Durante a segunda metade do século passado, a agricultura e o rural brasileiro foram objetos de intenso debate, especialmente por conta do seu papel no desenvolvimento econômico nacional. Trabalhos como os de Rangel (1962), Prado Jr. (1972), Guimarães (1964), Delfin Netto (1966), Castro (1969) dentre outros, são exemplos do quanto o agrícola e o agrário mobilizaram a intelectualidade do país. Naquele período, especialmente entre os anos de 1950 e 1960, as visões sobre o mundo rural nacional se diferenciavam em especial sobre a necessidade ou não da reforma agrária para impulsionar o desenvolvimento agrícola brasileiro. As propostas ligadas ao desenvolvimento sem a reforma agrária prevaleceram e, na segunda metade da década de 1960, entrou em ação um complexo conjunto de políticas públicas de modernização agrícola.

É possível afirmar que a preocupação central daquelas políticas consistia em dotar a agricultura brasileira de condições suficientes para que: aumentasse a produção de alimentos e matérias-primas para abastecer o setor urbano-industrial; aumentasse a geração de excedentes exportáveis e de divisas; as compras agrícolas de outros setores da economia (principalmente a aquisição de insumos, máquinas e equipamentos) fossem ampliadas.

Para Leite (2001), as políticas públicas de modernização alcançaram o seu auge durante os anos de 1970, quando o volume do crédito rural atingiu o maior patamar da história. Sob a influência daquelas políticas, as mudanças no rural brasileiro foram expressivas, conforme atestam os trabalhos de Graziano da Silva (1997), Kageyama (1998), etc. Contudo a elevada seletividade do crédito durante o período, aprofundou as diferenças socioeconômicas e técnicas entre pequenos, médios e grandes agricultores, bem como entre regiões do país e estados. Conforme Elesbão (2000), a Política Agrícola no Brasil nas décadas de 70 e 80, principalmente através da Política de Crédito Rural, foi direcionado a atender médios e grandes produtores, privilegiando culturas de exportação em detrimento das culturas domésticas, desamparando o pequeno agricultor familiar e pauperizando o campo. O autor aponta que este modelo altamente excludente, que alterou o mercado de trabalho agrícola e o poder de decisão do processo produtivo, dava aos

pequenos agricultores duas alternativas: migrar para os centros urbanos em busca de novas perspectivas e ocasionar com isso um grande êxodo rural ou buscar uma remuneração complementar com a realização de atividades não agrícolas, fenômeno denominado de pluriatividade.

É a partir da década de 1980 que tais diferenças vão emergir de forma mais contundente, pois é nesse período que a política de crédito abundante entra em declínio. No Rio Grande do Sul e em muitos dos seus municípios, pode-se encontrar muitos exemplos de impactos daquelas políticas. Alguns autores como Baldasso (2001), Schneider (1999) e Graziano da Silva (2000) entre outros, estudaram sobre o assunto.

Com a falta de crédito para os pequenos e médios produtores a fim de que pudessem dar seqüência às suas atividades e competirem com os preços dos grandes produtores, ocorreu a saída em massa dos produtores de suas propriedades em busca de uma expectativa de vida melhor. O êxodo rural observado no Estado, a partir da década de 1970, corrobora esta afirmação. Em 1970, a população rural representava 46,67% da população total do Estado. Em 1980, havia se reduzido para a casa dos 32,47% e, em 2000, representavam apenas 18,35% da população total (IBGE, 2000)

A expansão da produção de soja, que ganhou impulso nos anos de 1950 e se disseminou rapidamente por todos os Estados do sul do Brasil durante a década de 1960, também contribuiu para as mudanças na agricultura estadual.

Na década de 1970, essa cultura chegou a ocupar 60% do total da área plantada no Estado. Somando-se a isso, a citada política de modernização agrícola que também teve papel importante nas mudanças verificadas no agrícola e no rural do Rio Grande do Sul. Isto porque as mudanças da base técnica com o aumento da utilização de maquinários na produção diminuíram a necessidade de mão-de-obra e estimulou a saída do campo. Ao final da década de 70, as transformações ocasionadas pela difusão da soja e pela modernização tecnológica da agricultura revelaram-se particularmente intensas na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Alto Uruguai, Missões), conforme ressalta Schneider (1999). Em razão disso, um grande contingente de colonos viu-se forçado a abandonar suas atividades rurais e buscar alternativas para sua reprodução face à impossibilidade de incorporação destas novas tecnologias e sua adequação ao padrão produtivo que passava a vigorar.

O mesmo autor identifica as principais alternativas encontradas por esses agricultores. A primeira delas consistia nos projetos de colonização, através dos quais milhares de agricultores do Sul se transferiram para o Norte e para o Centro-Oeste do Brasil. Uma segunda possibilidade passou a ser as novas estratégias de produção como a parceria e o pequeno arrendamento. Uma última maneira dos pequenos agricultores enfrentarem os efeitos das transformações técnico-produtivas foi a migração, que conduziu milhares de colonos, arrendatários, meeiros, sem-terras e outros ao assalariamento nos centros urbano-industriais, particularmente na indústria coureiro - calçadista do Vale dos Sinos e Vale do Paranhana (SCHNEIDER, 1999). Esta última estratégia é importante para se entender as dinâmicas das economias dos municípios de Taquara e Rolante, objetos de estudo neste trabalho, como será visto mais adiante.

Além disso, havia falhas no mecanismo de crédito, conforme destacam Bacha e Rocha (apud SCHNEIDER, 1999) visto que esse era concentrado nas mãos de poucos agricultores e beneficiava uma quantidade restrita de culturas.

Na agricultura dos municípios de Taquara e Rolante, este também é um aspecto histórico importante, visto que se trata de uma agricultura de pequeno porte. Segundo o (IBGE, 1996), o município de Taquara contava no último Censo Agropecuário com um total de 1261 propriedades, sendo que 1178 propriedades situavam-se no estrato igual ou inferior a 50 hectares, representando 93,42% do total, enquanto que o município de Rolante, de acordo com o mesmo órgão, possui 838 propriedades, sendo que 803 possuem área menor ou igual a 50 hectares, o que representa 95,82% das propriedades. Além da predominância das pequenas propriedades, as características geográficas e físicas do rural dos municípios são muito semelhantes, com relevo bastante acidentado, restrições de uso do solo e o tipo de produção predominante (mandioca, milho, arroz, feijão e criação de animais em pequena escala) que não estavam no rol dos maiores beneficiários da política de crédito do período da modernização, foram também estes, os principais fatores que contribuíram para que os agricultores locais pouco acessassem o crédito rural no período da modernização, fazendo com que os produtores destas localidades, também migrassem para os centros urbano-industrial.

Com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), na década de 1990, parte do crédito passa a ser direcionado especialmente para a agricultura familiar, sinalizando para uma possível mudança no

cenário da agricultura estadual e local. Nessa política, o discurso em favor da sustentabilidade se faz presente. Entretanto, a realidade tem mostrado que este Programa ainda permanece muito aquém do almejado, uma vez que predomina o simples incentivo à produtividade e a supersafra, sem contestação dos processos produtivos vigentes no país, como salienta Altafin (2003).

A abertura comercial com vistas à estabilização inflacionária brasileira, também nos anos 1990 com o Plano Real, acentuou o quadro de fragilidade da agricultura dos municípios, especialmente pela redução dos preços dos produtos agrícolas. Ainda assim, o êxodo da população rural no município de Taquara estacionou a partir da década de 1990, no mesmo período o município de Rolante também conseguiu amenizar o êxodo. Porém, na década seguinte, a de 2000, sofre novamente um novo êxodo, migrando seus produtores desta vez não mais para o centro urbano de seu município, mas para os centros urbanos de outros municípios em busca de novas oportunidades. Entre 1970 e 1991, a participação relativa da população rural no total do município de Taquara, havia passado de 41,34% para 17,35%. Neste mesmo período, respectivamente, a participação relativa da população rural rolantense passava de 83,31% para 25,71% (IBGE, 2000). Já, nos anos seguintes, observou-se incremento relativo da mesma no município de Taquara, enquanto a de Rolante continuava a diminuir. Em 2000, o IBGE apontava que a população total taquarense era de 52 mil pessoas, sendo que dessas, 9,7 mil pessoas (18,36%) possuíam domicílio rural. Já a população rolantense era de 17,8 mil pessoas e 3,9 mil possuem domicílio rural, representando atualmente (21,98%).

Com relação à renda per capita, o município de Taquara apresenta uma das menores do estado. Segundo dados da Fundação de Economia e Estatística do RS (FEE, 2006), o município ocupava a 15ª pior colocação estadual nesse mesmo quesito, ou seja, estava ocupando a 482ª colocação, enquanto que a renda per capita rolantense neste mesmo período ocupava a 442ª colocação no ranking gaúcho. É nesse cenário de fragilidade socioeconômica que se desenvolveu a presente pesquisa, buscando entender a evolução recente da agricultura e do rural municipal e, especialmente, responder aos seguintes questionamentos: Qual a importância do turismo rural para a geração de trabalho e renda em pequenas e médias propriedades rurais? O turismo rural pode contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, sendo capaz de contemplar dimensões econômicas, sociais, ambientais e culturais do desenvolvimento?

Por isso, teve como objetivo geral, analisar a importância do turismo rural como alternativa de trabalho e renda para as pequenas e médias propriedades rurais e suas possibilidades como indutor do desenvolvimento rural sustentável em suas múltiplas dimensões nos municípios de Taquara (RS) e Rolante (RS).

Como objetivos específicos, a pesquisa buscou o seguinte:

1. Caracterizar a agricultura, o rural e o regional dos municípios de Taquara e Rolante (RS), enfatizando as principais transformações ocorridas em seus sistemas produtivos e agrários a partir da década de 1970;
2. Estudar as potencialidades do turismo rural como alternativa de desenvolvimento rural a partir de outras experiências;
3. Identificar, com base no levantamento de dados e indicadores sociais, econômicos, culturais e ambientais, através da pesquisa de campo, as possibilidades do turismo rural para o desenvolvimento rural sustentável em propriedades rurais familiares;
4. Identificar a existência de ações e políticas de desenvolvimento do turismo rural, bem como sua coerência frente à realidade da agricultura e do rural local.

1.1 JUSTIFICATIVA

Conforme atesta Schneider (1999), com a saída do produtor na década de 50, para trabalhar nas empresas calçadistas que começaram a se instalar na região do Vale dos Sinos e Vale do Paranhana, muitas das pequenas e médias propriedades ficaram à mercê do tempo, ou sob os cuidados dos patronos. As famílias que lá permaneceram, poucas possibilidades de crescimento e desenvolvimento encontraram.

Este tipo de agricultura tem sofrido a influência de alguns problemas básicos: insuficiência na disponibilidade de terras férteis, utilização de tecnologia mais eficiente para as operações agrícolas e acesso ao crédito. Em razão disso, o meio rural brasileiro e regional tem sofrido, pelo menos nas últimas três décadas, sensíveis transformações.

Na região em estudo, especialmente em Taquara e Rolante, os proprietários e seus descendentes estão sendo obrigados a buscar novas alternativas nos centros

urbanos, sujeitando-se ao agravamento dos problemas econômicos e sociais. Os que não abandonaram seus locais de trabalho passam a se dedicar, no próprio meio rural, a atividades não agrícolas, procurando assim, obter um complemento para sua renda. Dessa forma, a formação complementar da renda dos produtores rurais, principalmente dos pequenos, tem recebido uma contribuição cada vez maior das atividades não agrícolas, uma vez que essas se constituem em fontes geradoras de empregos, melhorando a qualidade de vida das famílias residentes em áreas rurais e, assim, permitindo a redução do isolamento social e a maior fixação do homem no campo (SCHNEIDER, 1999).

Graziano da Silva e Grossi (1999) colocam que um dos maiores desafios da política rural no Brasil é garantir a esse enorme contingente de pequenos agricultores sua permanência no campo, evitando o êxodo rural. É necessário para isso oferecer-lhes emprego e nível de renda para assegurar-lhes a possibilidade de adequada qualidade de vida, com mais facilidade de acesso à educação e à saúde. Consideram os autores que, na atualidade, o mercado rural absorve crescentes atividades de diversas naturezas. Atividades não agrícolas como: o turismo rural, o agroturismo, o turismo ecológico e outras formas de lazer que no meio rural, possibilitam ótimas alternativas de renda e de emprego para as famílias dos pequenos produtores.

Diante da realidade do rural local, acredita-se que a implantação do turismo rural poderá contribuir para o desenvolvimento da zona rural dos municípios e, conseqüentemente, para o seu todo. Logo, a compreensão desta atividade e seus impactos na agricultura, especialmente a agricultura familiar aqui estudada pode auxiliar na construção de instrumentos que permitam o desenvolvimento econômico, político, social e cultural da sociedade envolvida nos termos ressaltados por Cavaco (1996).

Para tanto, esta dissertação está assim estruturada:

O capítulo 1 é destinado à apresentação do trabalho, à justificativa aos objetivos gerais e específicos e aos aspectos metodológicos.

No capítulo 2, será apresentado o desenvolvimento do rural no Vale do Sinos e Paranhana, o que se faz a partir da evolução dos Sistemas Agrários dos municípios de Taquara e Rolante.

No capítulo 3, discutem-se o desenvolvimento local e o turismo rural, os principais conceitos elaborados por pesquisadores do assunto. Tratar-se-á das

diferentes terminologias utilizadas para diferenciar o tema, surgimento e desenvolvimento do turismo rural no Brasil, seus benefícios e os aspectos negativos associados a ele.

No capítulo 4, são apresentados e analisados os resultados da pesquisa de campo realizados com os agricultores no município de Taquara e Rolante, também tratamos das políticas de apoio à atividade turística, entendidas como um fator chave para o desenvolvimento do turismo local.

Por fim, no capítulo 5, apresentam-se as considerações finais deste trabalho.

1.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Blalock (1976), ensina que a metodologia escolhida deve ser utilizada de maneira flexível. A orientação da dissertação procura adaptar-se às situações encontradas no decorrer da pesquisa. Na medida em que o sentido do problema se torna mais preciso, há necessidade de freqüentes mudanças no processo de pesquisa, a fim de serem obtidos dados significativos para as hipóteses emergentes. É notório que a falta de informações e a limitada teoria sobre o turismo rural leva a adotar a perspectiva exploratória neste estudo, a fim de se perceberem as hipóteses que dele possam emergir. Há grande número de variáveis de interesse relevante e potencial para os objetivos do trabalho. Entretanto, a falta de conhecimento prévio ou de teoria sobre o assunto, que possa convalidar hipóteses já testadas, como ponto de partida deste estudo, aconselha a adoção, como sugere Blalock (1976), de abordagem exploratória flexível.

Neste sentido, garante Macêdo (2001 p.35) que “a principal busca dos estudos exploratórios refere-se à descoberta de idéias e intuições, as quais podem ser obtidas pela forma quantitativa ou qualitativa”, não exigindo necessariamente a formulação de hipóteses nos moldes dos estudos explicativos. Para o mesmo autor, os objetivos dos estudos exploratórios podem ser resumidos em três pontos principais, a saber: “familiarizar-se com o fenômeno ou conseguir nova compreensão dele para poder formular problemas mais precisos de pesquisa e elaborar novas hipóteses; os estudos exploratórios exigem procedimentos sistemáticos para a obtenção de observações empíricas e/ou para as análises de dados; nos estudos

exploratórios, o pesquisador deve ir além de descrições quantitativas e/ou qualitativas tentando conceituar as inter-relações entre os fenômenos observados”.

Para a realização deste trabalho, foram feitos estudos bibliográficos e pesquisa de campo.

Nos estudos bibliográficos, pretendeu-se aprofundar o conhecimento sobre os diversos tipos de turismo existentes, em especial o turismo rural, o desenvolvimento regional e local, os prós e os contras que o turismo rural possa causar ao município que o está implantando.

Na pesquisa de campo, envolvendo propriedades que desenvolvem atividades de turismo rural nos municípios de Taquara e Rolante, buscou-se coletar dados e informações sobre os aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais associados à atividade turística, capazes de indicar a existência ou não do potencial de desenvolvimento rural associado a tal atividade.

A pesquisa no município de Rolante aconteceu no “*Caminho das pipas*”, mais precisamente na região da Boa Esperança, onde atualmente se encontram oito produtores que fazem parte desta rota sendo que a entrevista procurou abranger a todas as propriedades.

Na localidade de Taquara, com o apoio da EMATER, 14 propriedades foram selecionadas, que segundo este órgão, são propriedades que possuem condições de desenvolver o turismo rural. A EMATER, junto com a Prefeitura Municipal de Taquara, iniciou um projeto de turismo rural no município, intitulado “*Os Caminhos de Rodeio Bonito*”, porém este projeto, no momento da realização desta dissertação, estava parado.

As entrevistas foram realizadas no mês de agosto em ambos os municípios, com a utilização de um questionário previamente elaborado. O mesmo questionário foi aplicado para ambos municípios e as propriedades escolhidas foram as de pequeno e médio porte, que é o objeto de estudo deste trabalho.

Xico Graziano (2004) nos diz que a propriedade deve ser calculada através do conceito de módulo rural e que através de fins tributário gerou um novo conceito, denominado módulo fiscal. Para ele, a dimensão da propriedade passou a ser calculada através desse módulo. Um módulo pode possuir diferentes tamanhos conforme a região do país em que estiver situada a propriedade. Na região Sul, por exemplo, um módulo possui entre 10 e 20 hectares, enquanto no Mato Grosso ou Goiás atinge 50 a 100 hectares.

Essa variação de tamanho do módulo, conforme a região se dá pelo grau de fertilidade do solo, distância dos centros comerciais, entre outros.

Ainda segundo o autor, a pequena propriedade tem entre 1 e 4 módulos fiscais, a média apresenta entre 4 e 15 módulos. Acima desse tamanho a propriedade estaria enquadrada em uma posição de grande propriedade.

Neste caso a pequena propriedade estudada deverá possuir no mínimo 10 hectares (tamanho mínimo de um módulo fiscal de uma pequena propriedade na região sul) e no máximo 300 hectares (limite máximo).

2 O DESENVOLVIMENTO RURAL NO VALE DO SINOS E PARANHANA: UMA APROXIMAÇÃO A PARTIR DA EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS EM TAQUARA E ROLANTE

2.1 O DESENVOLVIMENTO RURAL NOS MUNICÍPIOS DE TAQUARA E ROLANTE: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONTEMPORÂNEOS

2.1.1 Caracterização geral do município de Taquara

Geograficamente Taquara está localizada na Encosta Inferior da Microrregião Colonial da Encosta da Serra Geral, a 72 Km da capital - Porto Alegre, a 40 Km de Gramado, 48 Km de Canela e 40 Km de São Francisco de Paula (Figura 1).

Segundo os dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2006), a população do município de Taquara atualmente é de 56.376 habitantes, distribuídos em uma área de 457,1 km². O município apresenta um PIB per capita de R\$5.752,00, o que o coloca na 15^a pior renda do Estado.

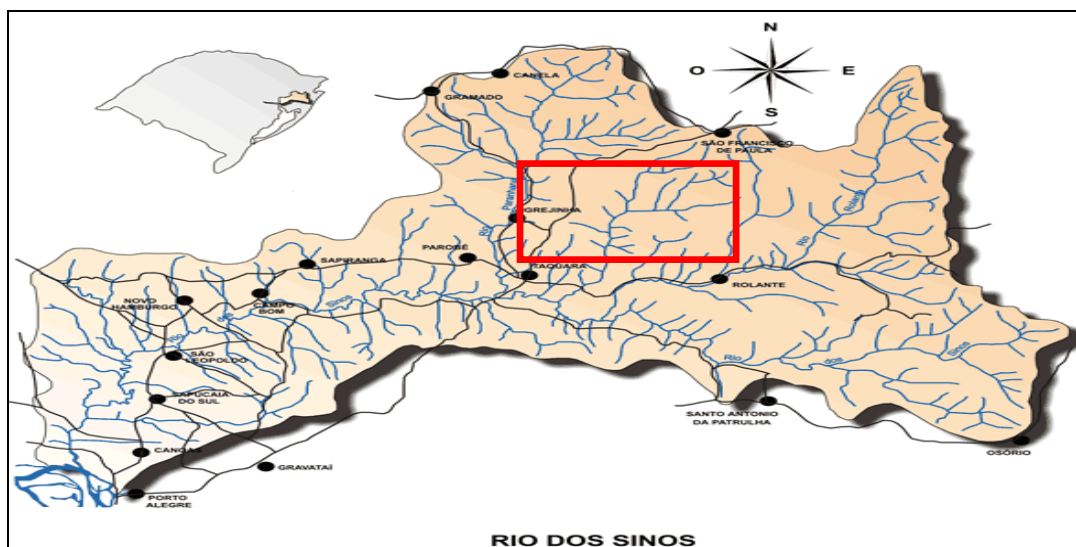
Ambientalmente o território conta com uma diversidade muito grande. Possui desde mata atlântica preservada à planície alagada e fértil por onde passa o Rio dos Sinos. Os principais rios que passam pela localidade de Taquara são: Rolante, Paranhana, Padilha e Rio da Ilha.



Figura 1 - Localização do Município de Taquara (RS).

Fonte: www.wikipédia.com.br

O município de Taquara é fruto de um contexto de formação, consolidação e disputas de terras ocorridas em todo o Império Brasileiro no século XIX. Pode-se dizer que a localidade de Taquara, em sua origem, era formada basicamente por uma população de grandes fazendeiros portugueses e seus escravos. Consistia uma grande área de terras devolutas entre os Rios: Santa Maria, dos Sinos e Rolante, até o sertão de cima da serra, atual Padilha, formando um verdadeiro retângulo de terras sem donos (Figura 2).



**Figura 2 - Área de Terras Devolutas no Município de Taquara (RS)
– Século XIX**

Fonte: www.wikipédia.com.br

Com a chegada dos primeiros imigrantes alemães e italianos em 7 de setembro de 1846, deu-se início à colonização da Fazenda do Mundo Novo e, em 24 de setembro de 1880, foi instalada a 1ª Comarca de Taquara. O município surgiu com a Lei Provincial n.º 1568, de 17 de abril de 1886.

Associando-se aspectos físico-naturais e sócio-econômicos, o município de Taquara pode ser dividido em 06 regiões, conforme indicado na Figura 3.

A Região 1, situada a Nordeste da sede municipal, compõe-se das localidades de Lajeadoinho, Rodeio Bonito, Batingueira, Padilha Velha e Passo da Ilha. Essa região caracteriza-se por solos argilosos, vegetação predominantemente de mata Atlântica preservada, abundância de fauna silvestre, economia baseada na pequena agricultura familiar e incipiente turismo rural. Nessa região, devido às características do solo, que é muito acidentado, prevalece a utilização de tração animal nas atividades agrícolas em sua grande maioria.

A leste da sede urbana de Taquara está a região 2, composta pelas localidades de Tucanos, Quarto Frio, Morro Alto, Ilha Nova e Açoita Cavallo, caracteriza-se principalmente pela sua agricultura especializada. É nesta região de solos arenoso-argiloso, que estão as Associações de Agricultores com base na agroindústria de hortifrutigranjeiro.

A região 3 situa-se ao Sul da sede municipal e é composta pelas localidades de Olhos D'Água, Moquém, Padre Tomé, Rio da Ilha, Entrepelado, Passo do Mundo

Novo, Passo dos Ferreiros, Morro do Meio, Linha São João e Freguesia do Mundo Novo.

Nessa região, encontram-se solos arenosos e vegetação rasteira, campos nativos, grande quantidade de água o que possibilita as principais atividades econômicas desenvolvidas que são: o setor leiteiro, o gado de corte e a piscicultura, encontra-se também cultivo de arroz nas áreas inundáveis das partes mais baixas. É neste compartimento municipal que predominam as propriedades de agricultura mecanizada, com uso de tratores e implementos agrícolas. Por ser uma região fértil, devido às inundações, esta área é considerada a mais desenvolvida do município. Nela também é desenvolvida a piscicultura, com açudes construídos em lugares onde as inundações não atingem. A plantação de milho e sorgo é observada com maior intensidade, pois servem tanto para o consumo na forma de silagem quanto em grãos para a complementação da alimentação do gado leiteiro e de corte no inverno.

A região 4, localizada a Sudoeste da sede urbana, engloba as localidades de Paredão, Alto Paredão, Santa Cristina do Pinhal e Santa Cruz da Concórdia. Nessa região, o solo é de arenito, o relevo é acidentado e a vegetação é composta, principalmente, por capoeiras. Sua principal característica é a quase ausência de água superficial devido a sua altitude. A economia deste compartimento está voltada para o extrativismo de pedra grês. A localidade de Paredão possui uma população de etnia predominantemente negra, sendo que as famílias-tronco da comunidade possivelmente eram escravos dos grandes fazendeiros que se estabeleceram naquele local. Nessa região destaca-se também a criação de cabras, que está ligada a tipologia da região. Porém, a criação desse animal não se realiza em grande escala, mas visa atender a necessidades familiares.

A região 5, situada no extremo Oeste do município, inclui as localidades de Morro Negro, Boa Vista, Pega Fogo e Fazenda Fialho. Também é uma região composta por solo arenito, dificuldade de água superficial nas áreas mais altas, vegetação composta por capoeiras e economia baseada na extração de pedras. Contudo, a região caracteriza-se ainda pelo pluriativismo, pois grande parte dos seus moradores trabalham em fábricas de calçados, localizadas no município de Parobé.

A região 6 inclui a Zona Urbana do município de Taquara. Nessa, as principais atividades são a indústria de calçados e o comércio.



Figura 3 - Regiões integrantes do município de Taquara (RS)

Fonte: www.taquara.br

2.1.2 Caracterização geral do município de Rolante

O município de Rolante localiza-se próximo à Região Metropolitana de Porto Alegre, no Vale dos Sinos, Paranhana / Encosta da Serra, distante a 98 Km da capital e fazendo divisa com os municípios de Taquara, São Francisco de Paula, Riozinho, Santo Antônio da Patrulha, conforme pode ser observado na Figura 4.

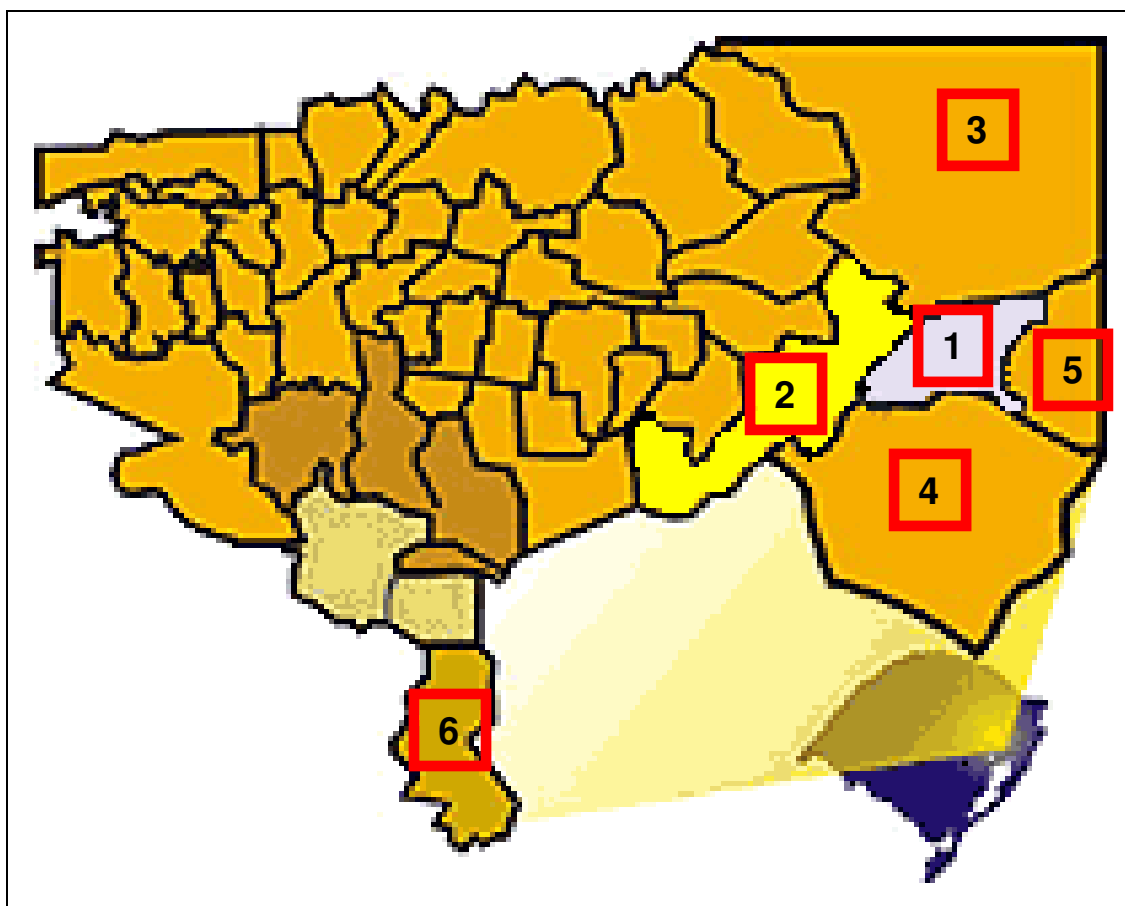


Figura 4 - Localização geográfica dos municípios vizinhos de Rolante e a Capital

Fonte: www.gruposinos.com.br (2007)

Legenda de identificação dos municípios:

- 1 - Rolante;
- 2 - Taquara;
- 3 - São Francisco de Paula;
- 4 - Santo Antônio da Patrulha;
- 5 - Riozinho;
- 6 - Porto Alegre.

A Figura 5, mostra os demais municípios que circundam os municípios de Taquara e Rolante, juntamente com as rodovias e as distâncias entre eles.

Os mesmos dados da tabela 1 indicam a transição demográfica ocorrida em Rolante a partir de 1970. Naquele ano, 83,31% da população residia no meio rural. Em 2000, houve uma inversão da população rural, passando a possuir 21,98% da população.

Tabela 1 - POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO NO PERÍODO ENTRE 1970 E 2000

	1970	%	1980	%	1991	%	1996	%	2000	%
Urbana	2.481	16.69	5.491	46.66	9.97	74.29	12.542	75.15	13.928	78.02
Rural	12.385	83.31	6.278	53.34	3.45	25.71	4.147	24.85	3.923	21.98

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

De acordo com os dados da tabela 2, a renda per capita dos rolantenses é de R\$ 7.161,00 e com um PIB de 144,1 mil, o que o coloca na 442^a posição, possuindo uma diferença de 40 posições com relação ao município de Taquara.

Tabela 2 - PIB E RENDA PER CAPITA DO MUNICÍPIO DE TAQUARA E ROLANTE NO ANO DE 2004

Municípios	PIB (R\$ mil)	PIB per capita (R\$)	Posição no RS
Taquara	334,397	5,752	482 ^a
Rolante	144,115	7,161	442 ^a

Fonte: (FEE, 2007)

Taquara possui um PIB de R\$ 334,3 mil, sendo que o Rio Grande do Sul possui 496 municípios, o que o coloca na 15^a posição entre as menores economias estaduais.

A colonização do atual município de Rolante assemelha-se muito a colonização do município de Taquara, pois grande parte destes colonizadores também são de origem alemã e italiana, quanto pela tipologia de solos e produtos cultivados.

Os imigrantes italianos, ao chegarem ao Rio Grande do Sul, estabeleceram-se primeiramente no município de Nova Milano, atualmente conhecido como o município de Farroupilha.

Para Hutter (1987), a região em que se estabeleceram os italianos no Rio Grande do Sul, abrangia uma área de 370 mil hectares. O ambiente encontrado por estes colonizadores não foi nada agradável, pois o acesso era difícil e com elevado grau de declividade, o que dificultava o uso da terra para a agricultura. Outros fatores que atrapalhavam o desenvolvimento da agricultura eram as precárias condições das estradas, resultado dos escassos recursos técnicos para a abertura de estradas no meio da mata, o que dificultava o transporte, a locomoção e a comercialização das mercadorias, tornando a compra e venda de produtos dependentes de intermediários.

A expansão desta zona colonial italiana se deu por dois motivos, a chegada de novos imigrantes e o crescimento da população local.

Conforme Tedesco (2000 p. 52):

a expansão da ocupação do território definido pela colonização deu-se muito rapidamente, começando pela periferia das antigas colônias, seguindo por toda a parte a margem meridional do planalto, alcançando os Aparados da Serra, o vale do rio Uruguai, estendendo-se pelo Oeste catarinense e paranaense. A região que realmente delimitou as trajetórias de migração internas foi a direção noroeste.

Uma destas regiões a receber estes “novos” colonos italianos, foi a localidade de Boa Esperança, no município de Rolante, esta região recebeu os agricultores vindos da localidade de Caxias do Sul, que se instalaram na região 3 do mapa abaixo e que tem por objetivo, facilitar a visualização de como estão distribuídas as atividades e etnias no município.

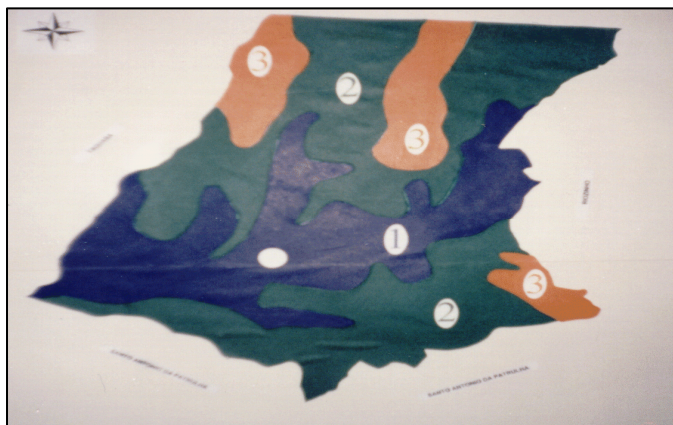


Figura 6 - Mapa ambiental, econômico e social do município de Rolante.

Fonte: (EMATER, 2007)

Na região 1 (azul): áreas baixas, planas, de várzeas; com a flora nativa escassa; rica em rios e açudes; pecuária; hortigranjeiros; piscicultura; indústrias, comércio e serviços; área urbanizada (sede do município e bairros) com maior infraestrutura. Novas moradias, loteamentos e fluxo de imigrantes.

Na região 2 (verde): encostas com relevo acidentado; fauna e flora nativa em recuperação; rica em arroios e cascatas; com agricultura familiar de subsistência; pequenas propriedades; reflorestamento e uma infra-estrutura dispersa e moradias abandonadas.

Na região 3 (laranja): topos de morros; presença de córregos, arroios e cascatas; fauna e flora nativas; reflorestamento; hortigranjeiros; agroindústrias; agricultura familiar; turismo rural; boa infra-estrutura e organizações sociais.



Figura 7 - Localidade de Boa Esperança, Rolante, mostrando a parte laranja do mapa acima, indicando a preservação da área e o relevo acidentado.

Fonte: o autor

2.1.3 Evolução e dinâmica dos Sistemas Agrário nas localidades de Taquara (RS) e Rolante (RS)

Para uma melhor compreensão do desenvolvimento agrícola do(s) município(s), é importante que se utilize a abordagem dos sistemas agrários.

De acordo com Carmo (1996), um sistema agrário pode ser definido como uma combinação de variáveis inter-relacionadas: recursos naturais e suas transformações históricas; os instrumentos de produção; a força de trabalho social (física ou intelectual); a divisão social do trabalho; as relações de posse e uso da terra; o excedente agrícola e sua distribuição social; e as condições políticas e culturais. É o resultado histórico da interação de um sistema bioecológico e um sistema sócio-cultural, através de práticas que vêm do conhecimento técnico acumulado e que respondem às condições e às necessidades sociais do momento.

Segundo Mazoyer (1988), para um tratamento de desenvolvimento regional é importante que os trabalhos se realizem, pelo menos, em níveis dos sistemas agrícolas e agrários, dentro de situações históricas (passado), que permitam uma análise retrospectiva da situação atual (portanto transitória), e perspectivas futuras de evolução.

Para Vissac e Hentgen (apud GUANZIROLI, 1994), o termo sistema agrário é empregado para caracterizar, dentro de um espaço, a associação das produções e das técnicas colocadas por uma sociedade em via de satisfazer suas necessidades. Ele exprime, particularmente, a interação entre um sistema biológico, representado pelo meio natural, e um sistema sociocultural, mediante as práticas saídas especialmente do conhecimento técnico.

Desta forma, percebe-se a necessidade de qualquer intervenção no meio rural passar pela compreensão das formações agrárias e de sua dinâmica dentro de um contexto global, sistêmico e histórico, contextualizado na complexidade da realidade.

Conforme Bertalanffy (1973, p.17), “os sistemas estão em toda parte, e a aplicação de uma teoria geral de sistemas, fornece as bases para um entendimento interdependente de variáveis que, aparentemente, parecem estar desconectadas no que concerne a sistemas sociais na agricultura”.

A noção de sistemas permite estudar e formular diagnósticos sobre sua evolução em curso e propor linhas de desenvolvimento apropriadas e equilibradas ao meio estudado, permitindo uma reflexão mais crítica e, a partir das respostas, se necessário, modificar os processos existentes.

Para Mazoyer (1988), se existe a ciência do desenvolvimento, essa tem necessariamente por domínio de estudo os processos de produção agrícola em si mesma, suas transformações (temporais) e suas adaptações (espaciais), assim como o conjunto de implicações econômico-sociais (condições e conseqüências) daquelas.

De acordo com Carmo (1996), o termo sistema agropecuário ou de produção, determina o conjunto de noções e conceitos pelo qual se quer apreender os processos de produção agrícola e suas transformações, abrangendo: itinerários técnicos, sistemas técnicos, sistemas de cultivo e de criação e sistemas de primeiras transformações.

Desta forma, o resultado das decisões tomadas pelo agricultor e/ou seu grupo familiar quanto à escolha das atividades é o emprego dos fatores produtivos, dentro das suas limitações econômicas, ecológicas e culturais.

Para Angelo-Menezes (1999), o sistema agrário contém elementos que refletem relações de dependência existentes entre as categorias sociais agrárias numa determinada sociedade rural, tais como: relações de concorrência e de complementaridade, sendo importante estabelecer a noção de sistema agrário permitindo a análise de suas atividades agrícolas na sociedade e de suas relações técnicas, econômicas e de diálogo dentro de um mesmo território.

Deste modo, o sistema agrário somente se estrutura como construção científica quando sua identificação apenas permite compreender as organizações, as práticas sociais e o modo de percepção do território nos quais interagem os atores sociais.

A identificação de sistemas agrários locais leva a uma questão mais abrangente entre as organizações visíveis do espaço e o funcionamento dos sistemas que se colocam dentro do mesmo.

Em síntese, o conceito de sistema agrário proposto, responde regionalmente dentro de um campo sistêmico de um objeto de pesquisa já existente, em que o nível regional de estudo das relações entre uma sociedade e seu território faz parte de uma longa tradição geográfica.

Assim, podem-se identificar 05 sistemas agrários no município de Taquara: Sistema Agrário Indígena (-1636); Sistema Agrário Colonial Português (1636-1824); Sistema Agrário Colonial Alemão (1824-1930); Sistema Agrário Colonial Industrial (1930-1970) e Sistema Agrário Atual (1970 -).

O primeiro deles, o Sistema Agrário Indígena, predominou durante mais de um século, contando a partir do ano de 1500. Os Tupis-guaranis, Guaicurus e Gês eram os três grupos indígenas que ocupavam as terras que atualmente delimitam o Estado do Rio Grande do Sul. Os Gês eram representados pelos Kaingangues ou bugres, nome esse que acabou sendo generalizado para se chamar os índios que ocuparam o território do Estado. Esses índios ocupavam a região do Alto Uruguai, em torno do atual município do Nonoai, e foram combatidos pelos criadores nos Campos de Cima da Serra, a partir de 1827. (ROCHE, 1969)

Já os Guaicurus eram representados por várias tribos, sendo que as mais conhecidas são os Charruas, estabelecidos ao longo do Jaguarão, e os Minuanos que ocuparam a região entre Ibicuí e Quaraí.

Segundo Roche (1969), os charruas eram mais independentes, enquanto que os Minuanos eram mais sociáveis. Essas tribos foram encontradas pelos hispano-portugueses em 1756, nos cimos do Rio Grande meridional.

Os índios transmitiram aos portugueses alguns de seus costumes como o uso das bolas, arma de guerra, depois de caça e instrumento de trabalho. Algumas das tribos Guaicurus acabaram sendo dizimadas pelas guerras e batalhas ocorridas no período.

Os Guaranis eram os mais civilizados dos três grupos indígenas que habitaram o Rio Grande do Sul, uma vez que foram catequizados pelos jesuítas.

Vítimas dos vários ataques dos bandeirantes e por fim, do ataque dos colonos hispano-portugueses, esses índios foram praticamente dizimados em 1822. Estima-se que em 1801, havia 14.000 Guaranis, já em 1822 esse número foi reduzido para 6350 e, em 1835, havia apenas 377, Roche (1969).

Os Guaranis desconheciam o metal, porém eram bons ceramistas. Os três grupos indígenas que ocuparam o território do Rio Grande do Sul praticavam de modo geral a denominada agricultura de queimada. Os principais produtos cultivados por eles eram: o milho, o fumo, o feijão, a erva-mate, a mandioca, a abóbora, a pimenta, pimentões, amendoins e diversos tipos de moranga. Esses

cultivos eram realizados em pequenas roças ou hortas, as quais eram derivadas de clareiras que eram abertas na mata através do uso da coivara e da queima da mata.

Aos homens eram atribuídas as funções de cortar e queimar o mato, enquanto as mulheres realizavam o plantio e a colheita. A técnica de cultivo utilizada era deveras rudimentar, sendo que se utilizava o plantio direto. Após três anos em uma área, essa era abandonada em função das ervas daninhas. Os índios não conheciam instrumentos, tampouco tração para cultivar os campos, porém cultivavam alimentos que serviam para sua alimentação, que era completado com a caça, a pesca e com a coleta de frutos, folhas e raízes da mata subtropical alta.

O ocaso deste sistema foi provocado pelos ataques dos colonos hispano-portugueses e pelos bandeirantes que acabaram por dizimar com esses grupos. Também colaborou para o fim desse sistema o aparecimento de doenças que até então eram desconhecidas pelos índios e que foram trazidas pelos brancos.

O segundo sistema, o Sistema Agrário Colonial Português, predominou até meados da década de vinte do século XIX. Os primeiros bandeirantes, ao chegarem ao Rio Grande do Sul, em torno de 1636, buscavam encontrar ouro, escravos e gado. Logo, as incursões dos bandeirantes não tinham por objetivo se estabelecer em terras gaúchas, e sim explorá-las.

Com o objetivo de encontrar gado para abastecer os mercado de São Paulo e Minas Gerais algumas expedições passaram a vir ao Estado, e a mais famosa dessas expedições foi a comandada por João de Magalhães, denominada Frota de Magalhães, que em 1725 se estabeleceu entre o litoral de Tramandaí e o Canal do Rio Grande. Esse fato marcou o início do povoamento do Rio Grande do Sul.

O início do povoamento não despertou a atenção do Governo Português, somente após o ataque espanhol à Colônia dos Sacramentos em 1735, é que os portugueses voltaram as suas atenções para o Estado. Neste diapasão, os primeiros açorianos chegaram ao Estado e foram enviados para as proximidades de Viamão e Rio Grande. Não obstante, esses imigrantes se mudaram para a região de Porto Alegre, pois as condições dessa região lhes agradavam mais. A partir disso, outros açorianos foram chegando e se espalhando por todo território do Estado.

Roche (1969) destaca que nos dois primeiros decênios do século XIX, o Rio Grande do Sul passou por uma evolução decisiva. As grandes áreas de campo entre a depressão central e a fronteira foram determinantes para a escolha da criação extensiva em detrimento da agricultura. A enorme distância entre um povoamento e

outro, aliado à densidade populacional, que era muito baixa, em torno de 0,4 por quilômetro quadrado dificultava a prática da agricultura, ao mesmo tempo em que fornecia mão-de-obra adequada para a pecuária, uma vez que um capataz e 10 homens conseguiam comandar 10.000 cabeças de gado em 15 ou 20.000 hectares. Por essas razões, a pecuária passou a ser desempenhada pela grande maioria dos rio-grandenses.

Com o desempenho da pecuária, o charque passou a ser amplamente produzido e foi a principal renda no período de 1780 a 1925. Apenas em 1940, a carne tratada em frigoríficos e em fábricas de conservas superou o charque.

O mesmo autor destaca que a agricultura praticada pelos açorianos era realizada nas pequenas áreas que lhes haviam sido concedidos próximas aos mercados urbanos e portos internos. A técnica utilizada pelos açorianos era o pousio de média duração (7-8 anos). Os açorianos cultivavam em pequena escala um grande número de produtos. Parte desses produtos foram trazidos consigo e parte adotadas no Rio Grande, tais como: milho, arroz, batata, mandioca, café, fumo, legumes verdes, melões, cebolas, melancias, abóbora, milhos miúdos, centeio, cevada, vinha, erva-mate e aipim.

Em grande escala era produzida a cana-de-açúcar para a fabricação de aguardente, o linho, o cânhamo e, sobretudo, o trigo. Entretanto, esse último deixou de ser cultivado em quantidade em 1822.

Os cultivos produzidos em grande escala no Rio Grande do Sul não eram suficientes para atender a demanda interna, por isso o Estado importava grande quantidade de arroz, vinho, aguardente, açúcar e fumo.

O governo brasileiro para amenizar os problemas com os países vizinhos, passa a estimular a imigração. Em função disso, os primeiros imigrantes a povoarem o Rio Grande do Sul são os colonos alemães. É a chegada desses imigrantes, em 1824, que vai marcar o surgimento do terceiro sistema agrário identificado na região: Sistema Agrário Colonial Alemão.

Ainda segundo Roche (1969), um fator que contribuiu para a vinda dos alemães para o Brasil foi ocasionado pelas Guerras Napoleônicas e as secas da região de origem. O berço da colonização alemã no Sul do Brasil foi São Leopoldo e, posteriormente, os imigrantes germânicos foram se estabelecendo em outras localidades do Vale dos Sinos, conforme se visualiza na Figura 8. Seduzidos pelas promessas de ajudas do Governo brasileiro, 5350 imigrantes alemães entraram no

Rio Grande do Sul entre 1824 e 1830. Os primeiros colonos foram encaminhados para as margens do Rio dos Sinos, onde seria então criada a Colônia de São Leopoldo, território que tinha sido explorado, até aquele momento, sem sucesso, pela mão-de-obra escrava e que pertencia a Coroa.

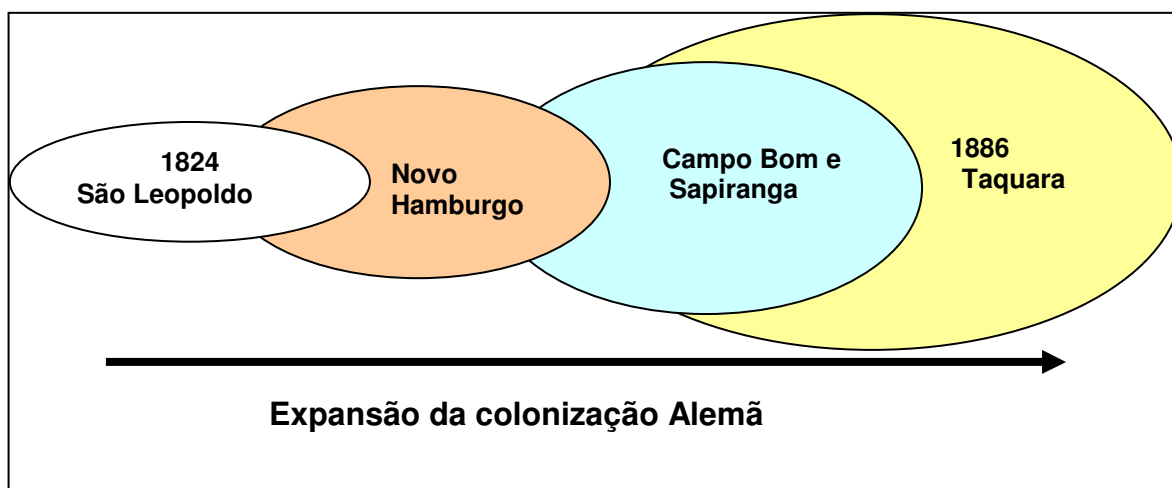


Figura 8 - Expansão da colonização alemã no Vale do Rio dos Sinos – 1824 a 1886

Fonte: Elaboração do Autor

Os primeiros imigrantes alemães agiram tal qual os antigos ocupantes das terras do Rio Grande do Sul, ao abrirem clareiras na matas, porém não com ferramentas rudimentares, mas sim com foice, machados e serras de metal. Desta forma foram derrubando árvores consideradas “de lei”, que seriam usadas na construção de suas moradias, enquanto outras eram queimadas, servindo para a eliminação dos inços e contribuindo para o desenvolvimento de futuras culturas.

Posteriormente ao ato da queimada era realizado o plantio. Enquanto houve terras que pudessem ser manejadas desta maneira, a agricultura de queimada predominou.

Com o rápido desenvolvimento da agricultura e da economia na Colônia de São Leopoldo, em virtude das características do povo alemão e da região em que se estabeleceram, fez-se necessário a ocupação de novas áreas agrícolas. O processo de expansão da área cultivável ocorreu em direção a Encosta Inferior do Nordeste, devido à existência de áreas devolutas. Esta expansão foi realizada através da abertura de picadas e linhas, incorporando assim novas áreas cultiváveis e de alta produtividade, pois essas áreas eram recém desmatadas e, portanto, de elevada fertilidade natural.

Como conseqüência da ocupação dessas novas áreas, a partir de 1828, surgem novas colonizações, entre elas a Fazenda do Mundo Novo em 1846, atual município de Taquara.

Segundo Schneider (1999), essas novas colônias pertencentes a São Leopoldo tinham como atividade principal a agricultura e o artesanato como atividade complementar. A agricultura praticada era de subsistência e os principais produtos cultivados eram: milho, mandioca, arroz, feijão-preto, batata-inglesa, cana-de-açúcar, fumo, trigo e centeio.

O milho foi cultivado desde o início da colonização alemã em parcelas na floresta subtropical recém desmatada e queimada, tornando-se logo em seguida a principal cultura das colônias alemãs, desempenhando uma relevante função na economia local, Fialho (2000).

Tão importante quanto o milho, a mandioca era um importante cultivo das colônias alemãs.

Fialho (2000) destaca que em 1842, a Colônia de São Leopoldo começou a comercializar o milho para Porto Alegre, fato esse que possibilitou ao Rio Grande do Sul cessar com a importação do produto que era procedente do norte do país.

Os colonos alemães podem ser apontados como os principais responsáveis pela expansão do cultivo do feijão-preto no Rio Grande do Sul.

Roche (1969) menciona o significativo crescimento da produção de feijão-preto no Estado no período de 1849-53. No início desse período, eram produzidos no Rio Grande do Sul 7.000 sacos de feijão e no final 27.000. Neste diapasão este cultivo representava grande importância no que concerne ao abastecimento tanto do Rio Grande do Sul como o resto do Império e até mesmo os países do Prata. Por este motivo, o feijão constituía-se numa das principais fontes de renda dos colonos alemães até o final do século XIX. O declínio deste cultivo deu-se no início do século XX quando o mercado externo se fechou e o restante da República passou a ser abastecido pelas produções dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná. No âmbito estadual, a concorrência das colônias italianas igualmente colaborou para o declínio do cultivo do feijão por parte dos alemães.

Também se deve à colonização alemã a importância que passou a receber o cultivo da batata-inglesa na economia do Rio Grande do Sul. Isso é explicado pelo clima favorável da região do Vale do Sinos.

Outro produto de relevância da colonização alemã foi o fumo, cultivado desde o início tanto para consumo próprio como para venda, esta última impulsionada pela abertura de algumas fábricas de charutos em Porto Alegre e São Leopoldo. O fumo foi uma das mais importantes contribuições da colonização alemã à economia gaúcha por ter proporcionado um produto com elevado valor de venda.

No tocante ao sistema de cultivo praticado pelos alemães, pode-se afirmar que esse não diferiu do sistema exercido pelos índios e depois pelos caboclos, ou seja, a queimada. O sistema de cultivo usado era formado por quatro fases da agricultura teuto-brasileira que são de acordo com Fialho (2000): derrubada da capoeira, essa operação agrícola consiste no corte do estrato arbustivo e arbóreo; queimada é a queima de biomassa vegetal deixada no solo e resultante do processo anterior; a plantação, isto é, o colono, na camada de cinzas ou a pouca profundidade do solo, deposita grãos de milho, de feijão, tubérculos de batata-inglesa, ou planta a mandioca, a cana-de-açúcar ou fumo; a capina, que mesmo o fogo tendo destruído grande parte das ervas invasoras, faz-se necessário realizar uma ou mais conforme a situação, para “limpeza” em redor das plantas.

A partir de 1840, houve um rápido aumento da área cultivada em direção à Encosta da Serra (localidade de Taquara), processo este que acabou por proporcionar um incremento no volume produzido, o que possibilitou um significativo aumento, na ordem de 600%, do comércio entre a Colônia de São Leopoldo e Porto Alegre, (ROCHE, 1969).

Dado a melhora nos meios de comunicação em virtude da navegação a vapor e, posteriormente da construção da estrada de ferro entre Porto Alegre e São Leopoldo em 1874, pode-se destacar o período compreendido entre 1860 a 1900 pela especialização da agricultura e do desenvolvimento da criação de suínos nas colônias alemãs. A queda dos custos de transportes favoreceu estas colônias cuja produção agrícola passou, em alguns produtos de subsistência, para comercialização do excedente.

Aliada ao desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte, ocorreu também a melhora da produção animal, principalmente, a suinocultura.

Já na década de 1880, houve o declínio da oferta do milho, que passou a ser usado como alimento para os porcos. Logo, surgem dois novos produtos, o toucinho e a banha.

De acordo com Roche (1969), no que concerne à produção de banha, essa atingiu seu ápice em 1918, quando se produziu 418 toneladas, porém nos dois anos seguintes declinou e não se recuperou mais.

O mesmo autor destaca que em 1889, o milho representava apenas 0,6% dos produtos comercializados, enquanto o toucinho e a banha correspondiam a 33,8% do total.

No período compreendido entre 1900 a 1940, ocorreu um declínio da agricultura na região da colônia de São Leopoldo. Com a decadência da agricultura, em função do esgotamento do solo, do processo de queimadas e da impossibilidade da expansão de terras da região de São Leopoldo houve uma migração dos colonos alemães inicialmente para a região do Alto Uruguai. Posteriormente, muitos descendentes dos colonos alemães deslocaram-se para regiões como: Santa Cruz do Sul, Ijuí e Estrela. De acordo com Roche (1969), em 1920 houve também um deslocamento para Erechim e Carazinho.

Com o advento da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), houve uma apreciação dos preços agrícolas, fato esse que estimulou a agricultura nesses quatro anos, porém com o fim da Guerra, os preços agrícolas baixaram a preços inferiores aos que antecederam à Guerra.

Com esse cenário, os principais determinantes da violenta queda da produção agrícola na região da colônia de São Leopoldo foram o esgotamento do solo, a migração inter-regional e a crescente oferta de produtos agrícolas dos demais estados brasileiros.

O quarto sistema agrário, denominado de Sistema Agrário Colonial Industrial, ocorreu entre o período de 1930 e 1970. A colonização da localidade de Taquara tinha a sua economia baseada na agropecuária. Destacavam-se as culturas de feijão, milho, arroz, cana-de-açúcar e mandioca; na pecuária, destacavam-se as criações de suínos e bovinos de corte.

Neste período, as principais ferramentas utilizadas para se trabalhar o solo, eram o arado tracionado a boi ou a cavalo e a enxada. O uso de tratores e equipamentos agrícolas estava restrito a poucos agricultores, em especial aos plantadores de arroz.

Em muitas propriedades se utilizava a técnica de derrubada, queimada e pousio.

Também é neste período que se dá início a utilização de fertilizantes químicos e ao uso desenfreado de agrotóxicos, infelizmente sem a devida conscientização dos produtores sobre os malefícios que estavam causando ao meio ambiente.

A instalação de vias férrea entre os municípios de Novo Hamburgo e Taquara foi inaugurada em 1903 e trouxe grande contribuição para o progresso da localidade, pois o mesmo servia de escoamento da produção. Nesta época, na década de 1930, Taquara ostentava a condição de um dos maiores produtores de feijão preto do Estado e o seu declínio, foi visto no sistema agrário alemão, onde o mercado externo se fechou, devido a crise econômica mundial.

Na década de 40, Taquara foi considerada a “*Capital do Piretro*”. A produção de flores de piretro era usada na fabricação de inseticidas, que atingiu seu auge em 1945 e 1946. Nesse período, chegou a 1000 toneladas por ano e era quase totalmente exportada para os Estados Unidos. O cultivo se dava com maior intensidade em terrenos acidentados como, por exemplo, na região de Morro Alto, Quarto Frio, Ilha Nova e outras.

Para o cultivo era utilizada a mão-de-obra familiar. Em propriedades onde esse produto era cultivado com uma maior intensidade, eram contratados os serviços de terceiros, ou até mesmo a troca inter-familiar por dias de serviço. A necessidade desta contratação ou troca de dias de serviços se dava principalmente nas épocas de colheita das flores.

Pelo fato dos terrenos serem muito desdobrados, a melhor maneira de se trabalhar o solo era com o uso do arado puxado a boi.

O ocaso desta cultura se deu pela expansão das indústrias químicas que substituíram a flor de piretro por produtos químicos.

Em função da decadência do cultivo de flor de piretro, a década de 1950 foi caracterizada pelo desenvolvimento da produção leiteira que tinha por objetivo, substituir a renda que o piretro proporcionava e atender à demanda dos novos mercados consumidores que eram os municípios de Porto Alegre, São Leopoldo e Novo Hamburgo. É neste período também que surgem as indústrias calçadistas no município e na região, sendo que sua produção era quase toda exportada.

No início da década de 1970, com a dificuldade em conservar o leite instalou-se no município um laticínio, o que contribuiu para que novos mercados fossem abertos. Com isso a produção de leite atingiu seu ápice, chegando a produzir 120.000 litros de leite diariamente, porém este produto também começou a sentir o

seu revés, e como a quantidade de leite ofertada pelos produtores era maior do que a demanda, o preço pago ao produtor pelo litro de leite despencou e produzir o produto começou a não se tornar mais um negócio rentável para o produtor.

E, a partir de 1975, com a crise já instalada na região por causa dos baixos preços pagos pelos produtos agrícolas, a indústria calçadista passa a tomar mão-de-obra da agricultura com maior intensidade, uma vez que era mais rentável para o agricultor vender sua força de trabalho para o setor de calçados do que prover o seu sustento trabalhando em sua propriedade. Nessa década, as linhas de crédito oferecidas pelo Governo estavam voltadas para as médias e grandes propriedades, dificultando ainda mais a vida dos pequenos produtores que pretendiam continuar no campo.

Por isso, a produção de leite passava a dar lugar à agricultura de subsistência, fazendo com que o produtor comercializasse seus produtos, produzidos em pequena quantidade, na zona urbana, especialmente nas feiras dos agricultores que começaram a surgir nesta época. Entre os principais produtos ofertados na feira estavam os ovos, hortaliças, queijo, aipim e etc.

O quinto Sistema Agrário é o Atual, que teve seu início a partir dos anos de 1970, perdura até os dias atuais. Com relação a esse sistema, nós os separamos de acordo com os municípios estudados, com a finalidade de facilitar a sua compreensão.

A agricultura na região de Taquara, segundo o IBGE (1996), conta com um total de 1261 propriedades. Dessas, 1178 situam-se no estrato inferior a 50 hectares, representando 93,42% do total. Percebe-se, assim, a predominância absoluta de pequenas e médias propriedades.

As técnicas utilizadas na região para o cultivo do solo são bastante variadas, indo desde a utilização de tratores e seus implementos, que são utilizados em propriedades que apresentam condições para seu uso, até o uso da enxada, da foice e da tração animal que são de suma importância para o desenvolvimento das pequenas e médias propriedades, principalmente as que estão localizadas em terrenos acidentados e onde o uso de tratores ou equipamentos mais modernos não é possível.

Com a impossibilidade do uso de tratores em muitas propriedades, o trabalho manual e porque não dizer "*artesanal*", ganha destaque entre os pequenos agricultores e é muito comum ainda, entre eles, a negociação de terneiros para que

se formar a “*junta de bois*” e assim poderem dar continuidade às suas atividades. Infelizmente, com este método, os custos da produção se tornam mais elevados quando comparados aos que são produzidos em propriedades que possuem suas terras planas e onde a utilização de técnicas e equipamentos agrícolas modernos é permitida.

Estas restrições do uso do solo dificultam o desenvolvimento de muitas propriedades, sendo que o modo de produção que era utilizado pelos seus antepassados ainda é utilizado hoje em dia por uma grande parte de produtores que possuem suas propriedades, principalmente, as que são localizadas nas encostas.

Porém, muitos destes produtores, mesmo não podendo utilizar tratores ou equipamentos mecanizáveis, não abrem mão de utilizar alguns recursos tecnológicos e, utilizam em suas propriedades fertilizantes químicos nas plantações, agrotóxicos para combater as ervas daninhas, cercas de choque para fazer a divisão de culturas e outros.

Cabe salientar que as técnicas de derrubada, queimada e de pousio, ainda são utilizadas nas propriedades que apresentam matas e onde os proprietários sentem a necessidade de expandir sua produção.

A produção predominante na localidade continua sendo: mandioca, milho, arroz, feijão, produtos hortifrutigranjeiros, peixe, leite e criação de animais em pequena escala.

Cumprir destacar que, indiferente das técnicas utilizadas pelos produtores, a área rural da localidade de Taquara, também sofreu com a falta de uma política de crédito, fazendo com que os produtores da região, abandonassem a área rural e fossem em busca das ofertas de trabalho das indústrias calçadistas.

A participação relativa da população rural da região de Taquara, no período entre 1970 e 1991, passou de 41,34% para 17,35%, segundo os dados do IBGE (2000).

Na década de 1980, com o aquecimento do mercado externo, bem como a necessidade de aumentar a produção de calçados e a falta de mão-de-obra, muitas empresas colocam anúncios nos meios de comunicações e até mesmo carro de som em outras regiões como, por exemplo, região das Missões, recrutando pessoas para virem trabalhar em suas unidades no Vale dos Sinos, como a região das Missões era predominante agrícola e, como já foi visto que a agricultura familiar não vivia um dos seus melhores momentos, não foi difícil em fazer com que o sonho de muitos

em vencer na vida, fossem reacesos. Com isso, houve um aumento no número de habitantes nos centros urbanos na região o que fez com que também aquecesse o mercado rural, pois com o aumento da população, a demanda por alimentos aumentou e contribuiu para o fortalecimento daqueles produtores que haviam permanecido em suas propriedades. Este processo, da vinda de imigrantes para o município e região, pode ser constatado na tabela abaixo, onde se observa que houve um aumento em média de 12.000 habitantes na zona urbana, enquanto a rural sofreu uma pequena queda na sua população.

Tabela 3 - POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TAQUARA NO PERÍODO ENTRE 1970 E 2000

Ano	1970	1980	1991	1996	2000
Urbana	18.270	30.342	35.100	39.000	43.125
Rural	12.897	11.034	7.367	8.560	9.700

Fonte: IBGE

A saída do produtor do campo se deu com maior intensidade no período entre 1980 e 1991. Este fato foi acentuado pelo novo aquecimento do setor industrial-calçadista que, pelo processo de exportação, aqueceu o mercado, fazendo com que estes recrutassem novamente mão-de-obra em abundância.

Nesse período, o governo ainda não havia definido um programa de crédito para o pequeno e médio produtor. Isso fez com que o produtor do município e da região não exitasse e com a nova possibilidade de poder progredir na vida, a saída do campo se deu em massa.

Somente no ano de 1990, o governo cria um programa de política de crédito para o pequeno e médio produtor, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Esse programa será abordado com maior afinco no capítulo 4.3.

O êxodo da população rural no município de Taquara estacionou a partir da década de 1990. Porém, os impactos são sentidos ainda hoje com a saída do produtor do campo, pois eles abandonaram ou venderam suas propriedades e incharam os centros urbanos, fazendo com que o crescimento acentuado e desordenado, se tornasse um problema para os governantes do município.

A partir de 1996, houve um aumento na população rural. Isso se deve a algumas famílias que se aposentaram trabalhando nas indústrias calçadistas e que retornaram ao campo para dar continuidade às suas vidas.

Com relação ao mercado consumidor, a produção das pequenas e médias propriedades geralmente é consumida dentro da própria localidade de Taquara.

Produtos como o milho, servem para tratar os suínos, o gado leiteiro e de corte, as galinhas, etc. O excedente da produção de suínos e de gado de corte é vendido para os matadouros locais, o leite é enviado para cooperativas da região. O leite possui um importante papel na produção agrícola, pois se torna uma renda mensal, variando conforme a sua produção e que serve para o produtor quitar suas contas do dia-a-dia. Os ovos, o feijão, o aipim e outros produtos produzidos com menor intensidade, são consumidos na própria propriedade, mas quando existem excedentes desses produtos, os produtores podem se cadastrar na Associação de Produtores e participarem da feira do agricultor que ocorre duas vezes por semana no centro do município, vendendo seus produtos.

A piscicultura está se desenvolvendo nas regiões que apresentam água em abundância, onde não há o risco de sofrer alagamentos e os produtores a exploram comercialmente sob dois pontos de vista: através de pesque-pague e despesca anual realizada próximo da semana santa, pois conseguem um melhor preço pelo peixe.

A produção de arroz é produzida nas grandes propriedades que possuem maquinários especializados para o cultivo. Geralmente sua produção é vendida para moinhos de outras localidades, pois no município não há registro de nenhum grande moinho que possa absorver toda a produção. A mão-de-obra para esse cultivo pode ser tanto contratada, familiar ou trocas por dia de serviços, dependendo do tamanho da área plantada. A área em que é cultivado o arroz pode ser própria, arrendada, ou até mesmo sob a forma de porcentagem da produção (meeiro), isso depende do acordo entre as partes.

Aliás, essa forma de trabalho acontece ou pode acontecer em qualquer propriedade da região, indiferente do seu tamanho.

O quinto Sistema Agrário, o Atual, no Município de Rolante, nos mostra que segundo o IBGE (1996), este município possui um total de 838 propriedades rurais, dessas 803 possuem menos de 50 hectares, representando um total de 95,82%.

Na década de 1970, o modo com o qual os pequenos e médios agricultores trabalhavam a terra era bastante diversificado. Empregavam desde máquinas e implementos agrícolas como também a utilização da tração animal, foices, enxadas e outras ferramentas.

Nesse período, a mão-de-obra era praticamente familiar. Já se contatava o uso de fertilizantes, adubos químicos e agrotóxicos por grande parte desses produtores, em especial os de uva e de arroz.

Os principais produtos explorados eram a mandioca, o milho, o arroz, o feijão, o vinho, o leite e a criação de animais em pequena escala.

Na década seguinte, a de 80, ocorreu a urbanização e a consolidação das indústrias do ramo coureiro-calçadista no município o que passou a demandar grande número de trabalhadores, atraindo a mão-de-obra de alguns municípios vizinhos e principalmente a de produtores que estavam insatisfeitos com a agricultura.

Dessa forma, o rural do município de Rolante não conseguiu acompanhar o processo de industrialização. Assim seus agricultores enfrentaram dificuldades devido a restrições ao uso do solo (declividade, pedregosidade), bem como aos crescentes custos da produção e principalmente pela forte concorrência dos produtos de outras regiões que começavam a entrar com maior intensidade no mercado interno, que acabou por prejudicar ainda mais a produção local.

Os sucessivos fracassos e os prejuízos de muito dos produtores repercutiu no aumento do abandono da atividade, acelerando o êxodo em direção aos municípios do Vale do Sinos, conforme se destacou anteriormente.

Segundo Baldasso (2001), duas empresas de calçados que haviam se instalado em Rolante não conseguiam absorver esta mão-de-obra. E, no início da década de 1980, o município contava apenas com um pouco mais de 11.000 habitantes.

Para este mesmo autor, nesta década, a eletrificação era privilégio dos núcleos urbanos, sendo que em torno de 90% do meio rural não tinha energia elétrica, a Cooperativa de Crédito Rural estava sob intervenção; o Banco do Brasil fechava sua agência local devido à inadimplência na carteira de créditos e ao movimento deficitário, se não bastasse, uma das duas das indústrias vinícolas, fechou suas portas.

Na década de 1990, a produção de hortigranjeiros, de leite e arroz continuava, enquanto em solos mais íngremes o cultivo de acácia, uva, batata inglesa eram cultivados com mais intensidade.

Nesse período, a população rural volta a ter um leve crescimento, em função da crise das indústrias do setor calçadista, pois muitos dos profissionais que trabalhavam nas indústrias de calçados perderam seus empregos e retornaram para o campo.

Porém, pode ser observada uma nova redução da população rural na década seguinte, porque os produtores não conseguindo manter o mínimo para sua permanência no campo, migraram para outros municípios em busca de novas oportunidades de trabalho, (BALDASSO, 2001).

É nesse período também que a piscicultura começa a ser desenvolvida no município e muitas propriedades que possuem condições para implantarem esta atividade passam a agregar a criação de peixes como mais uma oportunidade de renda, passando os produtores a explorarem esta atividade através de pesque-pagues e comercialização direta ao consumidor, principalmente em dias específicos como os da semana santa.

No final da década de 1990, os produtores (italianos) da localidade de Boa Esperança, região que faz divisa ao norte com o município de São Francisco de Paula, possuindo uma topografia bastante acidentada e que está situada em pontos que variam de 400 a 800 metros de altitude no interior de Rolante, iniciam a implantação de uma rota turística, denominada "*Caminhos das Pipas*". Buscam através do turismo rural, uma nova oportunidade para desenvolverem a sua região e assim permanecerem em suas propriedades, (BALDISSERA et. al. 2003).

Além da produção da uva e da fabricação do vinho, passam a comercializar em suas propriedades: cucas, massas, vinhos, mel, batatas, biscoitos, geléias e outros, o que passou a se tornar a sua principal fonte de renda, já que nesta região o uso de equipamentos e implementos agrícolas não é quase utilizado, devido às restrições dos solos, por eles serem muito acidentados. Com a implantação desta rota, alguns problemas relativos à produção primária foram solucionados, tais como: a diminuição da presença de atravessadores, que compravam a uva e pagavam o preço que desejavam aos produtores; a utilização da mão-de-obra feminina, que antes era utilizada na lavoura e agora passou a ser agregada nas agroindústrias; a

redução das áreas desmatadas; utilização de defensivos químicos usados em menores proporções e outros.

Assim, as possibilidades de desenvolver o meio rural acabam ampliando-se, podendo ocorrer desde a agregação de valor em matérias-primas, o que é o caso das agroindústrias, a exploração sustentável da biomassa, a implantação das atividades relacionadas ao turismo, passando por atividades como fruticultura, floricultura, piscicultura, produção de hortifrutigranjeiros agroecológicos e tantos outros.

Corroborando com estas afirmações, Cristóvão (apud RIEDL et. al., 2002) diz que o desenvolvimento rural surge atualmente muito ligado à diversificação da sua economia. Por sua vez, a idéia de diversificação da economia rural decorre cada vez mais do reconhecimento de que o espaço rural é bem mais do que um simples fornecedor de matérias-primas. É, no fundo, um espaço multifuncional. Portanto este debate sobre Desenvolvimento Rural é o objetivo do próximo capítulo.

2.2 O DESENVOLVIMENTO RURAL EM DEBATE: ASPECTOS HISTÓRICOS E IMPLICAÇÕES PARA O RURAL LOCAL

Para Cristóvão (apud RIEDL et. al. 2002), o espaço rural tem hoje uma nova legitimidade, identitária e não a legitimidade alimentar do passado. Esta nova legitimidade, fundada na representação do campo (sobretudo para os urbanos) como símbolo de liberdade, paisagem, beleza e saúde, tem dado origem à emergência de novas procuras e comporta potencialidades que podem e devem ser aproveitadas a favor do mundo rural. Contudo, comporta igualmente riscos, que devem ser equacionados.

Deste modo, os mesmos autores relatam que o rural, como espaço multifuncional, implica uma lógica de identificação e valorização dos recursos existentes, do chamado potencial endógeno (cujo aproveitamento exige a combinação/articulação com recursos externos). Assim, quando hoje se fala de recursos rurais, fala-se de um amplo espectro de elementos, que inclui antigos, atuais e novos produtos agrícolas e agro-industriais (alimentares e não alimentares), paisagem, fauna e flora, rios, montanhas e vales, caça e pesca, rochas e minerais, patrimônio arqueológico e histórico, arquitetura, tradições culturais, artesanato,

gastronomia, linhas férreas e casas rurais, parques e reservas naturais, feiras, festas e romarias, música, teatro e poesia popular.

Nesse sentido, a consolidação sócioeconômica das áreas rurais apontam para estratégias de promoção e valorização destes recursos, fomentando novas oportunidades de negócios através da iniciativa individual ou coletiva, pública ou privada, potencializando a retenção de renda e a distribuição de riqueza, aspectos que são vitais para fixar a população.

Estas atividades podem modificar as atuais relações entre o urbano e o rural, tornando inclusive gerador de ocupações para a mão-de-obra ociosa na cidade. Mas, para isso, é preciso entender o rural não apenas como agricultura e produtor de grãos, mas como um meio de desenvolver as mais diversas atividades.

Segundo Oliveira (1997), pode-se considerar que a noção de desenvolvimento caracteriza-se por ser uma relação sociedade-natureza. Em outras palavras, a direção histórica da ação humana para a melhoria da qualidade e do bem-estar das populações.

É nesse âmbito que a cultura passa a ter peso conceitual na noção de desenvolvimento que vai passar por um processo de (des)construção conceitual para renovar-se sob o modelo da "sustentabilidade".

Este novo modelo de sustentabilidade se deu a partir das transformações ocorridas no rural brasileiro a partir da década de 1960, com a modernização tecnológica da agricultura, influenciaram decisivamente a questão agrária nacional e regional.

De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), era necessário modernizar o setor e elevar o padrão de vida das populações rurais, de forma que elas pudessem também se constituir em um mercado consumidor para as indústrias emergentes, modernizando o meio rural para que ele pudesse desempenhar eficazmente o papel da agricultura, promovendo matéria-prima para a indústria nacional e alimentando a crescente população urbana no Brasil, (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Deste modo, a agricultura brasileira através de políticas de financiamento para compras de insumos e máquinas, inicia seu processo de modernização e desenvolvimento. Essas mudanças causaram alguns impactos socioeconômicos para a sociedade brasileira principalmente para os pequenos agricultores. Destaque-se que se tratava de créditos baratos e abundantes. Em torno do crédito rural

gravitaram as atividades de assistência técnica, pesquisa agropecuária, seguro, armazenagem e todo um conjunto de ações ligadas à agroindustrialização das matérias-primas do campo.

É em um período compreendido entre o final dos anos de 1960 até os anos iniciais da década de 1980, que os grandes produtores, principalmente os que estavam situados nas regiões Centro-Sul do país e que possuíam sua produção voltada para a exportação, que o crédito rural se deu com maior intensidade. Cabe aqui salientar que este crédito era mal distribuído, os pequenos e médios produtores não foram beneficiados de igual forma em relação aos grandes produtores.

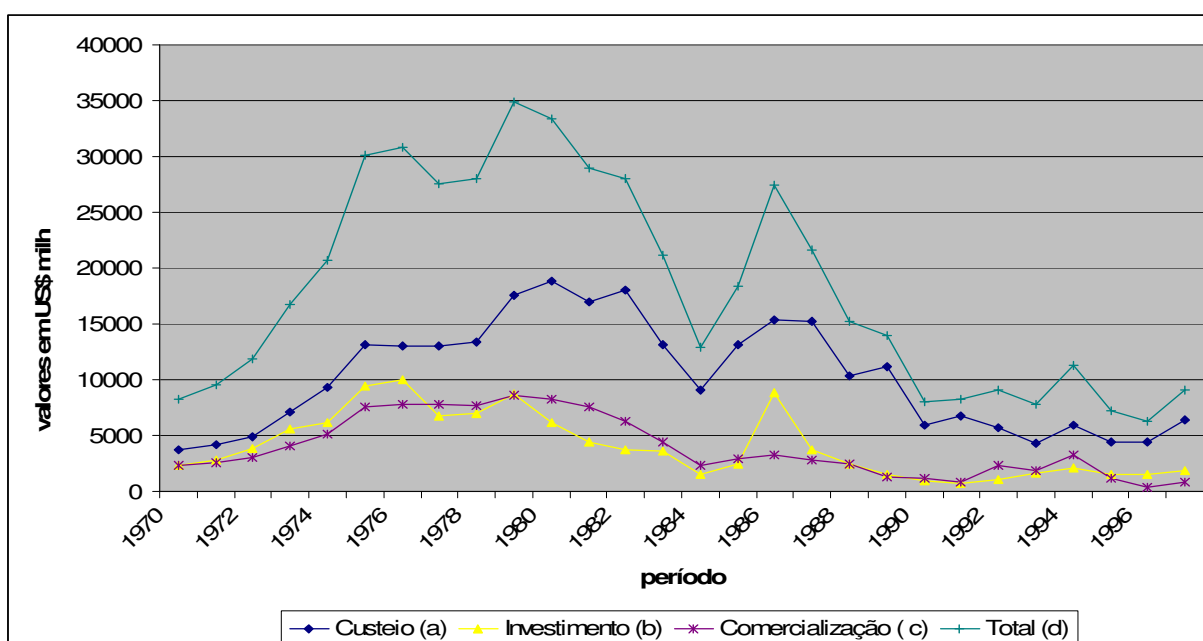


Gráfico 1 - CRÉDITO RURAL NO BRASIL (1970 – 1997)

Fonte: Leite (2001)

Conforme pode ser observado no gráfico acima, o crédito disponibilizado começa a declinar sensivelmente a partir dos anos de 1980. Conforme atesta Leite (2001), os créditos oficiais consubstanciados no SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural) reduziu a oferta em cinco vezes, ao que havia sido consolidado no período anterior, tornando-se mais seletiva a oferta de crédito, priorizando determinadas cadeias agroindustriais como a tritícola e a sucroalcooleira.

Com a redução do volume de recursos disponíveis para o financiamento, decorrente da forma como estava organizado o sistema de captação, o Estado reduziu também o seu espaço e a abrangência de suas políticas. O período que vai

do final dos anos 1970 a meados dos anos 1980 é denominado de auto-regulação, também é marcado pelo crescimento e integração entre os diferentes elos dos complexos agroindustriais.

O crédito de investimento nos anos de 1980 também sofreu uma oscilação no valor dos recursos financeiros disponibilizados, com queda consecutiva nos anos de 1995 e 1996.

O valor destinado à comercialização do mesmo modo que o crédito de investimento, começa a sofrer um significativo declínio a partir dos anos de 1980.

Este processo de modernização, entre os anos de 1970 e 1980 eleva o consumo intermediário na agricultura, indicando uma crescente dependência da agricultura de compras industriais para a produção de suas mercadorias.

Segundo Graziano da Silva (1994), este rápido processo de modernização da agricultura teve duas características marcantes:

1) Foi profundamente desigual, ou até mesmo parcial; seja por região, produto, tipo de lavoura, tipo de cultura, tipo de produtor ou seja, aqueles produtores menos favorecidos tiveram menos acesso às facilidades de crédito, aquisição de insumos, máquinas, equipamentos, etc. e apresentaram graus menores de evolução, especialmente da sua produtividade.

2) Foi profundamente excludente, tendo beneficiado uns poucos agricultores que conseguiram chegar ao final desse processo de modernização.

Para o mesmo autor:

a moderna agricultura esconde alguns “desequilíbrios” inevitáveis e indesejáveis, como a concentração fundiária, êxodo rural, superexploração dos empregados e a concentração da renda. Pois, “o desenvolvimento capitalista se fez gerando profundas riquezas, concentrando riquezas e concentrando, do outro lado, miséria (1994, p.139).

Nesse sentido, “a estrutura fundiária da agricultura brasileira evoluiu num sentido concentrador e excludente ao longo dos anos 1970, no sentido de evitar qualquer tipo de acesso a terra aos trabalhadores rurais brasileiros” (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p.117).

Conforme Graziano da Silva (1998), o Estado foi o “suporte” para o aumento dessa desigualdade socioeconômica, com políticas de crédito rural e financiamento,

pois, não apenas permitiu reunificar os interesses das classes dominantes em torno da estratégia de modernização conservadora da agropecuária brasileira, como também possibilitou ao Estado restabelecer o seu poder regulador macroeconômico mediante uma política monetário-financeira expansionista. Não é sem outra razão que a política de crédito rural é considerada o carro-chefe da política de modernização até o final dos anos 1970.

Com relação às políticas agrárias, o mesmo autor afirma que há duas grandes vertentes, uma social e outra produtivista. E que a reforma agrária pode às vezes tender mais para um lado social ou para um lado produtivista.

O autor afirma que:

A Reforma Agrária brasileira nos anos 80 se justifica como uma política social, independentemente dos reflexos produtivos que possa vir a ter. Isso significa que, antes de resolver o problema do feijão e do arroz, precisamos decidir se os milhões de trabalhadores rurais deste País têm direito ou não de ser cidadãos brasileiros. (1985, p.101).

Graziano da Silva (1985) ainda ressalta a importância em manter o trabalhador rural no campo para evitar problemas de marginalização nos centros urbanos. Para ele *“a solução é evitar sua vinda para a cidade, segurando o trabalhador rural no campo num trabalho produtivo, se possível. Senão, que lhe permita, ao menos, produzir sua subsistência ou parte dela”* (p.35).

Com isso, percebe-se que um dos problemas que a modernização da agricultura criou está mais voltado para os termos sociais, quando expulsa os agricultores do campo para cidade.

Neste sentido, Graziano da Silva (1999) diz que, *“a modernização da agricultura não foge a regra: os seus efeitos perversos ameaçam esvaziar os campos e inchar as cidades, transformando a crise agrária em crise urbana”*. (p.135)

Observa-se, então, que a pequena propriedade familiar foi a mais prejudicada pela capitalização do campo, principalmente devido à monocultura. Como há necessidade de plantar o máximo para garantir o lucro, a pequena propriedade acaba abdicando da lavoura de subsistência. A exigência da escala mínima de

produção é um dos principais fatores que determina o abandono dos pequenos agricultores levando milhares deles à falência.

Neste contexto dos impactos das políticas de modernização, o Brasil vai vivenciar uma ampliação dos debates sobre as abordagens teóricas, os limites e as possibilidades ao desenvolvimento rural no país.

Destacam-se temas como o novo rural, as novas ruralidades, a multifuncionalidade e a pluriatividade.

A este último tema, a pluriatividade dedicar-se-á o item seguinte, em razão de sua estreita ligação com o objetivo de investigação deste trabalho: o turismo rural.

2.3 A PLURIATIVIDADE RURAL

No século XX, iniciam-se as discussões em torno de termos como agricultor em tempo parcial, atividades não-agrícolas no meio rural, empregos múltiplos, fontes de renda diversificadas e pluriatividade.

Porém, no Brasil, somente na década de 90 é que a temática despertou o interesse em alguns pesquisadores, entre os quais Schneider (1994 e 1999), Graziano da Silva (1995 e 1998) e Kageyama (1998).

Segundo Kageyama (1998), foi entre as décadas de 1970 e início dos anos 80, que longos debates foram realizados, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. Nesse período, foi estabelecido que a unidade de análise relevante é a família e que a agricultura de tempo parcial não é um fenômeno temporário, tampouco de transição no desenvolvimento agrícola, constituindo, contraditoriamente, uma forma bem definida e persistente de relacionamento intersetorial em muitos países.

No entanto, a expressão que caracterizou o discurso no final dos anos 80 na Europa foi *pluriactivity*, conhecida no Brasil como pluriatividade. Contudo a definição deste conceito ainda hoje é confusa. Alguns autores/pesquisadores consideram, por exemplo, que esta definição inclui atividades ou trabalhos não necessariamente remunerados, podendo incluir emprego em outros estabelecimentos agrícolas ou não. Para outros, o termo pluriativo deve ser usado para identificar os agricultores que exercem outras atividades remuneradas, para os quais a agricultura não é a

principal atividade, seja em termos de tempo de trabalho ou de renda. Fuller, (apud KAGEYAMA, 1998).

As atividades não agrícolas no meio rural estão sendo responsáveis cada vez mais pela ocupação econômica do campo, introduzindo nas propriedades novas estratégias familiares de reprodução.

Para Novaes (apud TEIXEIRA, 1998 p.30)

As atividades do meio rural podem representar um instrumento valioso na revitalização do ambiente cultural de uma região, além de beneficiar o produtor rural com uma fonte complementar de renda e, principalmente contribuir para evitar o êxodo rural, melhorando a qualidade de vida dos que vivem em diferentes localidades rurais.

A pluriatividade remete a um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter uma remuneração pelas mesmas, que tanto podem se desenvolver no interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração – industrialização em nível da propriedade, turismo rural, agroturismo, artesanato e diversificação produtiva – que conjuntamente impliquem o aproveitamento de todas as potencialidades existentes na propriedade e/ ou em seu entorno, (RABAHY, 1990).

Para Kageyama (1998, p.553), “a pluriatividade tanto pode representar uma estratégia de sobrevivência da família, quanto uma estratégia de expansão do capital”.

Souza (1999) afirma que a pluriatividade é mais adequada como instrumento de análise da dinâmica agrícola, pois como a agropecuária não exige um tempo integral de trabalho, a sazonalidade do trabalho agrícola permite a combinação de atividades fora das propriedades rurais.

Na concepção de Graziano da Silva e Grossi (1999), o conceito de pluriatividade permite juntar as atividades agrícolas com outras atividades que gerem ganhos monetários e não monetários, independentemente de serem internos ou externos à exploração agropecuária.

Kageyama (1998) sugere que a análise da pluriatividade deve contemplar não apenas a unidade produtiva, mas também o contexto, pois consideram que sua ocorrência é uma das respostas que as famílias procuram dar a mudanças das circunstâncias tanto econômicas quanto sociais. Tais argumentos conduzem o autor a perceber a pluriatividade como um potencial de:

diversas 'negociações' ou estratégias entre indivíduos que possuem diferentes posições na família e no negócio agrícola, e que ajustam suas atividades levando em conta o ciclo familiar, a organização do estabelecimento e do trabalho doméstico, os riscos envolvidos na menor dedicação à atividade agrícola, visando assegurar a continuidade da família no negócio de uma geração à seguinte. Kageyama (1998, p.559).

Para Graziano da Silva (1997), o meio rural brasileiro ganhou novas funções e por isso já não pode ser mais tomado apenas como um conjunto de atividades agropecuárias e agroindustriais. Para ele, o agricultor não é mais somente um agricultor, pois dentro ou fora de sua propriedade ele vem desenvolvendo outras atividades no meio rural, concorrendo com as atividades agrícolas.

O desenvolvimento de atividades turísticas no espaço rural, segundo o mesmo autor, está associado ao processo de urbanização que ocorre na sociedade e no transbordamento do espaço urbano para o espaço rural. Para ele, "novas" formas de ocupação passaram a proliferar no campo. Entre elas são destacadas: conjunto de profissões tidas como urbanas (trabalhadores domésticos, mecânicos, secretárias etc.); moradias de segunda residência; atividades de conservação; áreas de lazer (hotéis-fazenda, fazendas-hotel, pesque-pague etc.). Essas "novas" atividades demandaram um número crescente de pessoas para dar sustentação à expansão das atividades turísticas no espaço rural, o que possibilitou que os membros das famílias, liberados das atividades rotineiras da exploração agrícola, pudessem ocupar as vagas geradas na expansão do turismo rural.

As atividades associadas ao turismo rural têm contribuído para a complementação da renda familiar das unidades de produção, familiar ou não, pois o seu incremento gera a demanda por novos postos de trabalho, além de contribuir na melhoria da logística que proporciona suporte ao fluxo de turistas.

Da Silva, Froehlich e Rodrigues (apud PIRES, 2001 p. 126) nos dizem que "...o espaço rural não se define mais pela atividade agrícola." E que a redução das

atividades agrícolas na composição da renda das pessoas e famílias residentes no meio rural, passaram a dar lugar aos empregos múltiplos e fontes de rendas diversificadas, têm sido identificadas na literatura como pluriatividade e/ou agricultura de tempo parcial.

Para Pires (2001 p. 129), “o espaço rural já não é aquele tão e somente tradicional, pois nele passaram a ser introduzidas as produções de serviços e bens não agrícolas, com grande ênfase para aqueles de natureza turística e voltados para o lazer”.

De acordo com Graziano da Silva:

Um novo ator social já desponta nesse novo rural: as famílias pluriativas que combinam atividades agrícolas e não agrícolas na ocupação de seus membros. A característica fundamental dos membros dessas famílias é que eles não são mais apenas agricultores e/ou pecuaristas: combinam atividades dentro e fora do seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que estão se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais. (2001, p.1)

As famílias pluriativas, como são analisadas por Teixeira (1998), são aquelas em que um ou mais membros do grupo doméstico exercem alguma atividade extra-agrícola e/ou possui uma fonte de renda fora da agricultura.

Com a expansão do turismo, foram criadas novas possibilidades de trabalho, especialmente ligadas às áreas de construção civil e de serviços para o conjunto da mão-de-obra familiar. Trabalhos como pedreiros, caseiros, jardineiros, faxineiras e cozinheiras têm se tornado constantes e importantes fontes de renda para o orçamento familiar dos produtores agrícolas, que se vêem obrigados cada vez mais a exercer a pluriatividade para sobreviverem. Já os produtores que possuem algum capital, podem investir em casas de aluguel, pousadas ou restaurantes para que possam obter uma outra fonte de renda.

A afirmação de Graziano da Silva e Grossi (apud SCHNEIDER e FIALHO, 2000) reforça tal aspecto.

As atividades agrícolas já não respondem pela manutenção do nível de emprego no meio rural... e que o meio rural brasileiro vem registrando um aumento de atividades não agrícolas que até pouco tempo eram

consideradas marginais, devido à pequena importância na geração de renda. Essas atividades passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas, envolvendo agroindústrias, serviços, comunicações. Entre essas, pode-se destacar o turismo rural como uma atividade indutora do crescimento de ocupações não agrícolas no meio rural. (p. 30 e 31)

Para Graziano da Silva e Grossi (1999), as famílias estão empregando-se sobretudo nos ramos da prestação de serviços, da indústria de transformação, do comércio de mercadorias, do social e da indústria da construção civil, que respondem por cerca de 85% do total das ocupações não-agrícolas disponíveis no meio rural brasileiro.

A pluriatividade pode ser apresentada sob duas formas, de acordo com Graziano da Silva (2001 p. 7).

Primeiramente: “por meio do mercado de trabalho relativamente indiferenciado, que combina desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústrias, têxtil, vidro, bebidas, etc.)” e; Segundo “por meio da combinação de atividades tipicamente urbanas do setor terciário como o ‘management’ das atividades agropecuárias”.

As atividades não-agrícolas passam a deixar de ser complementares e tornam-se a principal fonte de renda para algumas unidades familiares pluriativas, isso não significa necessariamente o abandono a atividade agrícola.

Dessa forma, a terra e a atividade agrícola passam a adquirir novos contornos. A terra continua sendo lugar de moradia e meio para produção de alimentos de subsistência, sendo que a antiga ocupação agrícola passa a dar lugar a uma diversidade de funções e ocupações, como: sítios de recreio, pousadas, hotel-fazenda, entre outras, proporcionados pela relativa proximidade da cidade e a valorização do espaço agrário.

Desta maneira, os pequenos produtores não estariam isentos de fatores externos como a especulação imobiliária e a diminuição das áreas cultiváveis.

Sendo necessária, em muitos casos, a existência de uma política de desenvolvimento local para fomentar novas atividades não agrícolas geradoras de renda e emprego, mas de uma maneira sustentável em longo prazo e que

estabeleça limites para que áreas suscetíveis à produção agrícola e à exploração turística não anulem uma a outra.

Schneider (1999) considera que a pluriatividade tende a se generalizar tanto em áreas de produção agrícola, onde o avanço tecnológico diminuiria a demanda de trabalho, como nas demais zonas rurais, onde o próprio Estado vem estimulando o desenvolvimento de outras atividades econômicas, como o turismo e o artesanato.

Este mesmo autor acredita que esse processo conduzirá à revalorização do espaço rural, especialmente em razão do rápido crescimento do movimento ambientalista e dos processos de descentralização industrial, que tendem a ampliar o mercado local de trabalho e, conseqüentemente, a adoção da pluriatividade nas famílias rurais.

3 DESENVOLVIMENTO LOCAL E TURISMO RURAL: UMA APROXIMAÇÃO

PRELIMINAR

De acordo com Cavaco (1996), o desenvolvimento local precisa ter certa homogeneidade em relação aos grupos. Caso as expectativas, motivações e cultura dos envolvidos não estejam em sintonia, pode-se não conseguir o comprometimento necessário, pois qualquer processo de desenvolvimento deve ser pensado e planejado a longo prazo.

Segundo Souza (apud PORTUGUEZ, 2001 p.72)

Desenvolvimento pressupõe mudança, transformação – e uma transformação positiva, desejada ou desejável. Clamar por desenvolvimento (seja a partir de que ângulo for) só é concebível, portanto, no seio de uma cultura que busque a mudança ou que esteja conscientemente aberta a essa possibilidade como um valor social.

Cavaco (1996) aborda também que o mundo rural não deve depender exclusivamente dos resultados econômicos da produção, mas deve também estar integrado com a sociedade e a economia urbana. Para isso, as novas estratégias de desenvolvimento rurais se baseiam na definição de novas funções para o espaço rural, que deverão ser econômica e ambientalmente sustentáveis e de acordo com o interesse das populações rurais e urbanas.

Algumas das novas funções do meio rural estão ligadas:

Ao equilíbrio territorial, devido ao despovoamento produzido pela concentração urbana;

Ao equilíbrio ecológico;

A produção de uma paisagem aberta e natural, ao contrário da urbana que é fechada e artificial e;

Ao combate a contaminação do ar, água e solo.

Portuguez (2001, p.59) ressalta que:

O desenvolvimento local assenta na revitalização e diversificação da economia, capaz de fixar e atrair população, de ocupar a população potencialmente ativa, com êxito econômico, profissional e social, de valorizar produções, de renovar as habitações e as aldeias, de assegurar melhores condições de vida, em particular aos idosos.

Para Benevides (apud RODRIGUES, 1997 p.37), “O turismo é um fator de arranço para o desenvolvimento local e indutor de um subseqüente desenvolvimento regional – pelo possível papel polarizador de um lugar, no caso o município”.

De acordo com Sessa (apud RABAHY, 1990 p.75), “O turismo, constituindo-se em uma atividade produtiva e geradora de emprego, inclui-se entre as que poderiam ser entendidas como elementos motrizes para o desenvolvimento de certas regiões”.

O turismo rural propicia a valorização do ambiente onde está sendo explorado por sua capacidade de destacar a cultura e a diversidade natural de uma região, proporcionando a conservação e manutenção do patrimônio histórico, cultural e natural. Pode contribuir, neste sentido, para a reorganização social e econômica local, uma vez que proporciona benefícios diretos à população local que participa direta ou indiretamente das atividades relacionadas com o turismo.

Conforme Rodrigues (1997), a concepção de estratégias de desenvolvimento local pelo turismo encontra-se no nível de microrregiões, de pequenos territórios, de cidades pequenas e médias ou mesmo de vilas e povoados onde são fortemente sentidas as mediocridades de condições de vida, traduzidas no êxodo e na pobreza. Nas regiões carentes ou estagnadas, são acatadas as atividades turísticas com vistas à correção dos desníveis de desenvolvimento, na expectativa de que elas possam proporcionar um aumento na geração de renda e de empregos e, conseqüentemente, na melhoria da qualidade de vida da população.

Benevides (1996) postula que o turismo com base no desenvolvimento local se contrapõe ao modelo dominante em vários países como o Brasil, conectado com o processo de globalização e que acarreta tendências ambientais degradantes. Segundo o autor, a manutenção da identidade cultural dos lugares constitui uma via mais democrática de desenvolvimento e que acarreta tendências ambientais menos degradantes, ressaltando, a manutenção da identidade cultural dos lugares tendo na comunidade os atores do processo, favorecendo o estabelecimento de pequenas operações com baixos efeitos impactantes de investimentos.

No mesmo sentido, Portuguez (1999) ao tratar o desenvolvimento local estudando o turismo rural, avalia que os modelos tradicionais de acumulação não se incomodam com os custos sociais e ambientais, destacando que o turismo não rompe necessariamente com o ideal de acumular rendimentos, mas o considera, a conservação ambiental, a salvaguarda do patrimônio e a manutenção das peculiaridades culturais de cada coletividade.

Para Cavaco (1996), o turismo ligado ao desenvolvimento local se assenta na revitalização e na diversificação da economia. Possui plena capacidade de fixar e atrair a população com êxito no sentido de assegurar melhores condições de vida. Apresenta considerável êxito na valorização da produção agrícola além de favorecer os planos de desenvolvimento do artesanato e de outras atividades ligadas ao turismo e à cultura, a exemplo das feiras e das festas tradicionais e populares.

Conforme a autora, os modelos de crescimento apresentam fundamentos essencialmente quantitativos dos fatores de produção, tais como, os recursos naturais, a mão-de-obra, o capital e a tecnologia. Fundamentam-se também nos efeitos da aglomeração da produção e de sua proximidade dos mercados. Diante disso acrescenta que ficam marginalizadas muitas questões ligadas às condições sociais, culturais, psicológicas e ambientais. Além disso, tais modelos têm, por vezes, gerado efeitos negativos do próprio crescimento, a exemplo da externalização e socialização dos custos ambientais, como o uso intensivo dos recursos naturais que levam aos limiares da sustentabilidade, ocasionando o desemprego, a violência e a pobreza.

Para Xavier (1999), o aspecto que se registra é o redespertar dos valores culturais, valorizando as manifestações antropológicas, religiosas, artísticas, folclóricas, artesanais e históricas. O significado de patrimônio cultural é muito amplo, pois inclui produtos do sentir, do pensar e do agir humanos. A importância do turismo orientado pelos valores culturais se reflete pelo valor para o conhecimento de uma região, de uma época ou de um estilo de vida através do valor simbólico e representativo de uma coletividade, assim como das manifestações folclóricas e da arte popular.

Mas em que consiste o turismo? E o turismo rural? Este também é um debate profícuo e a ele é dedicado o tópico seguinte.

3.1 TURISMO

Para Rodrigues (apud PORTUGUEZ, 2001), o turismo é considerado a mais promissora das atividades sociais. Tem sido visto como um fenômeno complexo, capaz de dinamizar os mais diversificados setores produtivos e nos lugares mais diferentes do mundo.

Segundo o mesmo autor, esta atividade é o resultado da conjunção de inúmeros fatores sociais, políticos, econômicos, ideológicos, culturais, técnico-científicos e ambientais que, após a segunda grande guerra, passaram a impulsioná-lo e a configurá-lo como fenômeno característico da sociedade moderna.

Para Buarque (1996), apesar desse mais recente desenvolvimento conceitual e metodológico, o turismo não é reconhecido como “setor” econômico, já que os *outputs* do processo produtivo turístico são heterogêneos e gerados nas mais diversas fontes.

Para o mesmo autor, o setor econômico pode ser classificado em setor primário, secundário, e terciário. O turismo não pode pertencer ao setor primário, pois ainda que o turismo utilize os atrativos naturais, não os extrai (como a mineração) nem os produz (como a agricultura). Portanto, o turismo não “explora” os atrativos naturais, somente os “usa”. Desta maneira, o turismo não é um resultado da construção porque esta não produz obras físicas como estradas, pontes, represas, casas, aeroportos, hospitais, etc. O turismo também não pode ser classificado como indústria, se ele fosse uma indústria, deveriam existir, mas não existem fábricas de turismo ou processos industriais cujo produto final ou intermediário fosse o turismo. Desta forma fica claro, que o turismo pertence ao setor terciário, e não ao secundário, como deveria ser para que se pudesse catalogá-lo como pertencente à indústria.

De acordo com Marinho e Bruhns (2003 p.3) na atividade econômica do turismo:

o turismo vem se afirmando e, atualmente apresenta um dos maiores índices de crescimento diante da economia brasileira e mundial e, por sua vez, o ecoturismo, dentre os vários segmentos do turismo, é o que mais tem se destacado com taxas crescentes, refletindo, assim, o interesse das sociedades por questões ambientais, em diferentes escalas.

A importância do turismo em uma economia depende basicamente de suas condições naturais e econômicas – existência do atrativo turístico, infra-estrutura urbana, equipamentos turísticos e acessibilidade ao mercado consumidor.

3.1.1 Conceito

Embora pareça de razoável consenso a possibilidade de desenvolvimento rural baseado em turismo, o mesmo não se pode dizer sobre o que é de fato o turismo e o turismo rural.

Existe uma discussão em aberto para se chegar a um padrão que melhor exprima o conceito com relação ao turismo. Desde seu surgimento vários conceitos já foram elaborados, mas ainda nenhum conseguiu agradar de forma unânime os estudiosos sobre o assunto.

No final do século XIX e início do século XX, começaram a surgir inúmeros conceitos sobre turismo, infelizmente quase todos perderam a validade, por fraqueza de fundamentação ou por falta de atribuição de autoria respeitável.

A mais antiga das conceituações ainda utilizadas pertence ao economista austríaco Herman Von Schullard (apud OLIVEIRA, 1997) que, em 1910, conceituou turismo como *“a soma das operações, especialmente as de natureza econômica, diretamente relacionadas com a entrada, permanência e o deslocamento de estrangeiros para dentro e fora de um país, cidade ou região.”* (p. 31)

Segundo Damiani (apud PORTUGUEZ, 2001 p.51):

O turismo é o ambiente necessário à fuga, sem a qual a ‘vida’ parece insuportável. Assim, haveria uma composição entre a vida ordinária e os momentos de turismo: estes últimos, entre outros, mantêm e contêm os homens nos limites estreitos do cotidiano.

Muitos debates acadêmicos já foram realizados para se definir quem deve ser considerado turista. A grande dificuldade em se realizar pesquisas relacionadas ao turismo está na coleta de informações, pois existem muitos problemas de comparabilidade e de qualidade nas estatísticas disponíveis.

O ideal seria que todos os países elaborassem suas coletas de dados baseando-se em fatores comuns para que não ocorresse viés na hora de trabalhar com esses dados.

Para OMT (Organização Mundial do Turismo) (apud CORNER, 2001 p.36), “o turismo representa um enorme potencial para o desenvolvimento e progresso para o futuro, se faz cada vez mais urgente a necessidade de se dispor de estatísticas confiáveis e homogêneas.”

Em 1991, foi realizada a Conferência sobre Viagens e Estatísticas de Turismo (Conferência de Ottawa), organizada pelas Nações Unidas (ONU), pela OMT e pelo Governo do Canadá, com a finalidade de se estabelecer um sistema de estatísticas. Essas definições foram adotadas pela ONU e publicadas pela OMT em (1995) para se homogeneizar os dados estatísticos a respeito dos turistas. São elas:

- elaboração de estatísticas mais representativas, com maior compatibilidade entre os dados nacionais e internacionais;
- proporcionar dados turísticos mais confiáveis e diretos aos profissionais do setor e governo;
- oferecer uma conexão entre oferta e demanda turística;
- permitir a valorização mais justa da contribuição do turismo aos fluxos comerciais e internacionais.

A Organização Mundial de Turismo (OMT) definiu turismo como:

O fenômeno que ocorre quando um ou mais indivíduos se trasladam a um ou mais locais diferentes de sua residência habitual por um período maior que 24 horas e menor que 180 dias, sem participar dos mercados de trabalho e capital dos locais visitados. (OLIVEIRA, 1997 p. 31)

A definição adotada pela OMT em 1994, e que une no seu ponto de vista todos os pontos positivos é que o turismo compreende “as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com a finalidade de lazer, negócio ou outras.” (CÓRNER, 2001 p.38)

Sob o ponto de vista da OMT, este conceito caracteriza de forma mais ampla os aspectos relacionados ao turismo, pois nele estão contidos os possíveis elementos motivadores de viagem: lazer, negócio e outros. Período, ou seja, inferior

a um ano. Delimitação da atividade desenvolvida antes e durante o período de estada. Localização da atividade turística realizada “fora do seu entorno habitual”.

Segundo a OMT apud (OLIVEIRA, 1997), entende-se por entorno habitual de uma pessoa a área que circunda sua residência mais todos aqueles lugares que visita freqüentemente.

Para o economista, Picard (apud CÓRNER, 2001 p. 20) “é a importação de divisas pelos países. O seu impacto reside no que as despesas de turismo podem realizar para os diferentes setores da economia e, em particular, para os donos e gerentes de hotéis”.

De acordo com Córner (2001, p.21), uma das definições mais completas foi elaborada por Wahab:

turismo é uma atividade humana intencional que serve como meio de comunicação e como elo da interação entre povos, tanto dentro de um mesmo país como fora dos limites geográficos dos países. Envolve o deslocamento temporário de pessoas para outra região, país ou continente, visando à satisfação de necessidades outras que não o exercício de uma função remunerada. Para o país receptor, o turismo é uma indústria cujos produtos são consumidos no local, formando exportações invisíveis. Os benefícios originários deste fenômeno podem ser verificados na vida econômica, política, cultural e psicossociológica da comunidade.

Também por ser o turismo uma atividade própria da sociedade de consumo, atividade que combina ações públicas e privadas, ele exige grandes investimentos financeiros e tecnológicos de bens e serviços aos turistas. Contudo, visa alcançar resultados que permitam o desenvolvimento econômico, político, social e cultura da sociedade envolvida.

Oliveira (1997) nos diz que para entender melhor sobre o assunto é importante que se saiba diferenciar os termos: deslocar-se, viajar e fazer turismo.

Destaca o autor que “deslocar-se” é o ato praticado por pessoas que mudam de cidade, região ou país e que vão morar em outros lugares, com a intenção de não retornarem de imediato para sua origem. “Viajar” é o ato de deslocar-se temporariamente de um lugar para outro, sempre com a intenção de retornar, de volta à origem. “Fazer turismo” diz respeito a fazer uma viagem temporária que exija infra-estrutura adequada.

Reforça ainda o mesmo autor que é importante que se saiba as diferentes definições de turismo e de turista. “Turismo receptivo” envolve os não-residentes que estiverem viajando em um determinado país. “Turismo emissor” nos diz respeito aos residentes que estiverem viajando para um outro país. “Turismo doméstico” envolve os residentes de um determinado país que viajam apenas dentro dos limites do seu território. “Turismo internacional” compreende o turismo receptivo e o emissor.

E a definição de turista envolve “Visitante Internacional”: qualquer pessoa que viaje para um país no qual não possua residência usual e que esteja fora de seu ambiente normal, por um período que não ultrapasse 12 meses e cujo objetivo principal da visita não seja o exercício de uma atividade remunerada dentro país visitado. “Visitante Doméstico”: qualquer pessoa que resida em um país e viaje para um lugar dentro dos limites do território e fora do seu ambiente usual, por um período que não ultrapasse 12 meses e, cujo objetivo principal da visita não seja o exercício de uma atividade remunerada no local visitado. “Visitante de pernoite”: qualquer visitante que permaneça, no mínimo, uma noite em acomodações coletivas ou privativas no local visitado. “Visitante de um dia”: qualquer visitante que não pernoite em acomodações coletivas ou privativas no local visitado.

Quando se direciona os estudos para o lado histórico do turismo, depara-se com viagens realizadas pelo homem desde os tempos mais longínquos, ou até mesmo antes da idade escrita, há milhões de anos.

De acordo com Badaró (2003), alguns estudiosos relatam que o turismo teve início na Grécia no século VIII, quando as pessoas viajavam para assistir aos jogos olímpicos. Há também os que acreditavam que haviam sido os fenícios, por terem sido eles os criadores da moeda e da transação comercial ou até mesmo na antiga Roma, onde a criação de estrada já ocorrera antes mesmo do século II a.C, o que possibilitava que os cidadãos viajassem entre os século II a.C. e o século II d.C.

Durante a Idade Média, período compreendido entre o século II a XV d.C, as viagens se limitavam a peregrinações e tinham como principal destino os eventos religiosos.

É no século VI, onde ocorrem os primeiros registros das peregrinações de cristãos, conhecidos como romeiros, para Roma.

O mesmo autor aponta que foi do século VII ao IX que houve a expansão do turismo, havendo viagens freqüentes para comemoração das festas da primavera e

da colheita. Cabe salientar que é nessa época que se consolidou o pagamento por tributos de passagem por territórios desconhecidos, as trocas de moedas e a barganha.

No século IX, quando foi descoberta a tumba de Santiago de Compostela, na Espanha, houve as primeiras excursões pagas e organizadas registradas pela história.

Para Boyer (apud BADARÓ, 2003 p.41), os séculos XV e XVI ficaram marcados pelo aumento nas viagens particulares. “Viagens estas que supriam a falta de comunicação que era predominante. Ao mesmo tempo, essas viagens tinham por cunho o acúmulo de conhecimento, cultura, línguas e aventuras”.

No início do século XVIII, a Itália instituiu um pensamento de que regiões como Florença e Roma deveriam ser de passagem obrigatória para todos os turistas, a fim de não se sentirem inferior aos olhos dos outros.

Com a chegada da ferrovia, surgiram as primeiras viagens coletivas, possibilitando o barateamento e tornando-as acessíveis a outros segmentos sociais.

Assim, Badaró (2003 p.37) ressalta que:

os trens eram sinônimos de rapidez e elemento facilitador da atividade turística. Os navios exerciam maior fascínio entre a população. Surge, então, a classe média, com salários melhores e maior possibilidade de gastos com entretenimento, como o futebol e corridas a cavalo.

Com a primeira grande guerra no século XX, o turismo em todo o mundo enfraqueceu. Contudo, essa situação se amenizou com a introdução do avião como novo meio de transporte e a criação da Associação Internacional de Transportes Aéreos.

Ferreira Jr. (2000 p. 12) afirma que “o transporte aéreo desponta como a preferência dos turistas dados a sua capacidade de agilidade de locomoção”.

Graças a isso o turismo se expandiu pelo mundo inteiro. Para ele, o número de agências de viagens teve um considerável aumento, pois a incapacidade das empresas aéreas em atender bem a seus clientes, forçou-os a abrirem o mercado ao varejo.

Com o crescimento da crise ambiental e o aumento da consciência ecológica das populações, o turismo, no final da década de 80, percebe um aumento num setor que até o momento era predominante do litoral.

Desta maneira, Dias (2003) destaca que a mudança de valores e hábitos, bem como a preocupação em buscar uma melhora na qualidade de vida, passam a incluir a procura por ambientes saudáveis, emoldurados pela natureza exuberante. Desta maneira dá-se o início do turismo rural.

Os estudos realizados por Portuguez (2001) mostram que o turismo rural teve início nos Estados Unidos. Já as regiões eram pouco povoadas, e os viajantes se aventuravam, apesar de saberem que não havia locais apropriados para pernoitar.

Percebendo este mercado é que se desenvolveram, ao longo dos anos, inúmeras hospedagens para suprir a demanda de turistas na região, que ofereciam os mais diferenciados serviços para satisfazer às necessidades dos turistas.

Para Pires (2001), as motivações pelas quais as pessoas se deslocam são distintas, podendo ser para descanso, diversão, aprendizado, trabalho, aperfeiçoamento profissional entre muitos outros. Mas, de um modo geral, os turistas pretendem visitar várias atrações – tanto naturais quanto culturais – quantas lhe propiciem o tempo disponível e as facilidades.

Os principais tipos de turismo identificados na literatura que trata do tema são: Turismo de Aventura, Turismo Aventura, Turismo do Bem Estar, Turismo Cultural, Turismo Esportivo, Turismo de Estudo / Pesquisa, Turismo Religioso / Esotérico, Turismo de Saúde e Turismo de Caça e Pesca.

O Turismo de Aventura utiliza o entorno ou meio natural como recurso para produzir sensações de descobrimento, razão pela qual necessita conseqüentemente de espaços com pouca carga turística, se pouco explorado, melhor ainda.

Esta prática de turismo é constituída por programas e atividades que exprimem desafios. Alguns exemplos básicos deste tipo de turismo são observados em lugares que oferecem condições para a prática de escaladas, rappel, ralli, jipe safáris e tantos outros lugares que se possa transpirar adrenalina.

Para Augustin (apud MARINHO e BRUHNS, 2003 p. 80):

a busca de aventura, da vertigem e da realização pessoal superam, nas novas modalidades, a competição e a exibição para grandes platéias...

neste sentido, locais de natureza virgem oferecem indubitavelmente elevada carga potencial de aventura.

O turismo de aventura tende, por definição, a buscar áreas praticamente intocadas: picos elevados, vertentes íngremes, cavernas, ambientes submarinos, vales em gargantas, corredeiras e cachoeiras.

No Turismo do Bem Estar estão inseridas as atividades voltadas para o desenvolvimento e aperfeiçoamento com a finalidade de equilibrar as condições físicas ou espirituais de um indivíduo ou grupo de pessoas. Exemplos deste tipo de turismo são: yoga, workshops, clínicas para desintoxicação, *spas*.

O Turismo Cultural é o segmento do turismo que apresenta programas direcionados a participantes interessados em conhecer costumes e hábitos de determinado povo ou região. Entre esses costumes pode-se citar o folclore, a gastronomia, a fé e etc.

Turismo Esportivo é um segmento do turismo voltado para programas e atividades físicas, com fins específicos de promover a prática de esportes por amadores ou profissionais. Exemplos: alpinismo, golfe, mergulho, pescaria, windsurfe.

Marinho e Bruhns (2003 p. 78) afirmam que:

O avanço tecnológico propicia ao ser humano tais experiências inéditas em meios naturais. De fato, a busca contemporânea de aventura e contato com a natureza, aliadas à possibilidade tecnológicas, promoveu o surgimento de novas práticas esportivas, muitas resultantes das adaptações de modalidades tradicionais: o rafting, da canoagem, o mountain bike do ciclismo e outras.

Turismo de Estudo ou Pesquisa é constituído por programas e atividades para aprendizado, treinamento ou ampliação de conhecimentos *in situ*, envolvendo estudantes e professores como profissionais locais. Exemplos: antropologia, arqueologia, botânica, culinária, idiomas, TEAL (Treinamento Empresarial ao Ar Livre).

O Turismo Religioso / Esotérico segundo (DIAS, 2003 p.17):

é aquele empreendido por pessoas que se deslocam por motivações religiosas e/ou para participação em eventos de caráter religioso. Compreende romarias, peregrinações e visitações a espaços, festas, espetáculos e atividades religiosas.

Como toda a atividade turística de modo geral, exige uma abordagem interdisciplinar que contemple seus aspectos econômicos, sociais, espaciais e culturais envolvidos.

Embora muitos considerem que as motivações religiosas não possuem nada de turístico, quando comparadas com outros propósitos de viagens, na realidade o viajante pode ter um envolvimento grande com o sagrado, mas continua a necessitar de descanso, alimentar-se e desfrutar de momentos de calma e relaxamento, usufruindo dos mesmos equipamentos necessários para o atendimento do viajante que o faz com fins culturais.

De acordo com Nolan e Nolan (apud DIAS, 2003 p.18)

os atrativos religiosos se classificam em três: em primeiro lugar, estariam os santuários de peregrinação; em segundo, os espaços religiosos com um caráter histórico-artístico significativo; em terceiro, os grandes encontros de grupos religiosos.

Deste modo, o turismo religioso não se restringe somente a um destino com arquitetura concreta, mas também por outros motivos.

O Turismo de Saúde é o turismo praticado por pessoas que necessitam realizar tratamentos de saúde e, por isso, procuram locais onde existiam clínicas médicas especializadas.

Contempla o conjunto de atividades turísticas em que as pessoas procuram os meios de manutenção ou de aquisição de bom funcionamento e sanidade de seu físico e de seu psíquico.

O Turismo de Caça e Pesca engloba uma das principais atividades de lazer praticadas no mundo e envolve uma variada gama de serviços na área de turismo.

Um tipo bastante difundido e econômico de pesca acontece no pesque-pague. Segundo Graziano da Silva, Baldasi e Grossi (apud ALMEIDA et. al. 2000 p 45 e 46):

os pesque-pague, destinados ao lazer da classe média urbana, normalmente estão localizados em chácaras e sítios de fácil acesso pelas principais rodovias do estado, e oferecem aos clientes bons e diversificados serviços – estacionamento, lanchonete, material para pesca.

Com relação ao turismo de caça, o Brasil tem pouca literatura e dados sobre o assunto, que é um dos itens mais importantes do turismo em áreas rurais em países como a Inglaterra e a França.

Um exemplo citado por Graziano da Silva, Vilarinho e Dale (apud ALMEIDA et. al. 2000) é uma fazenda situada no estado do Paraná, onde são criadas espécies exóticas como cervos, antílopes, faisões e outras aves, sendo que a temporada de caça é aberta o ano inteiro.

Como se percebe é vasta a variedade de turismo existente no mercado.

3.2 TERMINOLOGIAS DO TURISMO RURAL

Para Graziano da Silva e Campanhola (1999) O meio rural brasileiro passou por diversas transformações nas últimas décadas, contribuindo para que ele não possa mais ser considerado como essencialmente agrícola. A identificação do rural com o agrícola perdeu o sentido quando muitas atividades tipicamente urbanas passaram a ser desenvolvidas no meio rural, geralmente em complemento às atividades agrícolas.

As atividades não-agrícolas cada vez mais se constituem em formas alternativas e/ou complementares de geração de renda no meio rural. Entre elas se destacam também atividades ligadas ao lazer e ao turismo. Ainda que não seja possível quantificar a importância econômica dessas atividades, Graziano da Silva e Campanhola (1999) mostram que pesquisas realizadas pelo IBGE indicam que existem quase 250 mil pessoas residindo em áreas rurais no país e se ocupando de atividades de comércio e prestação de serviços.

O turismo rural pode representar uma nova forma de ocupação da mão-de-obra e maior remuneração em relação às atividades tradicionais, podendo proporcionar também um aumento na qualidade de vida das famílias e uma maior estabilidade econômica na propriedade rural.

Para Graziano da Silva e Campanhola (1999 p.12):

o turismo no meio rural deve ser uma atividade essencialmente difusa, diretamente relacionada com aspectos ambientais, e com especificidades inerentes a cada local. Nesse sentido, as estratégias devem se basear em economias de 'gama' ao invés de economias de escala, pois a idéia não é maximizar o número de turistas, mais ampliar as ocasiões de gastos dos mesmos.

Assim, pode-se dizer que o turismo rural é uma alternativa para o desenvolvimento local, no que se refere ao aproveitamento das especificidades de cada território e ao pleno aproveitamento das suas potencialidades e oportunidades, abrangendo a diversidade de produtos e serviços ofertados ao turista que visita a sua propriedade.

Segundo Graziano da Silva (apud GRAZIANO DA SILVA e CAMPANHOLA, 1999 p. 4) pode-se relacionar o turismo no meio rural como sendo: "atividades internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade".

Para os mesmos autores, elas devem ser entendidas como:

parte de um processo de agregação de serviços aos produtos agrícolas e bens não-materiais existentes nas propriedades rurais a partir do 'tempo livre' das famílias agrícolas, com eventuais frações de mão-de-obra externa. São exemplos de atividades associadas ao agroturismo: a fazenda-hotel, o pesque-pague, a fazenda de caça, a pousada, o restaurante típico, as vendas diretas do produtor, o artesanato, a industrialização caseira e outras atividades de lazer associadas à recuperação de um estilo de vida dos moradores do campo. (p. 4)

De acordo com Dias (2003), um conjunto de atividades que podem ser incluídas como turismo no espaço rural, sendo um dos que mais cresceu foi o ecoturismo, que procura fomentar a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente natural.

Para o mesmo autor, o ecoturismo é hoje uma atividade muito procurada pelos habitantes urbanos para se recuperarem do dia-a-dia estressante das grandes cidades. Por essa razão, constitui-se em um dos mais dinâmicos mercados emergentes de nosso país.

Graziano da Silva e Campanhola (1999 p.5) apontam que o instituto de Ecoturismo do Brasil descreve o ecoturismo como sendo:

a prática de turismo de lazer, esportivo ou educacional, em áreas naturais, que se utiliza de forma sustentável dos patrimônios natural e cultural, incentiva a sua conservação, promove a formação de consciência ambientalista e garante o bem estar das populações envolvidas.

Entretanto, Dias (2003 p.104) ressalta um aspecto negativo do mesmo ao lembrar que:

na maioria dos casos, o ecoturismo tende a gerar pouca renda para a população rural. Muitas vezes, as viagens são programadas por agências urbanas, que se utilizam de guias também urbanos, fazendo com que o fornecimento de alimentação e pernoites se dêem nas cidades próximas as áreas rurais, deixando pouca, ou quase nenhuma receita dentro das propriedades rurais.

Apesar disso, o mesmo autor lembra que a população rural pode se beneficiar indiretamente com o ecoturismo, seja através da melhoria da infra-estrutura e dos serviços públicos, com o aumento do número de indústrias e de estabelecimentos comerciais com demanda de produtos para consumo imediato, com a recuperação do patrimônio histórico e cultural, com a recuperação das áreas degradadas e das florestas nativas.

Em resumo, a expressão turismo rural é empregada muitas vezes no sentido genérico como o conjunto de atividades que se desenvolvem no meio rural, tendo como objetivos proporcionar, ao produtor rural, a complementação da renda e ao visitante o descanso, o contato com os valores culturais e patrimoniais tradicionais, ou até a prática do lazer num âmbito diferente da cidade.

Há uma considerável gama de expressões e terminologias a ele associados, dentre as quais:

a) Turismo rural tradicional de origem agrícola.

Propriedades que historicamente se constituíram como unidades de produção agrária durante o ciclo do café, cujo patrimônio arquitetônico é representado pela sede da fazenda, áreas de pesque-pague, ordenha de vacas, colheita de frutas, dentre outros.

b) Turismo rural tradicional de origem pecuária.

São áreas onde a atividade de criação de gado funcionou como instrumento de apropriação do território durante o início da colonização, atualmente oferecem infra-estrutura para hospedagem.

c) Turismo rural tradicional de colonização européia.

A origem está relacionada à história da imigração européia no Brasil, principalmente nas regiões sul e sudeste do país, onde os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Espírito Santo se destacam. Algumas fazendas apresentam instalações luxuosas, cujos proprietários residem ou não na propriedade e a atividade agrária é ainda importante, sendo o turismo atividade complementar.

d) Turismo rural artesanal de origem colonial.

Propriedades rurais tradicionais, com instalações simples nas quais os proprietários residem no local e cujos meios de subsistência provém das atividades rurais. Vivem do consórcio das atividades agropecuárias com o turismo, estes desempenhando uma atividade econômica complementar. Recebem os turistas nas dependências de suas casas, com eles compartilhando sua moradia. Fazem e vendem produtos artesanais de origem rural, como compotas, pães, biscoitos, etc. Trata-se de um turismo de pequeno porte, modesto, de estrutura essencialmente familiar.

e) Turismo Rural Contemporâneo;

Opõe-se à primeira categoria por englobar equipamentos implantados mais recentemente, notadamente a partir dos anos 70, quando o turismo começa a assumir maior significado como atividade econômica no Brasil. Modalidade alternativa ao turismo "sol e praia", assumindo importância maior à medida que a população brasileira torna-se mais urbanizada. Como variantes dessa modalidade, destaca-se:

f) Agroturismo;

Segundo classificações européias, os turistas devem participar das atividades típicas do campo como força de trabalho, tais como ordenhar uma vaca, colher determinados frutos, etc.

g) Hotéis-fazenda;

Podem ser entendidos como um hotel similar aos outros com a particularidade de estar localizado em zona rural, implantados deliberadamente para a exploração

desse turismo específico, valorizando a cultura local, como o folclore, a gastronomia, as atividades típicas tais como cavalgadas, etc.

h) Fazendas-hotel;

Empreendimento localizado em meio rural onde sua construção inicial não foi realizada com o intuito de atender ao propósito do turismo. Na fazenda-hotel, a propriedade agropecuária continua com suas atividades produtivas sendo seu principal meio de subsistência. Além de andar a cavalo, apreciar as paisagens, tomar banho de cachoeira, praticarem esportes e outros, os hóspedes podem vivenciar e participar das atividades rotineiras da fazenda, que vão desde as ordenhas e alimentação dos demais animais, até as práticas agrícolas, como o preparo do solo e colheita de alimentos. As pessoas que procuram esse tipo de hotel, em geral, entendem o conforto como secundário à busca pela autenticidade.

i) Pousadas rurais.

De menor porte e menos luxo, procuram oferecer aos visitantes a possibilidade de usufruir a vida no campo, sem muita sofisticação.

j) Spas rurais.

Podem ser enquadrados também nas categorias de turismo de saúde, constituindo a versão moderna das antigas estações termais, hoje com fins estéticos. Situam-se na zona rural com o intuito de oferecer aos pacientes - hóspedes o bucolismo da vida campestre, associando a ele muitas caminhadas para queimar calorias e produzir o relaxamento necessário para suportar as dietas.

k) Segunda residência campestre;

Localizadas na área rural de municípios vizinhos de grandes centros urbanos, tais como as chácaras de veraneio, sítios, etc.

São também chamados de residentes temporários, por passarem apenas parte do ano e alguns feriados no meio rural.

De acordo com Ruschmann (apud ALMEIDA, FROEHLICH e RIEDL, 2000 p. 68), “geralmente, não são bem aceitos pelos moradores fixos, porque são considerados indutores de tensões múltiplas... os agricultores os culpam de induzir o aumento do preço das terras agrícolas, estimulando a especulação imobiliária”.

l) Campings e acampamentos rurais;

Já representaram um meio de hospedagem importante no país e, ainda hoje, apesar de passarem uma aparente estagnação, são importantes para hospedar jovens e famílias com crianças, demanda bastante significativa do turismo rural.

Localizam-se geralmente em vales de rios e em áreas de expressiva cobertura vegetal, como as matas ciliares.

Segundo Etges (1998), o turismo rural surge como uma nova alternativa econômica para as propriedades do país. Esta atividade aproveita os recursos naturais já existentes, além da cultura e dos costumes da população.

Para ela, o que atrai o turista é a vida do agricultor. Uma opção é o visitante dormir na hospedaria e alimentar-se junto com a família, integrando-se com sua forma de viver e conhecendo sua alimentação típica.

Os benefícios que a comunidade teria com a implantação do turismo rural seriam basicamente: a geração de uma nova alternativa de renda; a animação da economia rural; a geração de empregos diretos e indiretos; a redução do êxodo rural; a preservação dos valores culturais; o resgate da auto-estima do homem rural e as atividades nas propriedades agropecuárias voltadas ao turismo receptivo.

Segundo Barrera (apud ALMEIDA, FROEHLICH e RIEDL, 2000 p.197), “todos os estabelecimentos que começam a operar no turismo rural incorporam mão-de-obra, tanto de forma direta como indireta, e nesse sentido a atividade tem um importante efeito de enraizamento”.

De acordo com Naisbitt (apud LEMOS, 1999 p. 10):

o turismo é uma das principais atividades do mundo. O turismo é a mais promissora atividade do mundo. Ela é alimentada pelo progresso das telecomunicações, tem a força que está ensejando a imensa economia global e capacitando seu poder multiplicador.

Lemos (1999), por seu lado, aponta que além das famílias, empresas, governos, bancos e outros, existem outros agentes econômicos que podem ser vistos de forma mais abrangentes, mas não menos tradicional, são eles: o governo da localidade receptora; a comunidade receptora; os trabalhadores do setor; as empresas de maneira geral; as empresas de hospedagem; o sistema financeiro da localidade receptora; as operadoras turísticas; as empresas de transportes; as agências de viagens; os turistas; o sistema financeiro da localidade emissora; os governos das localidades emissoras.

Para Rabahy (2003), a importância do turismo em uma economia depende basicamente de suas precondições naturais e econômicas – existência do atrativo

turístico, infra-estrutura urbana, equipamentos turísticos e acessibilidade ao mercado consumidor.

3.3 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL NO BRASIL

Segundo estudiosos sobre o assunto no Brasil, não existe uma data específica para datar o início desta atividade. Para eles, o principal motivo é a dimensão territorial de nosso país.

Mas para Zimmermann (1996), o pioneiro é o município de Lages, no Estado de Santa Catarina, segundo o autor:

Esta região, antes de ser considerada a capital nacional desse tipo de turismo, era somente um local de parada na travessia do Planalto Serrano catarinense para o Estado do Rio Grande do Sul. A base de sua economia era a pecuária praticada nas inúmeras propriedades existentes e a exploração da madeira. Com a escassez da madeira nativa, foram necessárias mudanças e, em 1986, alguns produtores resolveram diversificar sua área de atuação, abrindo a propriedade rural para visitantes que vinham passar o fim de semana e vivenciar o dia-a-dia da fazenda. Inicialmente, o visitante chegava à propriedade pela manhã para tomar o café e nela permanecia até o anoitecer, participando das atividades como a tosa das ovelhas, a doma dos potros, inseminação artificial, entre outras atividades. Posteriormente, essa atividade foi denominada "agroturismo", surgindo outras como as de fazendas-hotéis ou hotéis-fazendas, que forneciam pouso aos turistas.

Esta iniciativa deu certo e em pouco tempo foi implantada como um diferencial ao desenvolvimento das populações rurais em várias localidades do país.

No meio rural brasileiro, segundo Graziano da Silva e Campanhola (2000 p.145) a principal modalidade de turismo rural é o agroturismo, que esses autores definem como:

atividades internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas. Exemplos: fazenda hotel, pesque-pague, fazenda de caça, pousada, restaurante típico, vendas diretas do produtor, artesanato, industrialização caseira e outras atividades de lazer ligadas à vida cotidiana dos moradores do campo.

É de grande relevância observar que a exploração do turismo rural deve ter sempre o caráter de complementaridade. A atividade agrícola realizada nas propriedades não deve ser abandonada, além de ser mais um atrativo para o turista que pode participar ativamente do trabalho na agricultura e ficar sabendo que os alimentos consumidos nas refeições provêm do estabelecimento visitado é ainda mais estimulante. Também é fundamental esclarecer sobre a sazonalidade que pode existir na atividade turística. Não podendo ser o turismo rural atividade exclusiva dos pequenos proprietários.

Segundo a Embratur (Empresa Brasileira de Turismo), o turismo rural é uma atividade desenvolvida no campo, comprometida com a atividade produtiva, agregando valores a produtos e serviços e resgatando o patrimônio natural e cultural da comunidade. Isso significa que, para ser enquadrado como turismo rural, o empreendimento deve ser e não apenas "parecer" um sítio ou fazenda.

Ao elaborar o *Manual operacional do turismo rural* em (1994), a Embratur, definiu o turismo rural como:

atividade multidisciplinar que se realiza no meio ambiente, fora de áreas intensamente urbanizadas. Caracteriza-se por empresas turísticas de pequeno porte, que têm no uso da terra a atividade econômica predominante, voltada para práticas agrícolas e pecuárias. Silva, Vilarinho e Dale (apud ALMEIDA, FROEHLICH e RIEDL, 2000 p.19).

Com isso, o turismo rural envolveria as seguintes atividades/produtos:

- Caminhadas, visitas a parentes e amigos, visitas a museus, galerias e sítios históricos;
- Festivais, rodeios e shows regionais, esportes na natureza, visitas a paisagens cênicas/ fauna e flora;
- Gastronomia regional, artesanato e produtos agroindustriais, *campings*, hotéis-fazendas, albergues, *spas* e outros.

Durante a década de oitenta, o turismo como atividade econômica foi amplamente criticada, por trazer conseqüências irreversíveis tanto para a população local quanto para os ecossistemas. Como críticas a essa situação, surgem as novas propostas de alternativas ecologicamente mais benéficas para satisfazer as necessidades do turismo de massa: o chamado turismo rural.

Para o caso brasileiro, Graziano da Silva e Campanhola (2000), apontam que o turismo rural pode ser considerado como uma alternativa promissora para o aumento nos níveis de ocupação e ganho da população rural, devido não somente ao próprio setor, mas também às alternativas relacionadas ao turismo, como é o caso do comércio e de outros serviços. Na realidade, toda comunidade rural acaba se beneficiando devido às melhorias na infra-estrutura e nos serviços públicos que são trazidos pelas implementações das atividades turísticas.

Nos últimos anos, o meio rural brasileiro passou por profundas mudanças, seja no que diz respeito a aspectos ocupacionais, seja na interpretação de sua noção ou significado contemporâneo. Fazem parte destas transformações as “novas definições” atribuídas ao meio rural (turismo, casas de segunda moradia, lazer, etc.), alterando muitas vezes não somente a paisagem, mas também as relações e os significados sociais no espaço agrícola.

De um lado, a necessidade de produtores rurais, principalmente os pequenos e médios proprietários, em busca de alternativas para diversificar, aumentar a fonte de proventos e agregar valor aos seus produtos. Por outro, os visitantes buscando novas experiências longe dos grandes núcleos urbanos, desejando conhecer outros modos de vida e culturas não corriqueiras. Assim, a promoção de atividades de turismo no meio rural pode propiciar a satisfação dos turistas, bem como a dos produtores rurais, firmando-se como alternativa para o desenvolvimento local e para a conservação dos aspectos culturais e ambientais.

Para Almeida (1999), o verdadeiro turismo rural tende a se desenvolver a partir de uma iniciativa local baseada nos recursos naturais e culturais existentes, criando rendimentos complementares e infra-estruturas terciárias de interesse da população rural, buscando manter o equilíbrio entre os sistemas ecológicos, socioeconômicos e culturais do espaço rural.

De acordo com Graziano da Silva e Campanhola (1999), a implantação do turismo rural e o diálogo com as comunidades devem ser intensos e abertos, que contemplem visões diferentes do mundo e encontrem caminhos não vislumbrados apenas por uma ótica, tendo que existir uma interação entre as diferenças e a valorização da diversidade. Isto é especialmente verdadeiro para o rural brasileiro, que possui reconhecida heterogeneidade socioeconômica e ambiental.

3.4 IMPACTOS NEGATIVOS CAUSADOS PELO TURISMO

Apesar das vantagens da atividade, também existe uma farta literatura que nos revela os seus efeitos negativos, muitas vezes irreversíveis, causados pela sua má utilização.

Impactos econômicos, socioculturais e ambientais indesejáveis já estão sendo pesquisados e estudados para que possam ser amenizados, pois, como aponta (SARTOR, 1981, p.18), “o mau emprego do turismo tem degradado o valor cultural de numerosas localidades do mundo, onde o turismo intenso e desarticulado provocou, nos habitantes, processos de despersonalização.”

Maximizar os impactos positivos advindos do turismo e tomar medidas para combater os impactos negativos diversos é, sem dúvida, o grande desafio para a sustentabilidade integral das áreas receptoras.

Segundo (SCHNEIDER e FIALHO, 2000, p. 46):

o turismo rural pode ter a função de indutor de desenvolvimento e de preservação, pois tem papel de conservar, manter e valorizar o patrimônio histórico cultural e natural da região onde está sendo explorado, mas em contrapartida, ele pode trazer transtornos à comunidade através da influência dos turistas, como por exemplo, os impactos sobre o meio ambiente, o aumento de custos de vida e a descaracterização de determinados traços culturais da sociedade local.

As áreas receptoras do turismo de massa vêm sofrendo graves problemas de ordem sócio-ambiental. Em relação àquelas provocadas sobre o meio natural, pode-se apontar: a compactação do solo e processos erosivos diversos; a fuga da fauna silvestre; a exposição das raízes das árvores às pragas; a poluição dos corpos líquidos, por meio de afluentes não tratados, pelos hotéis e pousadas, embarcações turísticas; os incêndios provocados por fogueira de acampamentos; a poluição sonora e atmosférica, pela presença de automóveis; os desvios dos cursos de rios; piração em grutas e outras.

A tentativa em mensurar a quantidade de pessoas que uma área turística pode suportar, sem causar prejuízos ao meio ambiente e a qualidade da visita é um meio de se tratar com mais responsabilidades os impactos mais sustentáveis para as áreas turísticas.

De acordo com Pires (apud MARINHO e BRUHNS, 2003), o limite máximo de visitantes / turistas que uma área pode suportar vem sendo estudada desde a década de 80. Entretanto, essa preocupação sempre esteve no alvo das críticas dos especialistas sobre o assunto. A questão para eles residia no fato de que determinar o número de visitantes / turistas não era suficiente para garantir uma vida responsável e impedir impactos indesejáveis ao meio visitado.

Para Seabra (apud MARINHO E BRUHNS, 2003 p.109), “a carga turística conta, hoje, com as variáveis de cunho ambiental, socioeconômico e sociocultural, para que as pessoas possam monitorar os impactos sobre o meio ambiente e sobre as populações e garantir a satisfação do turista”.

No turismo rural o congestionamento pelo grande número de automóveis, pode afetar a qualidade do ambiente natural, pela sua grande poluição sonora e do ar. Em muitos casos a proliferação das atividades esportivas como o “*mountain bike*”, jipes e motocicletas, etc., além de perturbarem a tranquilidade do ambiente, afetam o habitat natural, a flora, a fauna e podem causar erosões na região.

Rabahy (2003 p.84) ressalta que: “o efeito do turismo rural no meio ambiente pode ser desastroso, caso não seja adequadamente dimensionado. Os recursos naturais são limitados e a atividade turística se localiza preferentemente em áreas onde esses recursos são mais disponíveis”.

Graziano da Silva e Campanhola (apud SCHNEIDER e FIALHO, 2000) vão além ao lembrar que o excesso de turistas pode comprometer a própria atividade.

o aumento do fluxo de turistas em uma região que não está devidamente preparada para recebê-los pode causar danos ao meio ambiente como, no caso de uma pequena comunidade que não tenha rede de esgotos compatível com a população usuária (tanto a residente como os visitantes). Nesse caso, ocorre um aumento da poluição das águas pelo lançamento de dejetos nos rios, que em curto prazo, pode provocar a redução das visitas de turistas em razão da degradação e da perda da atratividade. (p. 36)

Segundo Schneider e Fialho (2000, p.38), quando uma comunidade local não é planejada e ordenada, pode acarretar diversos tipos de danos e impactos. Entre eles:

- Pode ocasionar a descaracterização da cultura local devido à modificação dos padrões de sociabilidade tradicionais decorrente da intensificação das relações mercantis e, sobretudo, pela ampliação dos horizontes sócio-culturais dos mais jovens, que em muitos casos acabam se recusando a seguir as práticas culturais paternas como o folclore, a língua, etc.
- A comunidade local é afetada pelo aumento do tráfego de pessoas e pela ampliação da mobilidade populacional, o que nem sempre pode ser do agrado de todos.
- A poluição do ar pode ser gerada pelo uso excessivo de veículos com motor de combustão interna por turistas e operadores de viagens.
- A poluição das águas de superfície e subterrâneas pode ser consequência do descarte e do tratamento precário do esgoto e dos resíduos sólidos.
- É notório que o turismo rural é seletivo em relação às áreas onde ocorre sua expansão. Assim, enquanto que em localidades esta atividade pode dinamizar a economia, em outras, no entanto, pode conduzir à depressão e à crise, acentuando os desequilíbrios regionais que acabam contrariando o próprio sentido da iniciativa.
- Característica que pode surgir com a expansão do turismo é o aumento da violência e do uso de drogas, típica de situações sociais de intensificação das relações humanas.
- Pode ocorrer o aumento do custo de vida das populações que residem de forma permanente no local, especialmente os preços das atividades de prestação de serviços e do acesso à moradia
- E por último a valorização das terras. Em momentos de expansão, muitos agricultores aproveitam a alta dos preços fundiários para venderem suas propriedades e migrar para trabalhar nas cidades.

No geral, devido a problemas de escala e acesso a recursos para reconversão ou integração, muitos agricultores familiares acabam encontrando dificuldades para participar do negócio turístico. É sabido que toda atividade comercial necessita, no início, de um investimento para poder participar do mercado criado pelo turismo. Mas os pequenos agricultores enfrentam obstáculos no acesso a programas de financiamento devido à falta de garantias para a tomada de crédito.

Outro fator limitador é a incapacidade de adequação do agricultor ao turismo devido a sua tradição enraizada. Além disso, a passagem muito rápida de uma atividade a outra, também pode se tornar prejudicial, pois alguns ingressantes na atividade turística optam por abandonar por completo a agricultura, ocasionando um aumento da dependência externa e no custo de vida familiar, sem mencionar a possibilidade de comprometer o abastecimento local de produtos agropecuários.

4 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA NO MUNICÍPIO DE ROLANTE

A comunidade de Boa Esperança (figura 9), onde foi realizada a pesquisa no município de Rolante, consiste em um grupo de aproximadamente 26 famílias, das quais 8 delas desenvolvem atividades ligadas à rota turística conhecido como “*O Caminho das Pipas*”. Esta rota se desenvolveu e ganhou características de turismo rural após o fechamento da cooperativa que produzia vinhos na região. Os produtores de Boa Esperança, que vendiam as frutas (uvas) para a cooperativa, perderam sua produção quando a mesma não conseguiu honrar com seus compromissos e entrou em falência. Os produtores saíram em busca de novos compradores para a sua produção, porém, conforme o relato deles, as empresas que adquiriam suas mercadorias demoravam até duas safras para pagá-los. Cansados de ficar dependentes das empresas, começaram a montar suas próprias agroindústrias de vinhos, pois possuíam conhecimento para a fabricação do mesmo, uma tradição familiar de produção para o consumo. A região, que havia ficado conhecido pela qualidade dos vinhos produzidos pela extinta cooperativa, começou aos poucos a receber os próprios clientes que estavam em busca de um produto de qualidade. Desta forma, começa a surgir junto com o interesse em adquirir os produtos fabricados pelos produtores de Boa Esperança, o turismo rural.

De acordo com os produtores, o turismo rural foi se desenvolvendo aos poucos sem a intenção de se tornar um atrativo turístico. Os produtores recebiam os turistas que visitavam a localidade em busca de vinhos e produtos coloniais que começavam a ganhar destaque na produção local. A prefeitura, em conjunto com a EMATER, percebendo a demanda das pessoas pelos produtos agroindustriais da comunidade em estudo, resolveu formalizar e fomentar o turismo local, criando a rota turística “*O caminho das Pipas*” e a sua divulgação. Estes mesmos órgãos passaram a oferecer cursos e palestras aos produtores, qualificando-os para que melhor pudessem oferecer seus serviços aos clientes que freqüentavam a localidade em número cada vez maior.



Figura 9 - VISTA PARCIAL DA LOCALIDADE DE BOA ESPERANÇA

Fonte: O autor

O acesso à comunidade pode ser feito por dois caminhos: o primeiro é pela localidade conhecida por Areia, que fica distante 18 km da sede municipal; o segundo é pelo caminho da localidade de Morro Grande, que se localiza a 15 km da sede. Na figura 10, é possível se observar estes dois caminhos.



Figura 10 - PLACA INDICATIVA DO “Caminho das Pipas”

Fonte: O autor

A COMUNIDADE

Trata-se de uma comunidade predominantemente de origem italiana. Conforme pode ser verificado pelos dados da pesquisa, a totalidade dos entrevistados e seus cônjuges afirmam ser dessa origem.

Os mesmos afirmaram que já residem na propriedade há mais de vinte anos e que receberam o título de posse de seus pais, num processo de transmissão intergeracional do patrimônio, característica da agricultura familiar.

Conforme Seyferth (1985), a herança do patrimônio fundiário é baseada em regras próprias que procuram evitar a fragmentação excessiva da terra. Indicando que as diversas formas de transmissão de patrimônio são acionadas conforme circunstâncias internas e externas à família: escassez de terra, situação econômica, número de filhos e mercado de trabalho urbano.

Para Wolf (1976), a sucessão e a herança englobam processos de permanência e substituição no grupo social ao longo do tempo, que incluem a

passagem de recursos poupados pelo trabalho das gerações mais velhas e a forma como eles serão distribuídos para as gerações mais novas.

Desta forma, o processo de herança da propriedade nesta comunidade se deu pela saída de alguns integrantes da família para trabalharem em outras localidades ou centros urbanos e também pela aquisição da parcela da propriedade de seus irmãos.

De acordo com os entrevistados, eles costumam participar ativamente na vida da comunidade e, quando possível, na do município também.

Um exemplo disso é que todos os agricultores entrevistados afirmam ser sócios da Igreja de Nossa Senhora do *Caravaggio* (figura 11) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, sendo que 1 produtor faz parte da diretoria. Além disso, 3 produtores possuem título de sócio em alguma cooperativa e 1 responde por cargos na direção. Não houve registro em relação quanto a suas participações em ONGs.

A família e a casa.

Esta rota turística é composta por 8 famílias, sendo que destas, 7 foram entrevistadas. Uma família não participou da entrevista pelo fato de não estar presente em sua propriedade no dia da entrevista. Sendo que as propriedades que fizeram parte da pesquisa são compostas por 34 pessoas, sendo que 29 delas residem na propriedade e 1 em outra propriedade do meio rural. A média de filhos por família entrevistada de 2,14.

A pesquisa indica que nesta localidade, todos os responsáveis, cônjuges e sogros/avós moram na propriedade, 3 filhos e 7 filhas residem com os pais. Sendo que 2 pais/sogros residem na mesma casa que o filho/nora. Em contraposição, 2 filhos e 3 filhas dos responsáveis pelo domicílio já não residem mais com os pais na localidade de Boa Esperança, ou seja, eles migraram para outras localidades.

Pode ser observado na tabela 4, que a maioria (5) dos responsáveis pela propriedade possui idade entre 31 e 45 anos, sendo considerados pessoas jovens para o campo. A título de comparação os responsáveis pela propriedade da localidade de Taquara, que possuem idade maior do que 46 anos, representam 13 pessoas das 14 entrevistadas. Já os cônjuges desta localidade e que estão situadas na mesma faixa etária dos responsáveis pelo estabelecimento, representam 4 enquanto os cônjuges entrevistados no município de Taquara representam 13 de 14.

Tabela 4 - FAIXA ETÁRIA DOS RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO E CÔNJUGE.

Faixa Etária	Responsáveis	Cônjuges
16 – 30		1
31 – 45	5	4
46 – 60	1	2
Mais de 60	1	

Fonte: O autor

Em se tratando de educação, cabe primeiramente ressaltar que na comunidade de Boa Esperança existe uma única escola de ensino fundamental incompleto. Os alunos podem freqüentar até a 5ª série. Os alunos que pretendem dar continuidade aos estudos devem se matricular em escolas que estão localizadas na região urbana do município de Rolante. Para isso, o município disponibiliza gratuitamente transporte escolar.

De acordo com os dados da pesquisa, os responsáveis pelo imóvel possuem escolaridade entre a 5ª e 8ª série. O número de cônjuges nas mesmas série são três, o que as diferencia é que uma delas possui curso técnico completo e duas freqüentam curso superior. Dentre os filhos, dois concluíram o ensino técnico, enquanto que duas filhas concluíram o ensino médio, e um o curso técnico.

Neste sentido, destaca-se uma expressiva diferença inter-geracional, pois os avós apresentaram uma escolaridade bem aquém dos seus netos, pois dois não possuem nenhum grau de escolaridade e três deles, apenas a 1ª a 4ª série.

Com relação à condição dos domicílios dos produtores entrevistados de Boa Esperança, todas as casas estão enquadradas na categoria mista, apresentando em média um tamanho de 136,86 m². Todas foram consideradas de boa qualidade, apresentando rede elétrica pública, telefone e água encanada com abastecimento através de poço artesiano. O esgoto é despejado em fossa séptica, os dejetos humanos eliminados em banheiros internos e a coleta de lixo doméstica é realizada através da coleta pública.

Todas as famílias possuem televisão, geladeira, fogão a gás, freezer, chuveiro elétrico e rádio. O computador está presente em três residências, a antena parabólica em seis, a máquina de lavar roupas em seis e o tanquinho em um lar. Os entrevistados nos disseram que possuem carro, um deles possui uma moto e três possuem também bicicleta.

A propriedade

Com relação à estrutura fundiária, a maior parte dos estabelecimentos se situa nos estratos com até 40 ha., conforme gráfico 2, ou seja, a grande maioria é formado por pequena propriedade cujo tamanho médio é de 38,4 hectares.

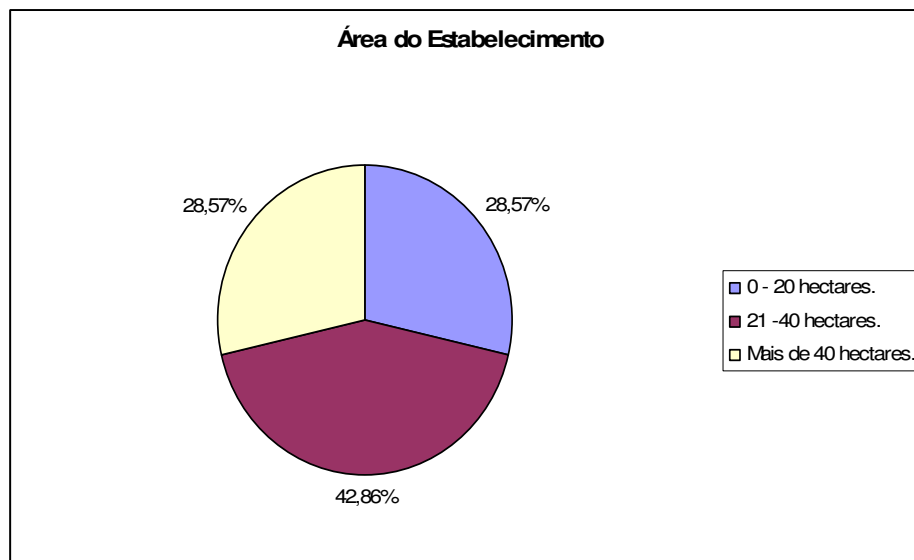


Gráfico 2 - ÁREA DO ESTABELECIMENTO DE ROLANTE

Fonte: O autor

Pelas próprias características geofísicas e ambientais, a utilização destas áreas mostra expressiva parcela de cobertura florestal (tabela 5 e figura 11) e, de fato, a soma das áreas de mata plantada (24,72%) e de mata nativa (38,66%) chega a quase 2/3 da área total das propriedades. Já a área utilizada com lavouras permanentes e temporárias representa 25,8% do total.

O relato do produtor D. L. corrobora nossa hipótese, quando ele afirma que “a área está situada em um terreno muito acidentado e sua produtividade não compensa o seu trabalho, é melhor deixá-la como uma área de mata nativa”.

A área de mata plantada tem como principal finalidade fornecer madeira à propriedade, evitando deste modo que as árvores da mata nativa sejam derrubadas. Segundo os produtores entrevistados, a água da propriedade, que tem sua nascente geralmente dentro das matas nativas, é utilizada para o consumo, abastecimento de pulverizadores, limpeza de máquinas e equipamentos e para o consumo da criação.

Quanto à utilização desta área, ela está distribuída conforme os dados apresentados na tabela 5.

Tabela 5 - UTILIZAÇÃO DA ÁREA DA PROPRIEDADE

Forma de Utilização	Total (hectares)	% Área Utilizada
Lavoura Temporária	16,4	6,10
Lavoura Permanente	53	19,70
Horta	4,3	1,60
Mata Plantada	66,5	24,72
Mata Nativa	104	38,66
Pastagem Plantada	2,5	0,93
Pastagem Nativa	17,3	6,43
Pousio	0	0,00
Outros	0	0,00
Sem uso	5	1,86
Total	269	100,00

Fonte: autor

A área de lavoura temporária representa apenas 6,1% da área dos estabelecimentos e esta não é a principal atividade produtiva na comunidade. A pesquisa mostrou que 90,48% dos produtos cultivados com lavoura temporária não alcança, em média, área superior a 1 hectare. A única exceção é o cultivo de milho (tabela 6).

Tabela 6 - ÁREA TOTAL DAS LAVOURAS

Produtos	Área Total (hectares)	%	Área média (hectares)
Milho	10,5	58,66	1,50
Aipim	3,6	20,11	0,51
Batata Inglesa	3	16,76	0,43
Feijão	0,2	1,12	0,03
Amendoim	0,1	0,56	0,01
Abóbora	0,5	2,79	0,07
Total	17,9	100	2,56

Fonte: O autor

Como se observa na tabela 6, somente a plantação de milho ultrapassa a área média de 1,5 hectares, os demais produtos estão muito aquém disto.

A área destinada à lavoura permanente ocupa nesta comunidade 19,7%, do total, indicando que os produtores destinam uma área 3 vezes maior com as

lavouras permanentes do que com as temporárias. É na lavoura permanente que está centralizada a força da agricultura local e é nesta área que os produtores desenvolvem a viticultura. Na transformação deste produto em vinhos e sucos, resultam as suas principais fontes de renda como será evidenciado adiante.



Figura 11 - ÁREA DE MATA PLANTADA E NATIVA NA LOCALIDADE DE BOA ESPERANÇA

Fonte: o autor

Observa-se também que a área de pastagem é pequena, tanto plantada quanto nativa. O pousio não é realizado nesta localidade.

O trabalho e a produção

A ocupação atual dos responsáveis pelo estabelecimento está toda voltada para a agricultura e a agroindústria de vinho (com suas adegas de vinho ao fundo), conforme mostra a figura 12.



Figura 12 - AGROINDÚSTRIA DE VINHO

Fonte: o autor

A mão-de-obra utilizada na propriedade é familiar sendo composta em média de três pessoas por propriedade. A principal atividade desempenhada por eles é o cuidado com os parreirais e o tempo excedente para a realização de capinas, limpeza de maquinários e outras.

Os cônjuges dividem tarefas: cuidar da casa e da agricultura. Dois além de cuidar do lar ainda possuem trabalho assalariado não agrícola.

Entre os filhos que moram com os pais, quatro deles realizam trabalho assalariado não agrícola; quatro dividem seu tempo em estudar e trabalhar na agricultura e dois têm como principal ocupação estudar. Estudar é a principal atividade das filhas.

As pessoas mais idosas, como avós e sogros, recebem pensão ou aposentadoria. Dois deles ainda realizam atividades agrícolas e os demais cuidam do lar.

Os empregados temporários, quando utilizados, são para prestarem serviços na colheita da uva e produção do vinho. A troca de dias se dá neste período de

colheita, quando algum produtor possui a sua safra em estágio mais avançado. Nesta localidade, inexistente a utilização de mutirão.



Figura 13 - PRODUÇÃO ARTESANAL DO VINHO

Fonte: Emater - Rolante (2007)

Em concordância com a tradição familiar de transmissão de conhecimentos, das técnicas e práticas produtivas, a ocupação anterior, a grande maioria (6) dos responsáveis pelo estabelecimento sempre exerceram a profissão de agricultor. Do mesmo modo, a principal ocupação dos cônjuges (6), sempre foi o trabalho agrícola e as atividades domésticas, dividindo seu tempo entre uma atividade e outra.

Já os filhos, oito deles, dividiam seu tempo entre estudos e atividades referentes à agricultura. As cinco filhas, tinham como principal ocupação o estudo. Os avós e sogros, antes de se aposentarem ou se tornarem pensionistas, trabalhavam na agricultura e cuidavam do lar.

A figura 13 ilustra esta transmissão de conhecimentos. São três gerações da mesma família trabalhando na produção artesanal do vinho e dos demais derivados da uva.

Quanto à infra-estrutura, todas as propriedades possuem motores. Em cinco propriedades existem mais do que três. O pulverizador mecânico e costal está

presente em todas as propriedades entrevistadas; a carroça em três e a carreta agrícola em dois.

De acordo com os entrevistados, nesta região não existem equipamentos para uso em conjunto da comunidade/associação, cada proprietário utiliza seus próprios equipamentos.

O tamanho médio das casas destes produtores é de 136,86 m². O galinheiro é de 21,71m² os galpões têm 80m². Porém, há um produtor que possui um galpão com uma área dez vezes maior que a média da região, com 800m². As estrebarias possuem em média 33m². Nesta localidade, segundo os entrevistados, não existem estufas, tanques ou granjas.

Com relação à prática de conservação do solo, apesar de algumas propriedades apresentarem uma área com terrenos bastante dobrados, não é utilizada a curva de nível. Na figura 14, pode-se observar um solo bastante pedregoso e íngreme. Nele é realizada a adubação verde, mas principalmente a adubação com adubo químico.

O manuseio e a limpeza se dão através de roçados o que evita a erosão e contribui com a adubação verde que nesta localidade se dá em 6 propriedades. O cultivo através do plantio direto não é praticado. Os produtores também não costumam realizar consórcios de produtos e apenas dois fazem rotações de culturas. Todos afirmam não realizar queimadas.



Figura 14 - PARREIRAL ADUBADO POR INSUMO QUÍMICO.

Fonte: O autor.

A maioria das famílias entrevistadas (4) relataram que existem diferentes tipos de solos e que em suas propriedades não existem erosões. As propriedades da localidade apresentam áreas quebradas e nestas áreas são realizadas cultivos ou de lavoura permanente ou de lavoura temporária.

Conforme relatou o produtor B., “o cultivo nas áreas mais planas, nós deixamos para o cultivo do milho, da batata...pois a terra é virada e quando vem a chuva ela não lava. E as terras nas áreas mais inclinada, nós plantamos as uvas”.

Os principais produtos de lavoura temporária são apresentados abaixo na tabela 7. Os destaques são para o milho, aipim e batata–inglesa.

Tabela 7 – SAFRA/PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS TEMPORAIS

Produtos	Produção	(kg/hectare)	
	Total (kg)	Boa Esperança*	Rolante*
Milho	39.100	3.724	1.500
Aipim	33.800	9.389	15.000
Batata			9.142
Inglesa	14.150	4.716,67	
Feijão	480	2.400	624
Amendoim	100	1.000	1.200
Abóbora	300	600	Nada consta

Fonte: O autor.

Fonte de dados: Boa Esperança (pesquisa de campo safra 2006/2007) e Rolante (IBGE, 2004).

A mesma tabela mostra a comparação das produtividades na comunidade de Boa Esperança e no município de Rolante. Observa-se que a produtividade de milho é mais que o dobro da produtividade do município. Na produção de batata inglesa, verifica-se o contrário. É igualmente inferior as produtividades de aipim e amendoim. O feijão, embora com pequena produção, apresenta produtividade quatro vezes maior na comunidade.

Grande parte da produção desses produtos é utilizada para o consumo familiar e da propriedade. Toda a produção de aipim, batata inglesa, amendoim e abóbora são consumidas. Apenas 15,98% do milho e 25% do feijão são vendidos. A produção de milho é comercializada para o sindicato e o feijão para consumidores

que visitam a propriedade e para intermediários quando não conseguem colocar toda a produção.

As sementes para a produção de milho são certificadas, as demais são produzidas na própria propriedade.

É possível afirmar que a utilização de agrotóxicos é relativamente baixa nessas lavouras. Inseticidas, fungicidas e herbicidas são utilizados por um produtor no cultivo da batata inglesa. O herbicida é utilizado por três agricultores na plantação de milho, um utiliza nas plantações de aipim e de feijão. Os demais não utilizam estes insumos.

Em todas as culturas, os agricultores utilizam adubo orgânico. O adubo químico também é utilizado em quase todas as culturas como complemento da pouca matéria orgânica. A exceção é a plantação de feijão, pois um produtor utiliza adubo químico. O calcário é utilizado em todas as culturas, mas com mais intensidade na plantação de milho e aipim.

A atividade criatória é mostrada na tabela 8. Bovinos de corte são criados para o consumo pela maioria dos produtores. Os proprietários que criam vacas leiteiras são cinco. Conforme a mesma tabela, toda a produção animal é basicamente consumida na propriedade.

Tabela 8 - PRODUÇÃO ANIMAL NOS ÚLTIMOS 12 MESES

Animais	Produção de todas as propriedades	Número de Animais Abatidos	% Consumido	% Vendido
Bovino Corte	16	5	31,25	0
Bovino Leite	8	0	0	0
Suíno	20	19	95	0
Aves	300	235	78,33	10,85
Peixes	450	150	33,33	0

Fonte: O autor

Todos os entrevistados criam suínos e 95% de toda a produção é consumida durante o ano. Eles também criam aves e 78,33% da produção é consumida, 10,85% das aves comercializadas e as restantes destinadas à postura e à reprodução.

Cabe aqui salientar algo típico da produção do turismo rural que é a prestação de serviços. Nesta localidade, o produtor A.F., fornece o espaço físico de sua

propriedade para a realização de jantares de confraternização, negócios ou até mesmo para eventuais comemorações. Nesses jantares, são servidos pratos de acordo com o pedido pré-agendado do cliente. Segundo o produtor A.F., geralmente são servidos churrascos e/ou pratos típicos da culinária italiana. Grande parte dos produtos utilizados na realização do jantar é de sua produção ou adquirida de vizinhos, entre eles: a massa caseira, a batata, o queijo, a lingüiça, ovos, entre outros. O vinho é exclusivo da sua propriedade. Em resumo, potencializa-se o consumo dos produtos da propriedade e da comunidade a partir da prestação de serviços.

Em casos excepcionais, os clientes levam os produtos que desejam. Esses são preparados pelo responsável pelo estabelecimento, juntamente com o seu cônjuge.

Este fator de ceder o espaço da propriedade para a realização de eventos, vem ao encontro do que diz Cavaco (1996), para quem o desenvolvimento local indica que se devem combinar as propostas de valorização dos produtos agrícolas com atividades ligadas ao turismo e à cultura, tais como, feiras e festas centradas em temas regionais, locais valorizando produtos, trabalhos, tradições, jogos e comidas típicas regionais.

A criação de peixe é realizada em três propriedades. Da produção 33,33% é para o consumo anual.

Em relação ao que foi dito acima sobre a potencialização do consumo, pode-se observar os dados referentes aos principais derivados da produção animal realizado nos últimos 12 meses, na tabela 9 abaixo. Nela, destaca-se a importância da produção comercializada para vários produtos.

Tabela 9 – PRODUÇÃO DE DERIVADOS DE ANIMAL NOS ÚLTIMOS 12 MESES

Derivados	Produção total (ano)	% Consumido	% Vendido
Leite (L)	11.800	64.41	
Banha (kg)	433	83.83	16.17
Mel (kg)	50	40.00	60.00
Queijo (kg)	460	28.26	71.74
Lingüiça (kg)	200	25.00	75.00
Ovos (DZ)	1.420	40.14	59.86

Fonte: O autor.

Segundo os produtores, os seus produtos geralmente são comercializados na própria propriedade, sendo vendidos diretamente aos clientes/turistas que a visitam. Verifica-se que 71,74% do queijo e 75% da lingüiça são comercializados. É igualmente relevante a comercialização de mel e ovos.

Com relação aos principais produtos artesanais agrícolas e não agrícolas produzidos nos últimos 12 meses, da tabela 10, o vinho representa, com 98,53%, o produto artesanal mais vendido. A geléia possui 96,10% da sua produção comercializada e a massa que responde por 66,67%. A produção de suco, de acordo com os produtores, está em fase de experimento, por isso é pouco produzido.

Tabela 10 - PRODUÇÃO ARTESANAL NOS ÚLTIMOS 12 MESES

Produto Artesanal	Produção total (ano)	Consumido	Vendido
Vinho (Litros)	421.000	6.200	414.800
Geléia (kg)	3.080	120	2.960
Massa (kg)	150	50	100
Suco de Uva (litro)	50	50	-

Fonte: O autor

Do total da produção de vinho, cabe destacar que um único produtor é responsável pela produção de 300 mil litros de vinho. A média das demais propriedades produtoras de vinho está em 20,1 mil litros. Do mesmo modo, mais de 80% do total da produção de geléia é produzido por apenas duas famílias.



Figura 15 - PRINCIPAIS PRODUTOS PRODUZIDOS NA COMUNIDADE DE BOA ESPERANÇA

Fonte: Emater – Rolante (2007)

A RENDA DAS ATIVIDADES

Além dos aspectos ambientais, do emprego e da produção, as discussões referentes ao turismo rural delegam um peso considerável ao aspecto renda. A tabela 11 mostra a composição da renda bruta e líquida das propriedades pesquisadas.

Verifica-se que a produção agrícola representa 87,94% da renda líquida que juntamente com as aposentadorias/pensões (9,09%) representam os maiores percentuais da renda líquida destas famílias.

Tabela 11 - MÉDIA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA ANUAL

	Renda Bruta	% da Renda	Custo da Produção	% do Custo Produção	Renda Líquida	% Renda Líquida
Produção Agrícola	769.580,00	94,34	460.640,00	99,19	308.940,00	87,94
Produção Pecuária	1.140,00	0,14	490	0,11	650	0,19
Derivados da produção						
Animal e Vegetal	7.085,00	0,87	3.280,00	0,71	3.805,00	1,08
Aposentadorias/Pensões	31.920,00	3,91	0	0,00	31.920,00	9,09
Renda trabalho não Agrícola fora da propriedade						
	6.000,00	0,74	0	0,00	6.000,00	1,71
Total	815.725,00	100,00	464.410,00	100,00	351.315,00	100,00

Fonte: O autor

Um bom parâmetro de comparação para a renda gerada na comunidade é o que se observa na tabela 12, onde a renda per capita dos produtores de Boa Esperança é quase quatro vezes maior do que a atual renda per capita do município e mais que o dobro do Estado do Rio Grande do Sul, conforme observado na mesma tabela. A atual renda per capita dos agricultores de Boa Esperança é de R\$ 27.190,83 o que o coloca na 24^a posição no ranking do Estado, muito à frente da 442^a colocação. De acordo com os dados da (FEE, 2004), o município que apresenta a maior renda per capita do Estado é o de Triunfo com R\$ 265.448,00 reais, já o município de Maçambará ocupa a 23^a posição com uma renda per capita de R\$ 27.515,00.

Tabela 12 - RENDA PER CAPITA

	PIB (R\$ mil)	PIB per capita (R\$)
Comunidade de Boa Esperança		
Esperança	815,73	27.190,83
Rolante	144.115,00	7.161,00
Rio Grande do Sul	142.874.226,00	13.320,00

Fonte FEE (2004)

Em média as propriedades apresentam um percentual total de renda líquida de 43,07% (Lucro Líquido = Receita Líquida / Renda Bruta * 100). Sendo que o

custo da produção é de 56,93% (Custo da Produção = Despesa Total / Renda Bruta * 100).

Com relação à atividade de turismo, eles não sabem dizer com exatidão qual o percentual de lucro que esta atividade gera, mas dizem que grande parte dos lucros obtidos é oriundo das vendas dos produtos para os turistas que visitam as suas propriedades e com isso conseguem um melhor preço pelo produto dispensando a margem do atravessador.

Para o produtor A.G

a vinda do turista pra cá foi uma boa, os nossos lucros aumentaram...ficamos menos dependente do atravessador... a criação da rota ajudou bastante... mas é bom que fique claro, que antes mesmo da criação da rota os turistas já vinham pra cá..era menos, mas vinham.

Os produtores mesmo possuindo uma renda fixa apresentam receio na hora de contrair algum tipo de dívida, conforme aponta um dos entrevistados ao dizer que o medo de não poderem honrar com seus compromissos junto às instituições financeiras, cria um obstáculo na aquisição do mesmo.

Por isso, somente três dos entrevistados adquiriram algum tipo de empréstimo para investimento na propriedade e apenas dois contraíram financiamento em média de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) do PRONAF, e um produtor adquiriu R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) junto a uma instituição financeira, para aquisição de um caminhão.

Para o entrevistado A. F. “o principal apoio que tiveram foi a linha de crédito disponibilizada pelo PRONAF, mas é importante que fique claro que muitos produtores venderam animais e outros bens para financiar seu próprio negócio”.

Assim, os agricultores conseguiram conciliar a satisfação com a atividade agropecuária a projetos futuros.

Para o produtor A. F., “todos os meus vizinhos que possuem agroindústria e que fazem parte do “Caminho das Pipas” pretendem dar continuidade às suas atividades”.

Esta vontade reflete nos filhos, pois sete deles, pretendem dar continuidade à atividade agropecuária desenvolvida pelos seus pais atualmente.



Figura 16 - AGROINDÚSTRIAS E PIPAS DE VINHO

Fonte: O autor

Quanto à compra de equipamentos, eles afirmam ter investido em torno de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por propriedade e que pretendem investir a longo prazo, em média, mais uns R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), acreditando que com este valor consigam concluir seus projetos.

Para grande parte dos entrevistados, o acesso à propriedade é considerado de boa qualidade e de acordo com eles, somado à bela paisagem da localidade, o turismo rural tem um forte potencial a se desenvolver ainda mais.

AS MUDANÇAS OCORRIDAS NA PROPRIEDADE

Como os entrevistados já residem na localidade há mais de vinte anos, foi perguntado a eles quais as principais mudanças ocorridas na comunidade. A mudança mais citada foi a saída de alguns produtores para trabalharem nas fábricas de calçados que se instalaram no centro urbano do município.

Neste sentido Graziano da Silva, Vilarinho e Dale (2001) lembram que em certos casos, o desenvolvimento do turismo pode constituir-se em um meio de frear o êxodo rural, esse desenvolvimento não pode ter um único fim em si, mas constituir-se num instrumento para realizar objetivos maiores, de ordem econômica e social. Seu valor fundamental está em criar condições para alcançar a cidadania no meio rural e evitar as migrações, permitir a conservação da paisagem do ambiente e a oferta de espaços livres para o lazer das populações urbanas.

Também destacaram a quantidade de turistas que passaram a visitar a região após o início da produção de vinho pelas agroindústrias. Isso ocorreu com maior intensidade depois da criação da rota “*O Caminho das Pipas*”. Outra mudança apontada por eles, só que esta bem mais recente, foi a realização no ano de 2007 do primeiro baile à italiana (figura 17), com o objetivo de manter a tradição, os costumes italianos e de atrair mais visitantes a sua localidade.



Figura 17 - PRIMEIRA FESTA TÍPICA ITALIANA NA LOCALIDADE DE BOA ESPERANÇA

Fonte: Emater- Rolante (2007)

Conforme relataram os mesmos entrevistados, as festividades típicas também são importantes na vida social dos agricultores. São duas festas tradicionais: A Festa do Vinho, que em agosto de 2007 completou sua 29ª edição e A Festa da Igreja de Nossa Senhora do *Caravaggio* (figura 18) que, segundo os produtores, é outro atrativo que contribui para o aumento do número de visitantes na localidade e para o desenvolvimento do turismo rural na comunidade.



Figura 18 - IGREJA DA COMUNIDADE

Fonte: O autor

As mudanças no estabelecimento mostradas, na tabela 13, dizem respeito sobretudo ao perfil da produção e a aspectos ambientais. Nela, observa-se que as mudanças mais expressivas se deram nos temas ambientais.

Os produtores apontaram que a área total permanece a mesma em cinco propriedades.

Tabela 13 - MUDANÇAS OCORRIDAS NO ESTABELECIMENTO

	Aumentou	Diminuiu	Permanece a mesma
Área total do estabelecimento	1	1	5
Área com Lavoura	1	6	-
Área de mato/floresta	6	1	-
Área com Pastagem	-	6	1
Número de culturas	-	7	-
Insumos químicos/ agrotóxicos	6	-	1

Insumo orgânico/verde	5	-	2
Máquinas e Implementos agrícolas	3	1	3
Pássaros Silvestres	7	-	-
Outros animais Silvestres	7	-	-
Diversidades de animais silvestres	7	-	-
Tipos de doenças e pragas	6	1	-
Fertilidade do solo	5	1	1
Volume de água das nascentes	-	7	-
Volume de água dos córregos	-	7	-
Qualidade da água nas nascentes	-	6	1
Qualidade da água dos córregos	-	6	1
Mão-de-obra empregada	6	1	-

Fonte: O autor

Entretanto, a área com a lavoura diminuiu em seis propriedades. A principal alegação para esta queda é que a agroindústria demanda um maior tempo, porém é mais lucrativa e vem ao encontro com a afirmação citada abaixo pelo produtor M.D. A área de pastagem também teve uma redução em seis propriedades e os produtores alegam que a área da pastagem foi substituída por *pinus*, acácia-negra e em proporções maiores, por eucaliptos.

As culturas comuns foram reduzidas e a área onde antes era plantado milho, aipim, feijão e etc., foi ocupada por matas plantadas. Segundo o proprietário M. D., “o tamanho das matas está aumentando e o das roças diminuindo”.

De acordo com este mesmo produtor, “A qualidade de vida, depois da abertura das agroindústrias e do caminho das pipas, melhorou e muito a vida de todos nós”. Para ele, o aumento da área com mata plantada está diretamente ligado ao turismo rural, pois como a maioria dos seus produtos é comercializada diretamente ao consumidor, sobra uma parcela do lucro que seria despendido com vendedores e ou atravessadores. Assim, eles podem se dedicar melhor a uma menor área, produzindo a mesma quantidade ou até mais, onde antes era

necessário um espaço maior. Desta forma, eles estão conciliando o turismo rural com a preservação do meio ambiente e o sustento de sua família.

Tal constatação guarda estreita relação com o aporte teórico sobre o tema. O turismo rural, conforme Graziano da Silva, Vilarinho e Dale (2001), constitui-se em uma atividade que une a exploração econômica a outras funções como a valorização do ambiente rural e da cultura local que, não raras vezes, são alguns de seus atrativos principais.

Para Pires (2001), a alternativa para minimizar a questão da degradação ambiental, provocada pelo modelo econômico até hoje adotado, é a opção do desenvolvimento sustentável, que visa à reflexão sobre padrões atuais de consumo e utilização de recursos naturais renováveis e não renováveis. Contemplando o turismo sob este enfoque, o mesmo autor lembra que, para se chegar ao chamado turismo sustentável, é preciso atender aos objetivos de atendimento das necessidades de lazer dos turistas e a necessidade de desenvolvimento das localidades visitadas, sem que isso comprometa o meio ambiente no qual se dá a visitação.

Ou seja, a atividade de turismo no ambiente rural deve estar em harmonia com os seguintes interesses: comunidade local, turismo e meio ambiente. A harmonização desses elementos significa garantir a sustentabilidade da atividade através dos três elementos básicos: culturais/antrópicos, ecológicos e econômicos (ZIMMERMANN, 1998).

Na mesma linha, Labat e Perez (1994) consideram que o turismo rural é a atividade econômica que tem maior futuro como fator do desenvolvimento rural. Os autores enfatizam que o importante é conseguir através desta atividade obter efeitos indiretos tais como a melhoria da infra-estrutura e das telecomunicações; o desenvolvimento das pequenas e médias indústrias existentes no meio rural, como conseqüência do crescimento da demanda por artesanato e produtos alimentícios; o desenvolvimento da indústria do lazer e a melhoria indireta do setor agrícola, através da potencialização de produtos de qualidade típicos de cada zona, como é o caso do mel, queijos, embutidos, etc.

Ainda ligado ao aspecto ambiental, o uso de insumos orgânicos/verde também teve aumento em cinco propriedades. De acordo com os produtores, eles estão aos poucos aderindo à adubação verde por ela ser mais ecológica, mas como

não podem abrir mão da atual produção de suas lavouras estão fazendo esta troca gradativamente, até não ser mais necessário usar adubo químico.

Segundo o produtor M. B., “a área plantada com lavouras temporais diminuiu, mas a quantidade colhida no mesmo espaço aumentou”. Para esse mesmo entrevistado, isso se deve a maior quantidade utilizada de adubo verde e de insumo químico.

Na figura 19, abaixo, pode-se observar esta nova técnica do consórcio da adubação verde/orgânica que está sendo implantada nas lavouras temporárias e permanentes da localidade, com o solo coberto com matéria seca.

Da mesma maneira, o solo está mais fértil para cinco entrevistados e eles acreditam que a utilização da adubação verde e química esteja contribuindo para o aumento da quantidade de produtos colhidos.



Figura 19 - PARREIRAL COM O SOLO COBERTO PELA ADUBAÇÃO VERDE/ORGÂNICA.

Fonte: Emater – Rolante (2007)

O aumento dos pássaros, de outros animais silvestres e da diversidade de animais foi observado por todos os produtores. Segundo eles, o mérito do aumento desta biodiversidade se deve principalmente ao IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio

Ambiente), que tem fiscalizado a localidade contribuindo desta maneira para a redução da caça, pela quantidade de mata nativa existente e também pelos moradores que não deixam os caçadores entrar em sua propriedade.

A mão-de-obra empregada aumentou em seis propriedades pesquisadas e que, segundo os produtores, deu-se pela abertura das agroindústrias e pela diversidade das atividades exercidas na propriedade, já que nesta comunidade existem agroindústrias que produzem vinhos, sucos, massas, bolachas, biscoito e geléias.

Segundo Teixeira (1998), a expansão do turismo rural traz novos empregos, especialmente na construção civil e comércio. As ocupações de construtores, caseiros, jardineiros, empregados domésticos, arrumadeiras, cozinheiras, etc., tornaram-se importantes fontes de complementação da renda familiar da região das pequenas fazendas. A expansão traz para as pessoas que tinham algum dinheiro, a possibilidade de investir em casas para alugar, hotéis e restaurantes, tornando-os importantes partes das suas estratégias de reprodução.

Destacando novamente a relação entre turismo rural e desenvolvimento, Abramovay (2001), informa que a prática do turismo rural, no Brasil e em outros lugares no mundo, vem proporcionando alguns benefícios, tais como:

- diversificação da economia regional, pelo estabelecimento de micro e pequenos negócios;
- melhoria das condições de vida das famílias rurais;
- interiorização do turismo;
- difusão de conhecimentos e técnicas das ciências agrárias;
- diversificação da oferta turística;
- diminuição do êxodo rural;
- promoção de intercâmbio cultural;
- conservação dos recursos naturais;
- reencontro dos cidadãos com suas origens rurais e com a natureza;
- geração de novas oportunidades de trabalho;
- melhoramento da infra-estrutura de transporte, comunicação, saneamento;
- criação de receitas alternativas que valorizam as atividades rurais;
- melhoria dos equipamentos e dos bens imóveis;
- integração do campo com a cidade;

- agregação de valor ao produto primário por meio da verticalização da produção;
- promoção da imagem e revigoramento do interior;
- integração das propriedades rurais e comunidade;
- valorização das práticas rurais, tanto sociais quanto de trabalho;
- resgate da auto-estima do camponês.

Nesta mesma linha, Cavaco (1996) relata o quanto as atividades não agrícolas são relevantes para o espaço rural, principalmente em função de: o equilíbrio territorial, compensando os efeitos do despovoamento induzido pela concentração urbana; equilíbrio ecológico, com conservação dos ecossistemas e dos processos biológicos; produção da paisagem de qualidade, aberta e natural; produção de recursos, notadamente de água limpa, recurso natural cada vez mais raro; suporte de atividades, distração e recreio ao ar livre e combate às contaminações do ar, da água e do solo,

Da mesma maneira que a localidade de Boa Esperança obteve aumento nos aspectos positivos quanto às mudanças ocorridas nas propriedades pesquisadas como já visto, também é preocupante os pontos negativos para a sustentabilidade desta região para as futuras gerações.

Para os agricultores, o volume de água das nascentes, dos córregos e rios já não são mais os mesmos e estão diminuindo a cada ano. Para os entrevistados, o calor e o uso errado da água são as principais causas. Com isso, a qualidade da água também reduziu de acordo com seis entrevistados. Mesmo com a existência de nascentes, sangas e córregos em todas as propriedades, seis responsáveis pelo estabelecimento relataram que a única proteção para as mesmas é a existência de mata ciliar. Sendo que este (6) é o mesmo número de propriedades que não apresentam nenhum tipo de proteção artificial nas nascentes.

Como a principal produção agrícola desta localidade está baseada na viticultura, o uso de insumos químicos / agrotóxicos aumentou em seis propriedades pesquisadas. Segundo os agricultores, esta cultura exige mais insumos químicos do que as culturas cultivadas anteriormente. Porém, os produtores afirmam recolher as embalagens de agrotóxicos, bem como produtos veterinários e entregá-las aos devidos órgãos que a encaminham para a reciclagem.

Para seis agricultores, o número de pragas e doenças nas propriedades aumentou. Segundo eles, este aumento se deve às pragas e às doenças estarem mais resistentes aos agrotóxicos.

Após a análise dos dados desta comunidade e com as teorias estudadas anteriormente, percebe-se que o turismo rural está em fase de expansão nesta localidade. Os produtores, porém, devem preocupar com a qualidade e quantidade de água que existe na propriedade. Portanto, isso seria interessante que providenciassem uma assistência técnica com algum órgão especializado neste assunto para que possam lhes ensinar como melhorar o aproveitamento da mesma, para que não comprometa o desempenho da agroindústria e do turismo rural, favorecendo desta forma as futuras gerações.

É importante que os produtores dêem uma melhor atenção à quantidade de agrotóxicos (inseticidas, fungicidas e herbicidas) utilizados em suas lavouras, pois como relatado por eles, as pragas e doenças estão ficando cada vez mais resistentes e isso fará com que demandem cada vez mais defensivos agrícolas.

Sabe-se que existem outras formas, porém menos eficazes de se combater esses problemas, mas como esta região está se especializando em turismo rural, cabe aos produtores analisarem se não compensaria realizar uma agricultura orgânica, pois ela tem como princípio ressaltar a importância da matéria orgânica, evitando assim, a utilização de qualquer tipo de fertilizante, pesticida ou regulador de crescimento que possam intervir no desenvolvimento dos processos vivos.

É recomendado que os produtores de alimentos orgânicos agreguem valores aos seus produtos através de algum tipo de processamento, melhorando suas características e obtendo com isso um melhor preço no mercado. Mello (2001)

Para Cerveira (1999), o sistema de produção orgânico já agrega valor aos produtos agrícolas. E esse valor agregado de qualidade orgânica é plenamente reconhecido pelos consumidores, manifestando-se no mercado através da sua clara disposição para pagar preços mais elevados.

Deste modo, tanto a natureza, o produtor e o consumidor se beneficiariam, pois o mito dos produtos orgânicos serem mais caro deixaria de existir quando os consumidores provassem da qualidade do produto oferecido.

Da mesma forma que o turismo rural, a produção de orgânicos necessita de uma maior quantidade de mão-de-obra, o que poderia contribuir no desenvolvimento

da região, melhorando a qualidade de vida das pessoas que não estão envolvidas com a atividade turística contribuindo para a redução do êxodo.

É claro que para se realizar um projeto desta estrutura seria necessário um planejamento a longo prazo para se analisar sua viabilidade, não sendo aconselhável a implantação sem o mesmo, pois como já se viu, trata-se de pequena e média propriedade onde, apesar dos lucros serem satisfatórios, provavelmente o capital de giro e o estoque de capital são pequenos.

4.1 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA NO MUNICÍPIO DE TAQUARA

As 14 propriedades que fizeram parte desta pesquisa foram selecionadas pela EMATER de Taquara - RS, porque algumas delas já fazem parte da rota “Caminhos de Rodeio Bonito” e também por apresentarem um mínimo de infraestrutura, sendo assim, elas estão distribuídas ao longo do território taquarense (figura 20), indo desde propriedades que se encontram a 5 km da sede. Há propriedades que estão distante a 35 km. Neste município percebe-se que as propriedades não ficam concentradas em uma única região como é o caso da localidade da Boa Esperança no município de Rolante.



Figura 20 - DISTRIBUIÇÃO APROXIMADA DAS PROPRIEDADES AO LONGO DO MUNICÍPIO.

Fonte: O autor

Como já comentado, em algumas das propriedades desta localidade iniciou-se um trabalho de turismo rural intitulado “*Os Caminhos de Rodeio Bonito*”, porém, conforme relataram os produtores, por motivos políticos e falta de conscientização, por parte de alguns produtores, o projeto se encontra atualmente parado.

Como atestam Campanhola e Graziano da Silva (1999), ao contrário do que muitos prefeitos pensam sobre o desenvolvimento do turismo, ele não é “uma atividade que possa amadurecer no espaço de uma gestão, sobretudo quando se começa do zero. É um investimento a médio e longo prazo”. O turismo no meio rural vem se desenvolvendo sem nenhum amparo das políticas públicas existentes para o setor. O papel do poder municipal é muito importante, não só para criar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento do turismo do município, assim como também motivar a organização das comunidades locais para que possa oferecer serviços de qualidade.

A COMUNIDADE

Nesta localidade, a origem predominante é a alemã. De acordo com os dados da pesquisa, sete dos responsáveis pelo estabelecimento são desta origem, enquanto dez dos seus cônjuges pertencem a essa mesma etnia.

Do mesmo modo que os produtores de Boa Esperança, os produtores taquarenses que fizeram parte da pesquisa, também relataram que já residem na propriedade há mais de 20 anos e que o principal modo de aquisição do imóvel se deu através da herança em onze das quatorze propriedades pesquisadas.

Quanto a sua participação na vida da comunidade e na do município, ela está aquém da observada na comunidade rolantense, onde todos participam ativamente na igreja. Neste município, nove dos entrevistados participam como sócios. Dos entrevistados, quatro participam de alguma associação como sócio e um possui cargo de direção e essa é a única participação dos entrevistados em cargos de direção no município. No sindicato dos trabalhadores rurais, nove produtores participam como sócio e na cooperativa seis.

Como a área geográfica de Taquara é bastante extensa e possui diversos bairros urbanos e rurais, ela apresenta com isso uma diversidade de festividades populares que ocorrem ao longo do ano em cada diferente localidade do município. As mais expressivas de acordo com os entrevistados são a Festa do Peixe que ocorre na localidade de Olhos d'água, a tradicional feira agropecuária de Taquara, EXPOCAMPO, um dos eventos agropecuários mais importantes do Estado e a Ciranda Musical Teuto - Rio-Grandense, festival de música que ocorre a cada dois anos. Também há alguns anos se tentou implantar uma festa com costumes típicos alemães, a Novemberfest, porém ela teve somente duas edições realizadas, não obtendo o sucesso esperado o que acabou ocasionando a sua exclusão temporária do calendário de eventos do município. Cabe salientar, porém, que nas regiões onde estão situadas as propriedades pesquisadas, em todas elas ocorrem festas de Igreja e/ou da comunidade, que são muito conhecidas e apreciadas pelos moradores do município e até mesmo pelos moradores da região do Vale dos Sinos.

Segundo Fontana (2002), os jeitos e trejeitos do homem do campo, demonstrados através de seu modo de vida "pacato", suas festividades, seus usos e costumes, estão fascinando o cidadão urbano a tal ponto de muitos deles até pensarem em praticar uma "fuga" do grande centro urbano, após a aposentadoria, e

“fixar-se” em pequenas cidades do interior, objetivando uma melhor qualidade de vida, com mais segurança e tranquilidade.

Na localidade de Taquara, os grupos de assistência social da prefeitura municipal, em conjunto com os artesãos, criaram pequenos grupos de pessoas com a finalidade de ensinar a técnica desse trabalho. Estes grupos são constituídos principalmente por jovens e adultos que residem nos mais diversos bairros urbanos e rurais do município onde são desenvolvidos trabalhos como pintura em sabonete, bolsas com material reciclável, pintura em tela, panos de prato, cestarias em jornal, tingimentos, entre outros. Os trabalhos têm por principal objetivo ensinar às pessoas uma nova atividade para que possam ajudar no sustento de sua família.

Para Mendonça et. al. (2002), essas atividades complementares como o artesanato e a produção de doces, podem ser vistas como oportunidades que se colocam para complementação da renda familiar, tanto rural, quanto urbana. Este fenômeno pode estar associado a áreas de colonização e de industrialização como foi muito bem analisado por Schneider (1999).

Conforme pode ser visualizado na figura 21, no programa as pessoas aprendem uma profissão para auxiliar nas despesas familiares. Os produtos confeccionados nos grupos não são vendidos, servem de apoio e estímulo a uma produção maior que será realizada posteriormente por cada participante.



Figura 21 - GRUPO DE APRENDIZES DE ARTESANATO

Fonte: www.taquara.com.br (2007)

A família e a casa.

Constatou-se a presença de sessenta e duas pessoas nas propriedades em que se realizou a pesquisa, sendo que destes, quarenta e seis integrantes da família residem na propriedade, um em outra propriedade do meio rural, onze no meio urbano do município e quatro no meio urbano em outros municípios. A média de filhos nestas famílias é de 2,22.

Com relação à residência dos produtores entrevistados, todos os responsáveis, cônjuges e outros moram na propriedade. A quantidade de filhos que moram na propriedade (9) e três das filhas também residem na propriedade, quatro filhos e sete filhas moram no centro urbano do município e um filho e três filhas moram em outros municípios. Nesse sentido, percebe-se que o índice das filhas que moram no centro urbano é mais do que o dobro dos filhos e as que moram em outros municípios é quase o quádruplo.

Quando perguntado sobre este fenômeno das filhas saírem da propriedade, o produtor B. B nos relatou dizendo que “as filhas se casam com os homens de outros lugares e eles não conhecem a atividade agrícola e muitos não têm nem vontade de conhecer e daí as nossas filhas saem de casa e vão se embora pra cidade, abandonando o campo”.

Para Mendras (1995 p.236), o próprio desenvolvimento do êxodo rural contribui para mudar esta situação. A partir de um certo momento “são as mulheres que partem mais rapidamente e em maior número, pois os homens ficam retidos por seu ofício e sua unidade produtiva, enquanto as mulheres são mais atraídas pelas atividades terciárias urbanas.”

Se a hipótese levantada pelo mesmo autor for verdadeira, então ele nos diz que o meio rural brasileiro encontra-se na segunda fase dos processos migratórios, a primeira é quando os homens saíam de casa em busca de uma colocação no mercado de trabalho nos centros urbanos.

Segundo estudos de Abramovay *et al* (1997), em algumas situações, o caráter seletivo das migrações está ligado a dinâmicas intrafamiliares em que as moças têm uma carga de trabalho pesada no interior das unidades de produção familiar, sem qualquer contrapartida que lhes indique horizontes em que sua permanência no campo possa ser valorizada. Deixar a residência paterna é o caminho mais curto para a independência econômica, apesar dos inconvenientes ligados ao trabalho de doméstica. A própria família estimula esta migração, uma vez

que são bem reduzidas as chances das moças poderem se estabelecer como agricultoras ou esposas de agricultores.

Tabela 14 - FAIXA ETÁRIA

Faixa Etária	Responsáveis	Cônjuges
16 – 30	-	-
31 – 45	1	1
46 – 60	7	7
Mais de 60	6	5

Fonte: o autor

Conforme a tabela 14, a maioria dos produtores (7) possui entre 46 e 60 anos, os que apresentam 60 anos ou mais são seis. Do mesmo modo os seus cônjuges com idade entre 46 a 60 anos representam sete famílias entrevistadas e os cônjuges com mais de 60 anos, cinco.

Comparada com a comunidade de Rolante, os produtores de Taquara apresentam uma idade bem mais avançada, o que para a realização dos trabalhos agrícolas é um fator negativo, pois esta atividade além do conhecimento exige força física.

Com base em fator comparativo, no município de Taquara, os responsáveis pelo estabelecimento que estão situados na faixa etária entre 46 e 60 anos são sete, enquanto na localidade de Boa Esperança os responsáveis pela propriedade são dois. Os agricultores com mais de 60 anos na comunidade de Taquara são seis de quatorze entrevistados. Com relação aos cônjuges, no município de Rolante, nenhum cônjuge possui mais de 60 anos, enquanto os cônjuges dos entrevistados taquarense somam cinco. Estes dados demonstram o quanto os proprietários da localidade de Boa Esperança são mais jovens do que os cônjuges dos agricultores taquarenses.

Quanto ao grau de escolaridade dos produtores taquarenses, a maioria dos produtores entrevistados (7) e seus cônjuges (5) possuem entre a 1^a e a 4^a séries. Os cônjuges que estão entre a 5^a e a 8^a são quatro. Os filhos entre a 5^a e a 8^a séries (7), enquanto no ensino médio são quatro. Há no ensino técnico um e no ensino superior dois. As filhas, na sua maioria estão concluindo o ensino fundamental, as que cursaram o ensino médio são quatro e o ensino superior duas. Os outros que

residem na propriedade nos responderam que dois pararam seus estudos entre a 1ª e a 4ª séries, um concluiu o ensino fundamental e um o ensino médio.

Tabela 135 - GRAU DE ESCOLARIDADE

Escolaridade	Responsável	Cônjuge	Filho	Filha	Outros
Sem Escolaridade	1	-	-	-	-
Educação Infantil	1	-	-	-	-
1ª a 4ª. Séries	7	5	-	-	2
5ª a 8ª. Séries	2	4	7	6	1
Ensino Médio	1	2	4	5	1
Ensino Técnico	1	1	1	-	-
Ensino Superior	1	1	2	2	-

Fonte: O autor

Quando se perguntou se existia escola próxima à propriedade, todos os produtores disseram que sim, e que se os seus filhos quisessem dar continuidade aos seus estudos poderiam fazê-lo sem problema algum, pois o ônibus escolar passa em frente ou próximo a sua propriedade e os levaria até a escola onde estivessem matriculados.

Com relação às condições dos domicílios para os entrevistados, as casas são na sua maioria de alvenaria e segundo eles as residências apresentam boas condições para onze entrevistados. Para os demais, a residência é considerada razoável. O tamanho médio das casas desses produtores é de 134,64 m².

Nestas mesmas propriedades, todas as casas possuem água encanada que é proveniente de poço artesiano individual. O esgoto é despejado em fossa séptica e esse fator se dá em 13 residências, sendo que em todas elas os dejetos humanos são eliminados em banheiros internos. As mesmas apresentam rede elétrica proveniente de fornecimento público. O acesso ao telefone está presente em dez estabelecimentos selecionados. O lixo, segundo os proprietários, é queimado em onze propriedades e, de acordo com eles, isso ocorre por não haver coleta pública.

De acordo com as famílias taquarenses, elas possuem em suas residências um bom aporte tecnológico não ficando muito atrás da localidade de Boa Esperança. A televisão está presente em treze residências. A geladeira, fogão a gás, chuveiro elétrico, freezer e rádio estão em todas as propriedades. As antenas parabólicas em

dez lares; três famílias possuem computadores; sete máquinas de lavar roupa e seis tanquinhos, dez agricultores possuem automóvel; motos; e seis bicicletas.

A propriedade

A estrutura fundiária dos estabelecimentos pesquisados pode ser visualizada no gráfico abaixo. Sete propriedades encontram-se na esfera entre 21 a 40 hectares. Somadas as propriedades com área até 60 ha, elas representam quase 80% do total, ou seja, as propriedades que fizeram parte da pesquisa são caracterizadas como pequenas propriedades.

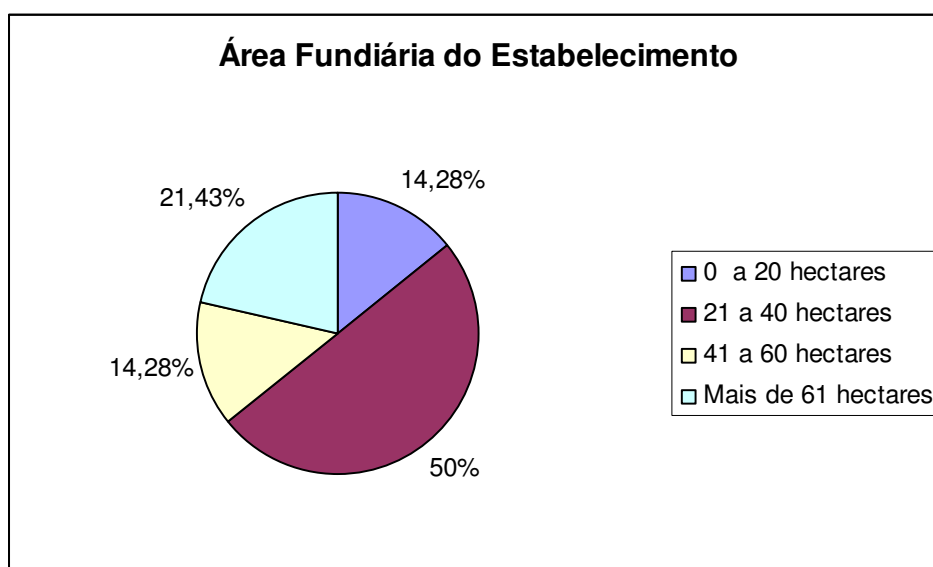


Gráfico 3 - ÁREA DO ESTABELECIMENTO DE TAQUARA

Fonte: O autor

A área de cobertura florestal da localidade taquarense ocupa um espaço de destaque entre as propriedades entrevistadas, porque 43,26% do total da área da propriedade é destinada à cobertura florestal. Deste percentual, 36,08% é representado pela mata nativa e 7,18% pela área de mata conforme a tabela 16.

Ao contrário da localidade de Boa Esperança onde a área de mato tem por objetivo fornecer madeira à propriedade, a área de mato no município de Taquara não apresenta esta mesma condição.

Os produtores nos relataram que o mato foi nascendo naturalmente após o abandono das lavouras. Segundo o produtor J.F., “com a falta de manuseio na terra, o mato passou a tomar conta das áreas onde antes era feito a lavoura, com isso

voltou a virar capoeirão e depois mata. Já o campo, este a gente utiliza só onde é mais plano e que dê para usar a roçadeira”.

Quando indagado sobre o motivo da não substituição da área de mato nativo por mato plantado os mesmos comentaram que até poderiam realizar a troca, mas que a propriedade fica mais valorizada quando a área de mato natural é maior do que a plantado.

Tabela 16 - ÁREA FUNDIÁRIA DO ESTABELECIMENTO

Forma de Utilização	Área hectares	% Área Utilizada
Lavoura Temporária	57,0	9,68
Lavoura Permanente	47,3	8,03
Horta	8,4	1,43
Mata Plantada	42,3	7,18
Mata Nativa	212,5	36,08
Pastagem Plantada	5,0	0,85
Pastagem Nativa	139,0	23,60
Pousio	0,0	0,00
Outros	76,0	12,90
Sem uso	1,5	0,25
Total	589,0	100,00

Fonte: O autor

Quando perguntado a eles sobre o tamanho desta área de mata nativa e de campo nativo, os produtores nos responderam que este aumento se devia ao aumento da idade e da redução da área plantada.

As áreas de lavoura permanente e temporária juntas representam quase 18% da área utilizada na propriedade.

Na tabela 17, foi excluído o cultivo de arroz cuja área é arrendada a terceiros que pagam os proprietários com 18% da produção bruta. A tabela 17 abaixo apresenta a área de lavoura temporária produzida pelos produtores entrevistados. Da mesma forma que a localidade de Boa Esperança, o município de Taquara também possui a plantação de milho como principal produto da lavoura temporária, ocupando uma área em média de 1,54 ha.

Tabela 17 - ÁREA TOTAL DAS LAVOURAS TEMPORÁRIAS

Produtos	Área Total (hectares)	%	Área média (hectares)
Milho	21,5	43,97	1,54
Aipim	13,7	28,02	0,98
Trigo	0,3	0,61	0,02
Feijão	6,4	13,09	0,46
Batata Doce	0,6	1,23	0,04
Flores	0,5	1,02	0,04
Melancia	2	4,09	0,14
Melão	1,7	3,48	0,12
Abóbora	2,2	4,50	0,16
Total	48,9	100	3,49

Fonte: autor



Figura 22 - ÁREA DE MATA NATURAL

Fonte: O autor

Em todas as propriedades, a horta e o pomar doméstico não ultrapassam um hectare.

Quanto à realização de pastagem, dois entrevistados têm por costume cultivar pastagem, tanto de inverno quanto de verão. Os produtores das propriedades

entrevistadas possuem na sua maioria (9) mais de oito hectares de pastagem natural. O pousio, do mesmo modo que na localidade de Rolante, não é realizado.



Figura 23 - ÁREA DE PASTAGEM NATIVA

Fonte: Emater

O trabalho e a produção

A utilização da mão-de-obra neste município no último ano é toda familiar, destinada às principais atividades de cada propriedade, sendo uma média de três pessoas por estabelecimento. Nestas propriedades quando comparado ao município de Rolante, há uma quantidade de empregados permanente menor. Existe troca de dias e até mesmo a participação em mutirão, o que geralmente acontece quando os vizinhos estão mais necessitados, pois este tipo de troca de serviço acontece geralmente em épocas de capinas ou colheitas. Os empregos temporários também são solicitados, mas por pouquíssimo tempo, segundo os produtores, menos que dez dias por ano.

Segundo o relato de cinco entrevistados, a atual ocupação é o trabalho agrícola. Este mesmo número de entrevistados é relativo aos agricultores aposentados, mas que ainda trabalham na agricultura como um modo de poder complementar a renda. Os demais produtores (4) dividem o tempo entre trabalhos agrícolas e na agroindústria e em trabalhos agrícolas e assalariados não agrícola.

Quanto aos cônjuges, cinco delas são aposentadas e realizam trabalhos junto à agricultura. Quatro dividem suas tarefas em cuidar da casa e da agricultura.

Segundo os agricultores desta localidade, quatro dos seus filhos trabalham na propriedade e nove possuem trabalho assalariado não agrícola. As filhas que

possuem trabalho assalariado não agrícola somam dez. Quanto aos outros que residem na propriedade dois deles cuidam do lar e ajudam na agricultura.

Com relação à ocupação anterior, a maioria dos responsáveis (10) nos afirmou que sempre foram agricultores. Do mesmo modo, os cônjuges também afirmam que sempre ajudaram os maridos na agricultura e nas atividades domésticas.

Os filhos dos agricultores que trabalhavam exclusivamente como agricultor são quatro. As principais atividades realizadas pelas filhas na propriedade era ajudar na agricultura e estudar.

Quanto à infra-estrutura na propriedade, o trator está presente em seis estabelecimentos, junto com este maquinário, a grade também está presente na mesma proporção. Cabe salientar que esses equipamentos são utilizados nas áreas planas da propriedade, conforme pode ser observado na figura 25, pois nas áreas dobradas o microtrator é o principal substituto do trator, pois ele é mais fácil de trabalhar estes terrenos, por isso está presente em quatro propriedades (figura 26).

Os motores são utilizados em oito propriedades e três delas possuem mais que três motores. Estes motores são utilizados para proporcionar força aos diversos equipamentos, podendo ser a ordenhadeira, o desintegrador, o pulverizador entre tantos. Apesar da região ser considerada uma grande produtora de leite, a ordenhadeira mecânica está presente em três estabelecimentos entrevistados, mostrando que muitos produtores ordenham as suas vacas no sistema antigo, ou seja, manual. Mesmo o índice de agrotóxico diminuindo nesta localidade, como poderá ser atestado adiante, o pulverizador costal foi informado por dez responsáveis pelo estabelecimento, a carpideira e o desintegrador estão presentes em cinco lares. O arado pode ser encontrado em nove propriedades e juntamente com a carroça em treze estabelecimentos foram os equipamentos mais citados pelos agricultores.

Nesta comunidade, assim como a de Rolante, não existem equipamentos para uso em conjunto da comunidade ou associação.

O tamanho médio das casas (134,64 m²) dos produtores de Taquara é próximo aos entrevistados da região de Boa Esperança (136,86 m²). Como já estudado anteriormente, os produtores desta localidade são produtores de leite e, os silos que são utilizados para armazenar a alimentação do gado leiteiro no inverno mede em média 96,67 m², enquanto na localidade de Rolante esta atividade não é

praticada, inexistente esta benfeitoria. Os galinheiros possuem 2,5 vezes o tamanho de Boa Esperança, medindo 52,22 m². As estrebarias como estão ligadas à atividade criatória de bovino, tanto de leite quanto de corte apresentam uma área quase três vezes maior (97,33 m²), do mesmo modo o galpão que apresenta uma dimensão duas vezes maior na localidade em comparação (175 m²). Os tanques que são infra-estruturas típicas da piscicultura e explorados comercialmente em algumas propriedades taquarenses possuem uma área de 113 m². Nas localidades pesquisadas, encontramos outras infra-estruturas que de acordo com os produtores medem em média 140 m².

Conforme já citado no decorrer do trabalho, a atividade de turismo rural deve estar associada à infra-estrutura e ao meio ambiente no qual se encontra inserida. Um dos principais componentes do ponto de vista econômico da oferta turística é constituído pelos recursos naturais, são eles os elementos que satisfazem as necessidades humanas.

Segundo Barbosa (2005), só pelo fato de existir um elemento natural não é, porém, um recurso. É necessária em muitos casos a intervenção do homem, qualquer que seja sua natureza e dimensão, que lhe atribua a capacidade de satisfazer necessidades.

Conforme atesta a mesma autora, os recursos naturais são em muitos casos insuficientes para garantir a permanência dos turistas.

Desta forma, Graziano da Silva e Campanhola (1997) dizem que é importante ressaltar a gestão da paisagem através da análise de seus atributos visuais: a terra (aspecto externo da superfície terrestre representada pelo relevo e formas do terreno); a água (formas distintas superficiais); a vegetação (formas de vida vegetal) e elementos artificiais (estruturas espaciais criadas por diferentes tipos de ocupação do território); o clima; as informações de flora e fauna devem encaminhar a complementaridade entre a manutenção de um espaço de consumo de qualidade com a manutenção turística.

Neste aspecto, chama a atenção, as técnicas de uso e conservação do solo, treze produtores não utilizam curva de nível em sua propriedade, apesar de muitos produtores residirem em áreas dobradas. As atividades turísticas estão diretamente envolvidas com aspectos geomorfológicos, pois dependem do solo (da terra propriamente dita para a agricultura), da floresta e da paisagem para serem desenvolvidas (TEIXEIRA et al, 2003).

O consórcio de produtos é realizado em oito propriedades e a rotação de culturas em dez. A queimada que já fora utilizada por uma grande parte dos produtores está caindo em desuso, atualmente quatro famílias utilizam ainda esta técnica, mas relatam que ela é aplicada em casos extremos, já que a capoeira derrubada existe em excesso. Isto faz bastante sentido, pois quando perguntado se praticam a adubação verde, 12 famílias nos relataram que praticam. O plantio direto também não é praticado nesta localidade.



Figura 24 - Sangas e Córregos existentes nas propriedades.

Fonte: Emater

Em todas as propriedades existem nascentes, sanga ou córregos. Em treze delas existe mata ciliar para a proteção dos mesmos. A proteção artificial não é realizada.



Figura 25 - Área de Várzea.

Fonte: O autor

A diversidade de solos pode ser constatada em 92,86% dos estabelecimentos. Há registro de erosão em uma propriedade o que é visto como

fator negativo para quem pretende ou já tem implantado o turismo rural em sua propriedade.

Como a localidade taquarense possui em sua geografia relevo acidentado, é natural que o produtor realize cultivos em áreas dobradas; nove entrevistados afirmam realizar cultivos nestas áreas. Observa-se que, apesar disso, treze responsáveis pelo estabelecimento nos afirmaram não utilizar curvas de nível.



Figura 26 - Áreas quebradas nas propriedades.

Fonte: O autor

Sabe-se que a água é um recurso natural importante para o crescimento econômico e social da população. Ela é hoje vetor para a indução ao investimento em determinadas regiões, sendo diferencial competitivo e essencial para a agricultura e conseqüentemente para o desenvolvimento do turismo rural. Nas propriedades de Taquara, ela é utilizada para o consumo, a limpeza de máquinas e equipamentos, para o consumo dos animais e para a oxigenação da água dos açudes.

Um problema encontrado nesta localidade e que entra em desarmonia com o turismo rural é referente ao destino das embalagens de agrotóxicos e produtos veterinários, pois foi constatado que onze produtores entrevistados não entregam as embalagens nos postos de recolhimento e doze queimam as mesmas na propriedade, porque nenhum dos produtores têm por hábito enterrar, reutilizar ou deixá-la a céu aberto.

Dois produtores utilizam inseticidas na plantação de milho. Ele é utilizado no controle do gorgulho e das formigas cortadeiras. Neste cultivo, o herbicida é utilizado por três agricultores. Na plantação de aipim e de feijão o inseticida é utilizado por um entrevistado e o herbicida por dois. A batata doce e o arroz também sofrem o uso de

agrotóxico e inseticida, porém apenas um produtor nos disse utilizar o defensivo nestes produtos.

Quanto à utilização de herbicida, o produto onde é mais utilizado este defensivo químico é na plantação de milho, já que três entrevistados relataram que o utilizam no controle de pragas.

Para R.H.,

a gente precisa usar formicida para acabar com as formigas antes que ela acabe com o milho, depois temos que usar veneno contra o gorgulho pois o milho já vem bichado da roça, se a gente não usa inseticida em pouco tempo o milho vira farinha, pois o gorgulho come tudo.

Quanto à assistência técnica os agricultores disseram que a EMATER oferece assistência.

As sementes certificadas representam 60% no plantio de arroz e as de milho são todas certificadas, as demais são da própria produção.

O adubo orgânico é utilizado em todas as culturas, do mesmo modo como o químico. Segundo Buainain et.al (2003), a adubação orgânica vem crescendo em muitas regiões do país, sendo especialmente aplicada a produtos que exigem cuidado e mão-de-obra intensivos.

O calcário é utilizado com maior intensidade na plantação de aipim, já que treze propriedades usam este produto. Nas de milho, dez agricultores utilizam este corretivo de acidez na plantação.

Por se tratar de propriedades bastante distantes uma das outras, a produção agrícola também é muito diversificada, mas certas culturas parecem que são universais, como o milho, o aipim, o feijão e tantas outras. Nas propriedades pesquisadas, a área em média plantada das principais culturas podem ser observadas abaixo na tabela 18.

O arroz possui a maior área plantada, porém cabe destacar que este produto não é produzido pelos produtores entrevistados. A área onde esta cultura é plantada é arrendada, porém seu pagamento é feito em produto, ou seja, em arroz.

Por isso, os principais produtos cultivados pelos agricultores taquarenses, são milho, aipim e feijão. As principais culturas vendidas são: o aipim, com 21,09%, o feijão cuja quantidade atinge 47,57% da produção. A venda do arroz atinge 98,97%

da produção, as flores são todas comercializadas, a melancia tem sua produção vendida em 82,95% e, por fim, o melão cujo percentual de comercialização chega a 89,87% da sua produção.

O aipim é vendido na feira do produtor geralmente no modo descascado e congelado e também na propriedade. O feijão e as flores também são vendidos direto ao consumidor na propriedade e nas feiras. O arroz como é uma grande quantidade é comercializado direto ao consumidor e em feiras, porém isto representa uma pequena quantidade e o grande volume às cooperativas e aos intermediários. Já a melancia e o melão são comercializados direto aos intermediários.

A comercialização de produtos entre agricultores e clientes está diretamente ligada à atividade turística, conforme relata Schneider (1999). Para ele, a diversificação das fontes de renda e a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas têm possibilitado à população do meio rural elevar seu poder aquisitivo.

Tabela 18 – SAFRA/PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS TEMPORAIS

Produtos	Produção Total (kg)	Produtividade (kg/ha)	
		Propriedades pesquisadas em Taquara *	Produtividade (kg/ha) Taquara*
Milho	101.300,00	4.711,63	1.926,00
Aipim	151.700,00	11.072,99	10.000,00
Trigo	150,00	500,00	Nada Consta
Feijão	2.060,00	321,88	700,00
Batata Doce	900,00	1.500,00	9.000,00
Arroz	111.450,00	1.367,48	5.865,00
Flores (unid.)	2.400,00	4.800,00	Nada Consta
Melancia	2.170,00	17.360,00	15.600,00
Melão	790,00	1.264,00	2.000,00
Abóbora	1.400,00	2.100,00	Nada Consta

Fonte: O autor

Fonte de dados: Propriedades pesquisada em Taquara (safra 2006/2007) e (IBGE, 2004).

A produtividade das propriedades onde foram realizadas as pesquisas não apresentou em sua maioria a mesma produtividade do município. A produção de milho nas propriedades pesquisadas é quase 2,5 vezes superior aos índices dispostos pelo IBGE, para o município. A produção de feijão nas propriedades entrevistadas é menos que a metade do que a do município. O arroz é três vezes menor nas propriedades entrevistadas do que nas propriedades em geral do município. A batata-doce é o produto que possui a menor produtividade quando comparada com a produtividade do município, chegando a ser seis vezes menor.

A produção artesanal agrícola, conforme a tabela 19, nos mostra a produção e comercialização agroindustrial de produtos panificados e geléias.

Tabela 19 - Produção artesanal agrícola e não agrícola nos últimos 12 meses

Produtos Artesanais	Produção Total	Produção Consumida (Unidades)	% Produção Consumida	Produção Vendida (Unidades)	% Produção Vendida
BISCOITO (kg)	300	20	6,67	280	93,33
PÃES (unidades)	8200	150	1,83	8050	98,17
CUCA (unidades)	2880	40	1,39	2840	98,61
ROSCA (unidades)	960	40	4,17	920	95,83
GELÉIA (kg)	290	50	17,24	240	82,76
SCHIMIA (kg)	70	40	57,14	30	42,86

Fonte: o autor

Segundo os dados da tabela 19, quase toda a produção é comercializada. Entre os produtos mais comercializados estão a cuca com 98,61% e o pão com 98,17% da produção total vendida.

É esta pluriatividade que torna a produção familiar diferente das demais. Conforme atesta Anjo (2003), uma unidade familiar pode executar diversas atividades com o objetivo de obter uma remuneração pelas mesmas, que tanto podem se desenvolver no interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração – industrialização em nível da propriedade, turismo rural, agroturismo, artesanato e diversificação produtiva – que conjuntamente impliquem o aproveitamento de todas as potencialidades existentes na propriedade e/ ou em seu entorno.

Na figura 27, pode-se ver uma agroindústria de pão, rosca e biscoito, localizada na linha de Morro Negro. A principal renda da família é oriunda da fabricação destes produtos caseiros.



Figura 27 - AGROINDÚSTRIA DE PÃO, ROSCA, BISCOITO ETC.

Fonte: o autor

A produção animal é apresentada na tabela 20. Mostra que nestas propriedades não existe comercialização da produção animal de bovino de leite, caprinos e eqüinos, porém onze produtores criam bovinos de corte e comercializam 58,57% desta produção. A criação de gado leiteiro é observada em nove propriedades, mas os produtores não costumam vender ou abater estes animais, a não ser quando estão muito velhos. Um exemplo disto é que nos últimos doze meses em todas as propriedades pesquisadas somente dois animais haviam sido abatidos, representando 3% de todo o plantel.

Tabela 20 - PRODUÇÃO ANIMAL NOS ÚLTIMOS 12 MESES

Animais	Produção Total	Abatidos	% Consumido	% Vendido
Bovino				
Corte	70	7	10,00	58,57
Bovino Leite	70	2	2,86	0
Suíno	825	19	2,30	73,45
Ovino	22	6	27,27	54,55
Caprino	4	2	50,00	0
Eqüino	3	0	0	0
Aves	655	315	48,09	18,32
Pato	65	32	49,23	12,31
Peru	8	0	0	100,00
Peixes	16.150	570	3,53	94,37

Fonte: O autor

A criação de suínos é observada em onze propriedades. Dessa criação, 73,45% do plantel é vendido. A criação de ovelhas está presente em três estabelecimentos sendo que 54,55% são vendidas. O cabrito é criado para o consumo e o cavalo para lidar no gado e para passeios nos finais de semana.

A criação de aves foi constatada em doze propriedades. É consumida 48,09% da produção durante o ano. Os patos são criados por quatro produtores, sendo que 49,23% da sua produção é para consumo. O peru é criado para comercialização e pode ser vista em um estabelecimento.

A criação de peixes é vista em oito propriedades, 94,37% da produção é vendida. O peixe é geralmente comercializado na feira do produtor, em vendas diretas através dos pesque-pague. Sistema esse onde o consumidor vai até a propriedade e pesca seu próprio peixe. Além de serem vendidos em supermercados através do beneficiamento das agroindústrias e, principalmente, nas semanas que antecedem à semana santa.

Segundo Graziano da Silva et. al (2000), a pesca é uma das atividades de lazer mais praticada no mundo. Para o mesmo autor, uma das alternativas para os produtores do campo tem sido a abertura de locais para a pesca a exemplo de lagoas, tanques artificiais ou não e, para ele, este tipo de pesqueiro vem crescendo cada vez mais por também apresentar fácil acesso.

Quanto a esta atividade, cabe destacar algumas observações adicionais por sua relação com nosso objeto de estudo.

Para Sluszz e Froehlich (2003), o espaço rural configura-se em alvo, portanto, de um espectro bem diversificado de interesses, os quais não são excludentes entre si, mas, na maioria das vezes, complementares; e, no propósito de atender à demanda gerada por esta particular vontade de consumo, que possibilita uma ampla estrutura de oportunidades, conforma-se uma variada e eclética oferta de serviços, estabelecimentos, lugares, produtos etc. No entanto, dentre as atividades de lazer que estão tendo lugar no espaço rural atualmente, a pesca é, seguramente, uma das modalidades que mais tem se difundido.

Segundo os mesmos autores, o crescimento da pesca como atividade de lazer, principal demanda que sustenta os pesque-pague, relaciona-se com a busca de alternativas contemporâneas para amenizar as turbulências físicas e mentais do que é considerado o modo de vida moderno e urbano, ou seja, atribulado, nervoso, estressante, e que faz as pessoas ocuparem quase todo o seu tempo com

preocupações de ordem diversa: dinheiro, trabalho, insegurança, trânsito. Necessitando, portanto, de um refrigério, mesmo que temporário. Daí o grande apelo dos pesque-pague, com suas infra-estruturas já prontas para a pesca (e outros consumos) e seus acessos não muito distantes ou difíceis, por isso prestam-se bem a uma 'escapada' em fins de expediente ou nos finais de semana, enquanto as férias prolongadas não chegam. Para além das palavras-chaves 'diversão', 'descanso' e 'tranqüilidade' que são associadas à pesca como lazer, o mais particular sentido produzido talvez seja o de uma peculiar 'terapia', capaz de manter a saúde dos que a praticam em boas condições.

Em relação aos derivados da produção animal, a tabela 21 nos mostra o quanto a produção de leite é importante para as famílias taquarense que fizeram parte da pesquisa, pois, 94,19% da produção é comercializada junto às empresas de laticínios que coletam o leite nesta região e que juntamente com o mel e os ovos são vendidos diretamente ao consumidor, ou na feira municipal deste município e, por isso, ajudam na composição da renda familiar. Esses produtos em alguns casos são vendidos para as agroindústrias de massas e pães que estão localizadas próximas às propriedades produtoras.

Tabela 21 - PRODUÇÃO DE DERIVADOS DE ANIMAL NOS ÚLTIMOS 12 MESES

Derivados	Produção Total (ano)	% Consumido	% Vendido
Leite (L)	349.300	2,66	94,19
Banha (kg)	540	100	0
Mel (kg)	680	19,85	80,15
Queijo (kg)	110	100	0
Doce de Leite (kg)	10	100	0
Ovos (Dz)	4.600	14,13	85,87

Fonte: O autor

Isso está em consonância com o que diz Portuguesez (1999) para quem o turismo não transforma, mas une os setores primários e secundários da economia, porque seu produto se compõe de atividades e serviços que vão desde bens de alimentação, transportes e produtos típicos locais.

Para Campanhola e Silva (2000), embora se tente padronizar produtos, hábitos e costumes em prol da eficiência e da produtividade, a globalização reforça o local, para que encontre o caminho de sustentabilidade. De acordo com os mesmos

autores, aproveitar as especialidades de cada localidade ou território, de suas potencialidades, oportunidades e os nichos de mercado, devem estar relacionadas a cada localidade.

Bloco de renda das atividades

Com base em fator comparativo, considerando a renda bruta e o número de propriedades pesquisadas (14) nesta região, que é o dobro de Rolante, a renda bruta total ainda é 13,77% menor do que naquele município. Porém, a localidade de Taquara apresenta um custo total 38,57% menor do que o dos entrevistados do município vizinho, mas quando se faz a média da renda líquida de cada produtor percebe-se que a renda líquida por produtor taquarense é de R\$ 29.865,48 e a do produtor de Boa Esperança é de R\$ 50.187,56, demonstrando que a renda dos produtores taquarenses é 40,49% menor do que a do entrevistado de Rolante.

A renda líquida total dos produtores taquarenses é de 59,44% e os custos de produção representam 40,56% da receita bruta. A margem de custo e renda líquida de cada setor da produção pode ser vista, abaixo, na tabela 22.

Tabela 22 - MÉDIA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA ANUAL

	Renda Bruta	% da Renda Bruta	Custo da Produção	% do custo Produção	Renda Líquida	% Renda Líquida
Produção Agrícola	67,570.00	9.61	29,850.00	10.46	37,720.00	9.02
Produção Pecuária	192,900.00	27.42	128,680.00	45.10	64,220.00	15.36
Derivados da produção						
Vegetal e Animal	182,269.00	25.91	101,760.00	35.67	80,509.00	19.26
Aposentadorias/Pensões	77,270.00	10.99	0.00	0.00	77,270.00	18.48
Renda não Agrícola	19,200.00	2.73	0.00	0.00	19,200.00	4.59
Atividades do Turismo	36,000.00	5.12	0.00	0.00	36,000.00	8.61
Trabalho não Agrícola						
Fora do Estabelecimento	27,200.00	3.87	0.00	0.00	27,200.00	6.51
Arrendamento de Terras	35,000.00	4.98	0.00	0.00	35,000.00	8.37
Aluguel de máquinas	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Renda Trabalho Agrícola						
Fora do Estabelecimento	16,000.00	2.27	0.00	0.00	16,000.00	3.83
Programas sociais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros	50,000.00	7.11	25,000.00	8.76	25,000.00	5.98
Renda total	703,409.00	100.00	285,290.00	100.00	418,119.00	100.00

Fonte: O autor

Os principais componentes da renda dos produtores taquarenses pesquisados são os derivados da produção animal com 19,26%, aposentadorias /pensões representando 18,48% e a produção pecuária com 15,36% da renda líquida. Em patamares menores, porém significantes aparecem a renda da produção agrícola com 9,02%, 8,61% em atividades do turismo e o arrendamento de terras com 8,37% da renda líquida. Os trabalhos agrícolas fora do estabelecimento, a renda desse trabalho e outros, representam juntos 16,32% da renda líquida dos produtores da localidade pesquisada. É importante salientar que, os “Outros,” citado na tabela 22, é a atividade resultante da intermediação entre a compra e venda de peixes por um produtor, junto aos demais. Os custos de produção da propriedade estão centrados principalmente na produção pecuária, agrícola e nos derivados da produção animal que juntos representam quase 92% dos custos total da propriedade.

Segundo os dados da FEE (2004), se a renda per capita do município fosse baseada na renda das propriedades entrevistadas, o município não estaria na 482ª colocação e sim ocuparia uma posição de melhor destaque entre os municípios gaúchos, ocupando a 124ª colocação no ranking dos municípios com uma renda de R\$ 15.626,87.

Tabela 23 - RENDA PER CAPITA

	PIB (R\$ mil)	PIB per capita (R\$)
Propriedades Pesquisadas	703.409,00	15.626,87
Taquara	334.397.000,00	5.752,00
Rio Grande do Sul	142.874.226,00	13.320,00

Fonte: FEE (2004)

Como pode ser observado na tabela 22, o valor das aposentadorias e pensões é o segundo maior percentual de lucro dos produtores. Com base em fator comparativo, se os produtores taquarenses não tivessem esse benefício (aposentadoria/pensão) a sua renda per capita cairia para R\$ 13.113,98, colocando o município na 190ª posição do ranking gaúcho, perdendo 66 posições, mostrando desta forma o quanto este benefício é importante para as famílias entrevistadas do município de Taquara.

Portanto, percebe-se entre os produtores entrevistados que eles apresentam o potencial da atividade do turismo rural nas propriedades, mesmo não estando formalizado, pois quando analisado a sua forma de produção e comercialização com as teorias já estudadas, percebe-se uma grande familiaridade. Isso está demonstrado nos dados da pesquisa elaborada e na renda per capita das famílias.

Os produtores entrevistados, mesmo possuindo uma renda melhor do que a média dos demais produtores taquarenses (no PIB per capita estão incluso todos os taquarenses, produtores ou não), não têm por costume adquirir empréstimos para investimento. Quatro produtores adquiriram empréstimos para investimento na propriedade. A média adquirida por cada agricultor foi R\$ 12.000 (doze mil reais) e esse recurso foi destinado a investimento na propriedade ou na agroindústria.

Nesta região, por apresentar uma quantidade maior de entrevistados do que na localidade de Boa Esperança, e também pela ampla distribuição geográfica, os critérios que os levaram a iniciar a atividade é extensa, variando de família para família, indo desde a preservação da saúde, o gosto pela profissão, o mercado favorável e as qualidades da propriedade no caso da criação de peixe. A linha de crédito e a capacitação foi o principal apoio obtido.

De acordo com os entrevistados, a média investida na propriedade até a coleta dos dados havia sido de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) sendo que a maioria dos produtores não possui mais interesse em investir, a não ser que o mercado se torne promissor.

AS MUDANÇAS OCORRIDAS NA PROPRIEDADE

Do mesmo modo que ocorreu na localidade de Boa Esperança, a principal mudança ocorrida no meio rural, segundo os produtores de Taquara, foi ocasionada pela saída do produtor do campo. Conforme o relato deles isso ainda continua ocorrendo, porém muitas vezes este episódio não é percebido pelos órgãos de pesquisa, porque os jovens vão em busca de empregos e da realização profissional, enquanto pessoas que já fizeram esta migração retornam para o meio rural em busca da tão almejada qualidade de vida.

Porém, outras mudanças foram percebidas ao longo dos últimos 20 anos, e segundo dois entrevistados houve um aumento na área total do seu estabelecimento. De acordo com eles, isso ocorreu pelo fato de terem comprado a área do vizinho. A área com lavoura diminuiu em quatro propriedades e o principal

causador desta queda, conforme relataram os entrevistados, foi o aumento da idade e a abertura das agroindústrias. Como houve redução na área plantada de lavouras, também houve uma redução na utilização de insumos químicos/agrotóxicos em oito propriedades entrevistadas, o que para a implantação ou preservação do turismo rural é algo benéfico, como atestam Graziano da Silva, Vilarinho e Dale (1998), que para a implantação do turismo rural é necessário uma série de fatores: identidade própria, a fim de respeitar as características do ambiente, autenticidade com otimização das propriedades produtivas, harmonia ambiental aproveitando ao máximo as estruturas já existentes, preservação e divulgação das raízes e dos costumes junto à consciência ecológica e principalmente profissionais especializados para o atendimento ao turista.

Tabela 24 - MUDANÇAS OCORRIDAS NO ESTABELECIMENTO

	Aumentou	Diminuiu	Permanece a Mesma
Área total do estabelecimento	2	0	12
Área com Lavoura	3	4	7
Área de mato/floresta	7	2	5
Área com Pastagem	1	3	10
Número de culturas	2	6	6
Insumos químicos/ agrotóxicos	2	8	4
Insumo orgânico/verde	7	3	4
Máquinas e Implementos agrícolas	3	3	8
Pássaros Silvestres	10	4	0
Outros animais Silvestres	10	4	0
Diversidades de animais silvestres	10	4	0
Tipos de doenças e pragas	3	3	8
Fertilidade do solo	7	2	5
Volume de água das nascentes	1	7	6
Volume de água dos córregos	1	8	5
Qualidade da água nas nascentes	2	4	8
Qualidade da água dos córregos	2	4	8
Mão-de-obra empregada	3	7	4

Fonte: O autor

Tomando como base as reflexões feitas acerca da dialética que envolve o homem e a natureza e as designações dadas ao meio ambiente, podem-se fazer

prévias reflexões sobre a ação humana através do turismo, no espaço natural, bem como os futuros problemas gerados pelo mesmo.

A atividade turística está ligada diretamente ao meio ambiente e o utiliza como mercadoria para ser consumida e transformada, produzindo o espaço turístico. Porém, para considerar este “meio ambiente” é preciso ter em discussão que as ações antrópicas no espaço, geram ambientes diversificados cada um com sua significação e grau de importância para a humanidade. Portanto, ao considerar o turismo no meio ambiente, não se considera este último somente como o suporte físico, mas sim toda a concretização social expressa no espaço, promovendo o surgimento de diversificados meio-ambientes.

Segundo os dados da pesquisa a área de mato/floresta aumentou em sete propriedades, isto ocorreu devido à troca de culturas comuns por plantação de eucaliptos.

Para o produtor F.R., “As matas aumentaram depois que começaram a sair gente do campo, mas a área onde possui veia de pedra grês, a área destruída é terrível. O aumento de espécies de animais que já não via a tempo, em tempos para cá, começou a aparecer novamente”.

A área com pastagem continua a mesma em dez propriedades. O uso de insumos orgânicos/verde aumentou em sete estabelecimentos, porque os produtores estão aderindo a essa adubação por ser mais ecológica. Esta iniciativa dos produtores de substituírem os insumos químicos por orgânicos vem ao encontro com o que Lickorish e Jenkins (2000 p.117-118) diz:

A proteção, a otimização e as melhorias dos diversos componentes do meio ambiente estão entre as condições fundamentais para o desenvolvimento harmonioso do turismo. Da mesma forma, o gerenciamento racional do turismo pode contribuir em grande parte para a proteção e o desenvolvimento do meio ambiente físico e da herança cultural, bem como para a melhoria da qualidade de vida.

A fertilidade do solo, segundo os entrevistados, aumentou em oito propriedades e isto se deve ao fato de estarem adubando mais. Também segundo oito entrevistados, não houve aumento na quantidade e tipo de pragas, bem como em doenças. O uso de máquinas e implementos agrícolas permanece o mesmo em oito estabelecimentos.

Um fator que começa a assombrar as propriedades dos entrevistados é a redução do volume de água das nascentes, dos córregos e dos rios que diminuiu em oito propriedades e que segundo os entrevistados a redução está sendo ocasionada pelo aumento do calor e a utilização errada da água por todos os agricultores. O que abranda um pouco a situação é que a qualidade da água das nascentes e dos córregos e rios permanece a mesma para oito entrevistados.

Mais uma vez cabe destacar a importância desse elemento, pois conforme lembra Swarbrooke, (1999) no turismo, o meio ambiente natural abrange o suporte físico e biogeográfico, responsável pela elaboração de belezas cênicas – matéria – prima para a indústria do turismo. Podendo-se destacar as áreas de montanhas, os mares, rios e lagos, cavernas, praias e florestas naturais.

Outra mudança apontada refere-se à mão-de-obra empregada na propriedade que diminuiu em sete estabelecimentos. Para os produtores, o principal fator da redução da mão-de-obra foi o decréscimo da área plantada e a falta de mão-de-obra qualificada para trabalhar nas agroindústrias, seguido dos altos custos trabalhistas. Conforme nos relataram quatro agricultores, existem agroindústrias na comunidade, sendo que as mais lembradas foram as de beneficiamento de peixe e fabricação de pães e biscoitos.

De acordo com o relato dos produtores, os pássaros silvestres e os outros animais silvestres aumentaram em dez das propriedades pesquisadas e para eles o principal motivo é a fiscalização do IBAMA, que faz com que os caçadores fiquem com medo de caçar. A diversidade de animais silvestres também aumentou sob o ponto de vista de dez entrevistados.

Os dados da pesquisa vêm ao encontro com o que diz Swarbrooke, (1999), pois a vida selvagem ganha vários sentidos com relação ao turismo, principalmente, quando este representa um atrativo turístico.

Quanto ao projeto de vida, a maioria dos produtores entrevistados (13) não gostaria de mudar de atividade. Este fator, já estudado anteriormente, faz com que nove dos filhos também tenham interesse em permanecer na propriedade e dar continuidade às atividades exercidas pelos seus pais, porém o que mais os preocupa é saber se conseguirão tirar o sustento da sua família com o trabalho agrícola.

4.3 POLÍTICAS DE APOIO AO TURISMO RURAL

É cada vez mais freqüente a inclusão do turismo nas discussões que tratam do desenvolvimento rural e da agricultura familiar. As transformações no modo de organização das populações rurais apontam o turismo como ferramenta capaz de proporcionar a diversificação da renda, a valorização da cultura local, a comercialização da produção pelos próprios agricultores familiares e ainda estimular o resgate da auto-estima dessas populações.

Tal realidade nos permite valorizar as diversas características disciplinar e setorial do turismo, proporcionando o uso adequado do território, suas potencialidades, bem como a recuperação e conservação da economia local.

Diante deste cenário de crescente visibilidade da atividade turística no meio rural, entende-se que o poder público deve assumir um papel fundamental no apoio à implantação da atividade turística desenvolvida por agricultores familiares nas unidades produtivas, colocando à disposição das famílias rurais, linhas de crédito menos burocratizadas, facilitando desta forma o investimento no setor agrário. Bezerra (2005, p.97) ressalta que “por ser uma economia periférica, os negócios turísticos no Brasil precisam contar fortemente com recursos públicos que cobrem juros mais baixos e ofereçam prazos mais longos para pagamento”. Nesse sentido, identificamos aqui algumas das principais instituições e linhas de crédito de apoio ao turismo rural. São eles:

1. As linhas de crédito disponibilizadas pela Caixa Econômica Federal (CEF): Investgiro Caixa Turismo e (Proger), BNDES Automático e FINAME.
2. O Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF).
3. O Caixa RS – Fomento Econômico e Social.

Nas linhas de crédito disponibilizadas pela CEF, temos a Investgiro, onde são financiados: construções, veículos, equipamentos, treinamento, gestão e capital de giro. Subdividindo-se em duas modalidades: Proger Turismo voltado a empresas e Proger Informal voltado a profissionais autônomos.

Na linha BNDES Automático são financiáveis: meios de hospedagem, equipamentos e prédios históricos, parques de exposições e rodeios, parques temáticos, centros de convenções, marinas, escolas de formação de mão-de-obra e outros segmentos integrados ao turismo.

Ainda com recursos do BNDES, a linha FINAME é exclusiva para a aquisição de equipamentos, vans, ônibus e microônibus de fabricação nacional.

O Banco do Brasil oferece a linha do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF, que tem por objetivo apoiar investimentos em bens e serviços que resultem em aumento na renda da propriedade, mediante melhoria da qualidade dos produtos vinculados ao turismo rural. O PRONAF é atualmente um dos mais conhecidos programas de crédito agrícola. Esse é o programa mais utilizado pelos produtores da localidade de Boa Esperança em Rolante (66,66%) e pelos produtores de Taquara (50%).

No quadro 1, abaixo, está relacionado o número de contratos realizados nos municípios em estudos entre as safras de 99/00 a 05/06.

Safr	Município de Taquara		Município de Rolante	
	Nº. de Contratos	R\$	Nº. de Contratos	R\$
1999/2000	3	4.806,00	7	10.223,98
2000/2001	18	33.420,65	24	72.630,31
2001/2002	51	252.909,90	27	50.789,42
2002/2003	40	227.424,68	51	241.576,28
2003/2004	42	320.496,08	57	342.677,11
2004/2005	19	177.443,97	28	118.431,04
2005/2006	24	291.155,44	58	424.120,99
TOTAL	197	5.036.361.13	252	3.303.178.97

Quadro 1 - CONTRATOS PRONAF's NOS MUNICÍPIOS EM ESTUDOS.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (2007)

Percebe-se, no quadro 1, que na safra de 05/06, no município de Taquara, os números de contratos do crédito agrícola do PRONAF, tiveram um novo crescimento de 26,32%, após uma queda de aproximadamente de 121,06%, com relação à safra anterior de 03/04. Este mesmo fato também é observado no município de Rolante, quando se constatou um aumento no número de contratos de 107,14% na safra de 05/06, após uma significativa redução deste número em 103,57% na safra de 04/05, com relação à safra de 03/04.

No mesmo quadro, pode ser constatado que o município de Taquara, apesar de ter realizado menor número de contratos que o município em comparação, contraiu créditos com valores maiores.

Outro fator que requer atenção é o baixo número de contratos de crédito realizados em ambos os municípios. O município de Taquara possui um total de 1261 propriedades, das quais 1178 estão situadas em um estrato igual ou inferior a 50 ha., representando 93,42% do total de estabelecimentos no município. Da totalidade de propriedades, somente 1,90% contraiu financiamento agrícola na safra de 05/06. Neste mesmo município, a safra que mais contraiu financiamentos junto ao PRONAF foi a de 01/02, na qual 4,04% do total dos estabelecimentos contraíram este crédito. No município de Rolante, são 838 propriedades. Dessas 803 propriedades estão situadas em um estrato igual ou inferior a 50 ha. ou seja, o percentual de estabelecimentos nesta esfera atinge 95,83% da sua totalidade. O número de propriedades que contraíram o crédito do PRONAF na safra 05/06 atingiu 6,92% do número de propriedades, superando até mesmo a safra de 03/04, onde o percentual de agricultores solicitantes havia sido de 6,80%. Cabe aqui destacar, que mesmo esta safra sendo a que mais contraiu crédito de custeio/investimento, o percentual de produtores que solicitou este crédito com relação ao número de propriedades existentes no município é muito aquém do esperado.

O PRONAF é um programa de apoio ao desenvolvimento rural, que visa ao fortalecimento da agricultura familiar, bem como o aumento dos postos de trabalho e renda. Este programa é executado de forma descentralizada e tem como principal protagonista o agricultor familiar e suas organizações.

Segundo o MDA (2005), o financiamento rural do PRONAF tem impacto tanto social quanto econômico, ao mesmo tempo em que dá condições para que os agricultores familiares ganhem em escala dentro da unidade de produção, mantém as pessoas ocupadas, gera empregos e possibilidades para que a família permaneça no meio rural. Além disso, diminui a tensão no campo e a pressão por emprego na cidade.

Os beneficiários dos créditos do PRONAF são os assentados da Reforma Agrária, reconhecidos pelo INCRA e beneficiários dos programas de crédito fundiário do Governo Federal, demais agricultores familiares, trabalhadores rurais, pescadores artesanais, aqüicultores, pecuaristas familiares, silvicultores,

extrativistas, quilombolas e indígenas. Ou seja, os agricultores que fizeram parte da nossa pesquisa, também fazem parte dos beneficiários deste crédito.

Acessando o financiamento rural, os agricultores familiares têm condições de ampliar e qualificar as atividades que já desenvolvem, bem como de implementar novas atividades agrícolas e não agrícolas geradoras de renda, adquirir máquinas, equipamentos, sementes e insumos, o que antes não se conseguia devido à falta de condições e de recursos.

De acordo com MDA (2007), o PRONAF, destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. Entende-se por serviços, atividades ou renda não-agropecuários, aqueles relacionados ao turismo rural, à produção artesanal, ao agronegócio familiar e à prestação de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar.

Neste sentido, destacam-se duas linhas de créditos que beneficiam diretamente os produtores que se enquadram no turismo rural:

1. *Investimento para Projetos de Desenvolvimento Integrado por Unidades Agroindustriais* (PRONAF/AGROINDÚSTRIA): Investimentos restritos às atividades agropecuárias e agroindustriais.
2. *Investimento para Agregação de Renda e Atividade Rural* (AGREGAR): os beneficiários são agricultores familiares e trabalhadores rurais para o financiamento de atividade agropecuária - beneficiamento e processamento da produção agropecuária e de produtos artesanais — e não agropecuárias como a exploração do turismo e lazer rural.

Na primeira linha de investimento, enquadram-se as agroindústrias que, como já visto no decorrer deste trabalho, é um forte propulsor do desenvolvimento do Turismo Rural. Na segunda, o investimento é destinado aos agricultores que possuem por objetivo desenvolver ou ampliar o turismo rural em sua propriedade.

Caixa RS - Fomento Econômico e Social é outra possibilidade de apoio ao turismo rural.

O agente de fomento do Estado do Rio Grande do Sul tem por objetivo a dinamização do desenvolvimento econômico e a inclusão social, tendo por meta a realização do crescimento.

Dentro deste enfoque, a Caixa RS atua como braço financeiro de fomento econômico, concedendo créditos de longo prazo às mais variadas atividades. Assim como os demais agentes anteriormente citados neste caso também são utilizados créditos do BNDES/FINAME.

Com relação ao modo como os Órgãos Públicos Municipais estão se portando diante desta atividade, que poderia ser mais um apoio ao setor administrativo dos municípios de Taquara e de Rolante, não foi constatado uma interação entre este segmento do turismo e a Gestão Municipal e sim, desinformação e pouca atuação por parte das atuais secretarias dos municípios em estudo quanto ao tema Turismo Rural.

O que ampara a afirmação acima são os relatos do Secretário do Desporto e Turismo do Município de Taquara, Sr. Anderson Luis Martins e da assessora da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo de Rolante Srta. Caroline Schneider.

Segundo o senhor Anderson Luis Martins “no município não existem políticas fixas de apoio ao turismo rural e atualmente nenhuma instituição está envolvida com projetos relacionados ao Turismo Rural”.

De acordo com a assessora da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo de Rolante, o município de Rolante também não apresenta nenhuma política de apoio ao Turismo Rural. Em suas palavras:

A Secretaria não realizou nenhum projeto na área do Turismo Rural. A única atividade que realizamos nesta gestão com relação ao Turismo Rural, foi a legalização do “Caminho das Pipas.

Para o secretário do município de Taquara, para que houvesse uma maior participação da secretaria em projetos relacionados ao Turismo Rural “seria necessário contratar mais pessoas. Seria necessária uma equipe mais qualificada que pudesse dar mais atenção ao Turismo Rural”.

Parecido com o discurso do secretário de Taquara, a assessora do secretário de Rolante comenta que “há dificuldade de se implantar atividades relacionadas ao turismo, mas principalmente pela falta de pessoas”.

Deste modo percebe-se que o Turismo Rural não está colocado como um dos objetivos dos atuais governos municipais.

Para o secretário de Taquara, uma das dificuldades em se implantar o Turismo Rural na propriedade está relacionada:

à falta de conhecimento dos produtores e pela morosidade do processo. Como é um processo que não se consegue implantar em curto prazo acaba tendo uma desistência dos produtores. Outro problema é a falta de estrutura da secretaria do desporto e turismo. Faltam recursos financeiros e pessoas para se envolverem com maior afinco nas atividades referentes ao Turismo Rural. Muitas vezes o produtor quer se envolver com o Turismo Rural, mas falta alguém na secretária que possa ajudar e acompanhar o produtor na implantação deste projeto.

Para a senhorita Caroline, a falta de infra-estrutura da secretaria é o que mais dificulta o serviço.

Percebe-se que, a despeito do potencial identificado em nossa pesquisa de campo, a implantação efetiva do Turismo Rural no município de Taquara, enfrenta sérios problemas, pois como nos relata Bezerra (2005), o potencial turístico brasileiro merece ser acompanhado por crédito em volume e qualidade a sua altura. Suficientes a ponto de dar estrutura sólida a seu crescimento e manutenção, tornando assim o turismo uma atividade viável, que distribua renda e dignidade.

Mais que atividade de lazer ou ócio, o turismo é uma atividade econômica e social importante ao desenvolvimento de uma nação, porém, necessita de políticas de planejamento que articulem a atividade de forma sustentada e organizada.

Constata-se, pois, que a atividade turística necessita de planejamento e de apoio financeiro público para que possa se desenvolver com uma maior segurança e estabilidade.

O próprio secretário de Taquara reconhece a existência de uma iniciativa, porém, muito lenta com relação à rota turística "*Caminhos de Rodeio Bonito*". Segundo ele:

o município de Taquara sozinho não possui condições de implantar o Turismo Rural. Por isso, o município está juntamente com os municípios de Igrejinha e Três Coroas, criando um consórcio, com a intenção de regionalizar a rota. O Ministério do Turismo não aceita um projeto exclusivo do município. Os projetos precisam ser via fórum estadual e de lá encaminhados ao ministério. Quando o projeto é regional, se consegue verba Federal.

Cabe destacar que o secretário do município possui convicções de que o Turismo Rural está associado à sustentabilidade da agricultura familiar e diz que, “o Turismo Rural é importante quando vem agregado da produção, neste sentido o turismo se torna sustentável”.

Na mesma linha de que o turismo rural contribui para a sustentabilidade do agricultor no município de Rolante, a assessora Caroline nos diz que acredita que “o turismo rural agrega valor às propriedades e faz com que mais pessoas conheçam o município e as propriedades a sua volta”.

Nota-se que ambas as secretarias possuem consciência da importância do turismo rural como fator de sustentabilidade do meio rural, porém é intrigante que não desenvolvam esta atividade.

O secretário de Taquara se diz receoso e com medo que o produtor deixe de lado as atividades inerentes à produção agrícola e faça da atividade turística a sua principal atividade: “*o grande problema é quando o Turismo Rural passa a ser a primeira fonte de renda e o produtor começa a dar mais atenção ao turista do que para a sua propriedade*”. Em relação a esta afirmação, cabem algumas reflexões. Se o turismo rural realmente se tornar a primeira fonte de renda da propriedade isto poderia representar um ganho. Mesmo que ele não consiga dar a atenção a sua propriedade como dava anteriormente, ele poderá contribuir para o desenvolvimento das demais propriedades da sua localidade, adquirindo produtos dos seus colegas agricultores, conforme já ressaltamos várias vezes na análise dos resultados da pesquisa. Mesmo que venha a produzir menos, o agricultor deve manter a sua propriedade produtiva, para que não a descaracterize e perca o sentido de turismo rural. Deste modo, seria indiferente para o agricultor se é o Turismo Rural ou a agricultura o que lhe proporcionará maiores rendimentos, o importante é que agregue, desenvolva, sustente a sua propriedade e sua família.

O secretário do Desporto e Turismo de Taquara aponta ainda que o município está muito aquém do que gostaria neste tema, deixando claro que o Turismo Rural não é uma das prioridades da atual administração por duas razões: primeiro, porque o município não possui recursos para investir em projetos deste cunho; e, segundo, pela falta de conhecimento e de informações sobre o rural taquarense.

A assessoria de Rolante sinaliza na mesma direção e reconhece que a atividade de turismo não é o foco da atual administração pública municipal. Aponta ainda que a secretaria de turismo é uma secretaria nova, que existe há

aproximadamente 4 ou 5 anos e que teria muito a se desenvolver o que, em outras palavras, consistiria numa dificuldade no que se refere à atuação do tema do turismo rural.

Em síntese, é possível afirmar que na atual Gestão Pública dos dois municípios e conseqüentemente nas secretarias responsáveis pela atividade de turismo, não estão envolvidas com o turismo rural ou por não conhecerem como se desenvolve a atividade ou por mero descaso.

Mais do que isso, cabe destacar que no caso da rota consolidada, o “Caminho das Pipas”, o único incentivo que os agricultores parecem receber é quanto ao acesso às propriedades e à publicidade dos eventos ocorridos na rota turística. O sucesso desta rota parece estar associado muito mais à qualidade e ao reconhecimento do produto oferecido pelos agricultores aos seus clientes e a sua hospitalidade. Em parte, isto se contrapõe ao que dizem alguns autores anteriormente citados, que assumem a gestão pública como peça fundamental para se implantar o Turismo Rural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou analisar a importância do turismo rural como alternativa de trabalho e renda para as pequenas e médias propriedades rurais e suas possibilidades como indutor do desenvolvimento rural sustentável em suas múltiplas dimensões nos municípios de Taquara (RS) e Rolante (RS).

Após os anos de 1970 quando as políticas de créditos agrícolas estavam direcionadas aos médios e grandes produtores privilegiando desta forma a produção voltada à exportação, o agricultor familiar de todo país ficou excluído, não conseguindo financiamentos para investir em suas plantações, passando a sofrer as conseqüências e a sentir que seu espaço na agricultura estava se reduzindo. Deste modo, com a evasão do campo, começa a migração do agricultor para outros centros rurais ou para o urbano. Esta evasão rural se acentuou até os anos de 2000, reduzindo seu ritmo a partir de então.

Ao estudar o turismo rural como fonte geradora de trabalho e renda nas pequenas e médias propriedades rurais nos municípios de Taquara/RS e Rolante/RS, tinha-se a intenção de averiguar se realmente esta atividade do setor terciário pode se constituir em instrumento para potencializar e desenvolver a região rural dos municípios em estudo. Conforme o referencial bibliográfico, diversos autores entre eles Graziano da Silva, Campanhola, Almeida, Schneider e tantos outros, relatam a respeito dos benefícios do turismo rural quando bem projetados pelos órgãos públicos e principalmente pelos agricultores.

Campanhola e Graziano da Silva (1999) apontam inclusive que qualquer iniciativa regional ou local para o desenvolvimento do turismo no meio rural deve se iniciar por um zoneamento econômico e ecológico do espaço rural, seguido de uma descrição dos principais produtos turísticos e análise de sua demanda atual e potencial, do ordenamento do território, das atividades produtivas e do cadastramento de agricultores que seriam beneficiados devido ao seu potencial para explorar esta atividade. Além disso, afirmam que é a elaboração de diretrizes que deverão nortear as ações, propostas e planos que operacionalizem os programas de ação institucional, técnico e administrativo.

Os mesmos autores alertam para alguns obstáculos evidentes para a viabilização de desenvolvimento do turismo em área rural. O primeiro e mais crítico é a falta ou a precariedade da infra-estrutura, tais como: água e esgoto, serviço de limpeza, segurança, hospitais, emergência, etc. As alternativas para sanar essas dificuldades requer investimentos vindos primeiramente do setor público. O município responsável pelos serviços de água, coleta de lixo, energia elétrica, etc., não atende à população rural e tampouco tem competência para legislar fora do perímetro urbano. O segundo obstáculo é a falta de pessoal treinado para todos os níveis de atividades praticadas e aos serviços oferecidos na área rural. O terceiro problema é a falta de apoio institucional e de pessoal para o desenvolvimento e promoção do turismo, políticas, planejamento, estrutura, regulamentação e organização. Por último, há falta de preparação e algumas vezes de interesse na promoção e venda dos produtos relacionados ao turismo na área rural, por parte dos agentes de turismo e operadoras, dada a natureza da baixa escala de tais empreendimentos. O autor enfatiza que há falta de estratégias de marketing, bem como ações voltadas para a comercialização e promoção dos produtos deste tipo de turismo e também, a falta de importância dada às populações rurais, seus meios de vida e suas atividades.

Com o intuito de averiguar tais teorias e benefícios, inicia-se os estudos sobre turismo rural e também a pesquisa de campo, onde se conseguiu aporte para a realização do mesmo.

Desta forma, foram confrontados os dados de uma região que já possui o turismo rural em franca expansão conhecida como "*O Caminho das Pipas*", na localidade de Boa Esperança/Rolante-RS, com a localidade de Taquara - RS, se tem o interesse em averiguar se a mesma possui condições para ofertar este serviço a futuros clientes.

A rota turística "*O Caminho das Pipas*" já existe há aproximadamente dez anos. Percebeu-se na pesquisa que é uma região que possui sua base econômica voltada basicamente para a produção de vinhos. Os moradores desta localidade estão conscientes da necessidade em se preservar a natureza e manter vivos os costumes e a tradição da sua origem, que é predominantemente italiana. Elementos esses, segundo o referencial teórico utilizado, que são de suma importância para o desenvolvimento e manutenção do turismo rural.

Na localidade de Taquara/RS, o turismo rural ainda não foi implantado efetivamente, apesar de já haver sido iniciado um trabalho a respeito do assunto, intitulado de “*Caminhos de Rodeio Bonito*”.

Porém, quando analisado os dados da pesquisa, fica visível que o município está caminhando para este setor, pois como mostraram os dados, os produtores já realizam em muitos casos esta atividade sem a conhecerem ou pelo menos sem a noção de que a estão fazendo. Um exemplo disso é a comercialização dos seus produtos a clientes que visitam sua propriedade, a venda de peixes através dos pesque-pague, a abertura de agroindústrias e a venda de seus produtos agroindustrializados entre outras.

Com a criação deste mercado para o escoamento da produção agrícola há um complemento na renda das famílias rurais. Podendo ser explorado através de produtos característicos da região e, que tenham qualidades diferenciadas em relação aos encontrados no comércio varejista tradicional.

Outro tema que possui relação estreita com o turismo rural é a questão ambiental. Atualmente a questão ambiental é um dos temas que mais tem chamado a atenção das pessoas, devido à valorização que se tem dado à qualidade de vida.

A preocupação com a qualidade dos alimentos que estão adquirindo fazem com que muitos consumidores se desloquem até as feiras dos agricultores ou mesmo às propriedades em busca de produtos agroecológicos, ou seja, que sejam produzidos sem agrotóxicos.

Schneider e Fialho (2000) mostram um exemplo já bem sucedido em várias iniciativas deste tipo, que é a venda de produtos sem agrotóxicos que enfatizam as qualidades de consumo de alimentos naturais. Além disso, este tipo de produção, por requerer maiores tratamentos culturais e ocupar mais tempo de trabalho do agricultor, em geral, acaba se constituindo em um “*nicho*” cuja viabilidade se dá, em larga medida, embora não exclusivamente, em função dos preços mais altos pagos por consumidores de maior poder aquisitivo. Em um contexto onde se desenvolvem ações relacionadas ao turismo rural pode ocorrer uma aproximação quase direta entre o consumidor desses alimentos e o agricultor, o que favorece a ambos em termos dos preços praticados, que podem alcançar patamares mais razoáveis porque eliminam a fase de circulação das mercadorias. Com isso, há uma absorção da mão-de-obra, que pode ocorrer tanto em atividades internas às propriedades rurais como externas.

A tecnologia associada à nova consciência social de preservação da natureza tem desenvolvido e impulsionado diversas atividades alternativas no meio rural, entre elas o turismo, que acabam possibilitando uma série de melhorias, tais como novas oportunidades de emprego e trabalho, qualificação profissional, melhor nível de escolaridade dos trabalhadores, novos produtos e opções de prática econômica, melhor remuneração, melhor qualidade de vida, melhor infra-estrutura, preservação do meio ambiente, educação ambiental, preservação da cultura, melhor forma de utilização do espaço rural, valorização do imóvel, tanto do ponto de vista econômico como também do valor intrínseco creditado pela comunidade.

É importante ressaltar que, para o turista se deslocar para uma área de turismo rural, ele leva em consideração a localização do empreendimento, o acesso, o tempo de viagem e de permanência, o custo, os atrativos oferecidos, o conforto apresentado, o atendimento adequado, a possibilidade de convivência maior e mais intensa entre os familiares, a participação no processo produtivo da área rural, o conhecimento das peculiaridades de uma área rural, o contato com a natureza, a tranqüilidade e a paz. Isso tudo com o objetivo de atender ao desejo do turista que espera encontrar atividades de lazer, contato com a natureza, conhecer os modos de produção e o encontro com a cultura local. Compreende-se, pois, que o turista procure visitar regiões que sejam totalmente diferentes do lugar onde reside buscando, nessa atividade, sair da rotina dos grandes centros. A visita a locais que apresentam fisionomias características de um passado, de modo de vida bucólica, de natureza tranqüila, de ambiente agradável, de momentos de paz, funcionando como um refúgio, onde pode combater o *stress* produzido no dia-a-dia dos grandes centros urbanos.

Com relação aos problemas constatados na pesquisa realizada no município de Taquara, ficou evidente a elevada idade dos responsáveis pela propriedade e de seu cônjuge. Isto se configura como um problema maior, pois foi relatado que os filhos destes agricultores não possuem vontade de retornar ao campo ou voltar a morar na propriedade. Deste modo, o turismo rural e toda a produção agrícola estariam comprometidos na propriedade.

Porém, em outras propriedades, o turismo rural apresenta plenas condições de se fixar e se desenvolver, pois tanto a propriedade apresenta condições para receber o turista, quanto a vontade dos filhos em permanecer no campo é real.

Outro fator negativo encontrado no município de Taquara foi a distância entre as propriedades em estudo. Frente a este tipo de problema, destacam-se duas alternativas: uma seria a criação de mais de uma rota turística; e a segunda, seria a agregação de um número maior de produtores que complementassem a rota turística, fazendo com que mais agricultores também se beneficiassem da atividade. Este aumento no número de produtores para complementar a rota faria com que os turistas tivessem maiores opções na escolha do caminho a percorrer, das propriedades para visitar ou de quais produtos gostariam de adquirir.

O turismo rural, como qualquer outra atividade, exige profissionais que possuam um mínimo de conhecimento para o seu planejamento e implantação. É importante que os agricultores busquem este conhecimento através de cursos oferecidos por diversos órgãos sociais ou empresas consultoras do ramo.

Outro fator associado ao desenvolvimento e sustentabilidade do turismo é a educação. Na localidade de Boa Esperança, juntamente com o desenvolvimento do turismo rural, a educação entre os produtores, ganha destaque. Hoje ela é um dos fatores que mais incentivo recebe dos agricultores. Fato este comprovado através da pesquisa de campo, onde ficou evidenciado o acréscimo no nível escolar na faixa etária mais jovem.

A diversidade de produtos comercializados entre os produtores é cada vez maior. No início, o único produto comercializado era o vinho, aos poucos outros produtos foram fazendo parte dos produtos oferecidos aos clientes, entre eles, ovos, queijos, compotas, massas, etc.

A relação entre o binômio mão-de-obra/turismo rural se confirma na época da colheita da uva, quando o aumento da contratação da força braçal se dá com maior intensidade na localidade de Boa Esperança. Na localidade de Taquara, esta intensidade da contratação da mão-de-obra, se dá na época da “despesca”, ou seja, na época em que os agricultores secam seus açudes e vendem os peixes para os clientes. A despesca geralmente ocorre poucos dias antes da semana Santa, é quando a procura por este produto se dá com maior intensidade.

Conforme o relato dos produtores, a implantação da rota turística trouxe a eles uma melhor qualidade de vida e uma segurança financeira, pois antes da implantação desta rota isso eles não tinham.

Na infra-estrutura, houve uma melhora de um modo geral, indo desde o acesso à propriedade quanto na infra-estrutura interna da propriedade, seja na

aquisição de algum equipamento que os ajudasse a melhorar o desempenho e a qualidade da sua produção de vinho, para os produtores de Boa Esperança ou na própria instalação física da propriedade, como o aumento e/ou melhoramento dos galpões, casas e outros.

A conscientização ambiental já é algo real nesta comunidade, porque eles possuem a noção do que é certo ou não fazer. As crianças desde cedo aprendem que a beleza da natureza, juntamente com a qualidade dos produtos oferecidos e a dedicação que eles oferecem aos seus clientes, é que faz a diferença, tornando a rota turística o que ela é atualmente.

Segundo os produtores, o meio ambiente, após a implantação da rota turística é o que mais tem se beneficiado, pois antes as áreas que eram utilizadas na produção de alimentos, hoje se tornaram área de mato. Outro fator que cabe salientar é o aumento do número e da diversidade de animais que, conforme os produtores, houve um aumento substancial.

Outro destaque no aspecto da preservação dos hábitos e costumes foi a criação pelos produtores do “Baile à Italiana”. Esta é uma forma de manter vivos os laços com a etnia e também de mostrar a riqueza cultural que existe entre as diversas comunidades.

Pelo exposto, conclui-se que, devido aos resultados obtidos nas pesquisas, a prática da atividade turística no meio rural pode representar a solução de diversos problemas, um grande incremento econômico e a melhoria das condições gerais de vida das comunidades envolvidas na localidade de Taquara/RS e, porque não dizer do seu entorno, ou seja, mais uma evidência de um “novo rural” que está a desenvolver-se na região estudada. Tal conclusão leva a afirmar que o turismo rural merece ser incentivado e desenvolvido de forma adequada e consciente, pois representa, em última análise, a valorização não só do patrimônio natural e cultural e a proteção do meio ambiente, mas, principalmente, a valorização do homem como beneficiário final de todo o processo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R., BALDISSERA, I. T., CORTINA, N., FERRARI, D., SILVESTRO, M., TESTA, V. M. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios — Chapecó. Brasília, 1997, mimeo (Convênio FAO-Incra/CPPP-Epagri).

ABRAMOVAY, Ricardo. In: **O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento**. Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento Rural. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **Pluriatividade**: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In.: TEDESCO, J. C. (org) Agricultura Familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: Esenpl, 1999.

ALMEIDA, Joaquim Anécio – FROEHLICH, José Marcos – RIEDL Mário – **Turismo Rural e desenvolvimento Sustentável**. Campinas, SP: Papyrus, 2000. – Coleção Turismo.

ALMEIDA, J.A. **Turismo rural**: uma estratégia de desenvolvimento via serviços. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL Turismo no espaço rural brasileiro, 1., 1999, Piracicaba. Anais... Piracicaba: FEALQ, 1999, 239p. p. 83-97.

ALMEIDA, J.A.; SOUZA, M. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**: duas experiências brasileiras, 2000. Disponível em: <http://www.ufsm.br/turismorural/text-7.htm>>. Acesso em: 18 jul. 2007.

ANGELO-MENEZES, M. de N. **O sistema agrário do Vale do Tocantins Colonial**: agricultura para consumo e para exportação. Revista Projeto Historia: Espaço e Cultura, São Paulo, n.18, 1999.

BADARÓ, R. A. Lacerda. **O direito do turismo**: história e legislação no exterior e no Brasil. Ed. Senac. São Paulo: 2003.

BALDISSERA, C. M.; BALDASSO, N. A.; CALCANHOTO, F. A; MENA BARRETO, H. **A ocupação do espaço na região do Vale do Rio dos Sinos**. In: II Simpósio Sul Brasileiro de Educação Ambiental, 2003, Itajaí/SC. UNIVALE, 2003.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: editora Senac, 1998.

BENEVIDES, Irleno Porto. **Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local**. in: RODRIGUES, Adyr Bailestrari, (org), Turismo e Desenvolvimento Local, São Paulo: HUCITEC, 1996, p 23-41.

BERTALANFFY, Ludwig von. **Teoria geral dos sistemas**. Trad. Francisco M. Guimarães. Petrópolis, Vozes, 1973. 351p.

BLALOGH Jr., H.M. **Introdução à pesquisa social**. Zahar Editores – Rio – 1976.

BOISIER, Sergio. **El vuelo de una cometa**: uma metáfora para uma teoria del desarrollo territorial. Santiago de Chile: Ilpes/CEPAL, 1997. 34 p.

BUAINAIN, ANTÔNIO MÁRCIO ROMEIRO, ADEMAR R. GUANZIROLI, CARLOS - **Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural**. Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 312-347

BUARQUE, S.C. Construindo **o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 180 p.

BUARQUE, S., C. **Desenvolvimento sustentável**: conceitos e desafios. Bahia Análise e Dados, v.6, n.2, set/1996, SEI/ Salvador, p. 5-15.

CARMO, Maristela S. do. (Re) **Estruturação do sistema agroalimentar no Brasil**: a diversificação da demanda e a flexibilidade da oferta. São Paulo, IEA, 1996. 256p. (*Estudos Agrícolas*, 5)

CAVACO, Carminda. **Turismo Rural e Desenvolvimento Local**. In. RODRIGUES, Adir B. Org. Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996 p. 95-121.

CORNER, Dolores Martin Rodriguez. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

DIAS, Reinaldo. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

ELESBÃO, I. **O turismo como atividade não agrícola em São Martinho-SC**. In: ALMEIDA, J.A. e RIEDL, M. Turismo Rural: Ecologia, Lazer e Desenvolvimento. Bauru-SP: EDUSC, 2000. 264p. (Coleção turis). Cap.10, p. 245-163.

ETGES, Virgínia Elisabeta. **Turismo rural**: uma alternativa de desenvolvimento para as comunidades rurais. In: LIMA, Luiz Cruz. Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza: UECE, 1998.

FERREIRA JÚNIOR, Fleury de Souza. **A dinâmica e o desenvolvimento do setor turístico brasileiro na década de 90**. Monografia. UFPB. Campina Grande, PB: 2000.

FIALHO, Marco Antônio Verardi. **Agricultura familiar e as rendas não-agrícolas na região metropolitana de porto alegre**: um estudo de caso dos municípios de Dois Irmãos e Ivoti – RS. UFRGS, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J e CAMPANHOLA, Clayton. **O agroturismo como nova forma de renda para o pequeno agricultor brasileiro**. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário (Orgs.). *Turismo Rural: Ecologia, Lazer e Desenvolvimento*. São Paulo: EDUSC, 2000. p.

GRAZIANO DA SILVA J. e CAMPANHOLA, C. (2000) **O Novo Rural Brasileiro: Uma Análise Nacional e Regional**. Campinas, EMBRAPA/UNICAMP. (4 volumes).

GRAZIANO DA SILVA J. e CAMPANHOLA, C. **Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL: Turismo no espaço rural brasileiro, 1999, Piracicaba. Anais... Piracicaba: FEALQ, 1999 p. 9-42.

GRAZIANO DA SILVA, J.; VILARINHO, C.; DALE, P.J. **Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil**. In: Almeida, J. A.; Riedl, M.; Froehlich, J. M. (orgs). *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. Campinas, SP: Papirus, 2001.

SILVA, José Graziano da; VILARINHO, Carlyle; DALE, Paul J. **Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil**. In: Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. Santa Maria: UFSM, 1998. 190p

GRAZIANO DA SILVA, J.; GROSSI, Mauro Eduardo Del. **O novo rural brasileiro**. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. **A Modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária**. p.137-143. In: STÉDILE, J. P. (coord.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. In: *Revista Nova Economia*, v.7, nº 1, p.43-81, 1997.

_____. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. 2.ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

_____. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**. In: Estudos avançados. Volume, 15 n°43 São Paulo Setembro/Dezembro. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> acesso em 23 de maio de 2007.

GRAZIANO DA SILVA, J.; O. BALSADI e M. DEL GROSSI (1997) **O emprego rural e a Mercantilização do Espaço Agrário**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, 11 (2): 50-64 (abr./jun.).

GRAZIANO NETO, F. **Breve história da reforma agrária**: Distributivismo e inclusão no campo. In: Cadernos Adenauer. Revolução no campo. Dezembro/2004. nº3

GUANZIROLI, Carlos E. (coord.). **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar**. Brasília, FAO/INCRA. 1994. 98p. (versão preliminar).

HUTTER, L.M. **A imigração italiana no Brasil (séc. XIX e XX)**: dados para a compreensão desse processo. In DE BONI L.A.(org.) A presença italiana no Brasil. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Angelli, 1987, v. I.

IRVING, M.A. **Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico**. Caderno Virtual de Turismo, n. 18, dez. 2005.

KAGEYAMA, A. **Pluriatividade na agricultura**: alguns aspectos conceituais. In: ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36, v.2, pp.555-566, Poços de Caldas, 1998

LABAT, J.L. F-C. e PEREZ, S.F.O. **Mercado de Trabajo Agrario y Desarrollo Rural**. Revista de Estudios Agro-Sociales. Madrid (España). 1994. p. 89-118.

LEITE, S. P. **Padrão de financiamento, setor público e agricultura no Brasil**. In. LEITE. S. P. (Org.). Políticas públicas e agricultura no Brasil. Editora da UFRGS: Porto Alegre/RS, p.p. 53-94, 2001.

LEMOS, Leandro de. **Turismo**: que negócio é esse? Uma análise da economia do turismo- 3.ed. Ver e atual – Campinas S. P. Papirus Editora, 2001.

LICKORISH, Leonard J., JENKINS, Carson L. 2000. **Introdução ao Turismo**. Trad: Fabíola de Carvalho S. Vasconcellos. Rio de Janeiro:Campus.

LUCHIARI, M.T.D.P. **Turismo e território**: sustentabilidade para quem? In: PORTUGUEZ, A.P. Agroturismo e desenvolvimento regional. São Paulo: Editora HUCITEC, 2002.

MACÊDO, M. M. C. **Orientação para elaboração do trabalho final**. Brasília: Fundação Getúlio Vargas, 2001, p. 35.

MARINHO, Alcyane (org). BRUHNS, Heloisa Turini (org). **Turismo, lazer e natureza**. São Paulo: ed. Manole, 2003.

MAZOYER, M. *et alii*. **Sistemas de producción campesinos**: conceptos y resultados. Grupo de Investigaciones Agrarias Academia de Humanismo Cristiano. Santiago de Chile, 1988. (*Série Agricultura y Sociedad*, 6/88).

MENDRAS, H. **Les sociétés paysannes**. Gallimard, Paris, 1995.

MOLZ, M. **Florística e estrutura de componente arbóreo de um recurso florestal na Bacia do Rio dos Sinos**. Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado de Botânica, UFRGS, 64p (2004).

OLIVEIRA, L.H. **Turismo rural como estratégia para o desenvolvimento do interior do Brasil**. Esc. de Adm. de Empresas-FGV, São Paulo, 1997.

PIRES, M. J. **Lazer e turismo cultural**. São Paulo: Manole, 2001.

PORTUGUEZ, Anderson P. **Agroturismo e Desenvolvimento Regional**. São Paulo HUC1TEC, 1999.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Consumo e espaço – turismo, lazer e outros temas**. São Paulo: ed. Rocca, 2001.

PRADO JÚNIOR, C. **A Questão Agrária no Brasil**. 3.ed., São Paulo: Brasiliense, 1981.

RABAHY, Wilson A. **Planejamento do turismo**. São Paulo: Ed. Loyola, 1990.

RAMBO, B. **A fisionomia do Rio Grande do Sul**. 2.ed. Porto Alegre: Editora Felbach, 1956.

RANAURO, M.L. **Sustentabilidade numa perspectiva endógena**: contribuição das “comunidades” no plano simbólico do desenvolvimento sustentável. Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, n. 14, p. 21-28, dez. 2004.

RIEDL, M., J. A. ALMEIDA E A. L. BARBOSA (2002). **Turismo Rural**: tendências e sustentabilidade. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. Páginas 81-116.

ROCHE, J. A **Colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, v. 1 e 2, 1969.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço**. Rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1997.

RODRIGUES, Adyr Balastreri. **Turismo desenvolvimento local**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

RODRIGUES, Adyr B. **Turismo e desenvolvimento local**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2002.p. 17-22. (Geografia: teoria e realidade).

SARTOR, Lourdes Fellini. **Turismo Rural**. Porto Alegre. Ed. Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes. 1981.

SCHNEIDER, S. **Os colonos da indústria calçadista**: expansão industrial e as transformações da agricultura no Rio Grande do Sul. Campinas, Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 1994.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 1999. 205p.

SCHNEIDER, S. e NAVARRO, Z. **As mudanças nas ocupações agrícolas e não-agrícolas na agricultura gaúcha**: uma análise a partir dos dados das PNADs de 1981-97. Indicadores Econômicos-FFE. Porto Alegre, Vol. 27, nº 4, p.170-189, 1999.

SCHNEIDER, Sergio; FIALHO, Marco Antônio Verardi. **Atividades não agrícolas e turismo rural no rio grande do sul**. II Congresso Internacional. Santa Maria/RS: 2000. Documento obtido on line: <<http://www.eco.unicamy.br/publicações>>, acesso em 12 de março de 2007.

SEYFERT, G. **Herança e Estrutura Familiar Camponesa**. Boletim do Museu Nacional, nº 52, 30 de maio de 1985.

SILVEIRA, M.A. Tombani da. **Planejamento territorial e dinâmica local**: Bases para o turismo sustentável. In: Balastreri Rodrigues (org). *Turismo e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SLUSZZ, T.; FROEHLICH, J. M. **Lazer e turismo no espaço rural da região central do Rio Grande do Sul**. Revista de Pesquisa e Pós-Graduação – Santo Ângelo, 2003.

SOUZA, M.J.L. **Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local?** In: TEDESCO (org.) *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 394 p., 1999.

SWARBROOKE, J. **Turismo**: conceito e impacto ambiental. São Paulo: Aleph, 2000.

TEDESCO, J. C. **Colonos, carreteiros e comerciantes**: a região do Alto Taquari no início do século XX. Porto Alegre: EST, 2000.

TEIXEIRA, Vanessa Lopes. **Pluriatividade e Agricultura Familiar na região Serrana do Estado do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, 1998. Documento obtido on line: <www.eco.unicamp.br/publicações>, acesso em 12 de março de 2007.

TEIXEIRA, W. (org.), et al. **Decifrando a Terra**. São Paulo: Oficina de Textos, 2003. Ed. 2.

VIER, J. A. **História da Dois Irmãos – RS: Passado e Presente**. Dois Irmãos – RS, 1999. 444p.

VOSS, W. A.; BREYER, F. R. S.; MATTES, G. C. & KONRAD, H.G. 1981: **Constatação e observação de uma população residual de *Blastocerus dichotomus*** (ILLIGER, 1811) (Mammalia, Cervidae) .Iheringia Iheringia. Série Zoologia. Porto Alegre. 25-36.

WOLF, Eric. **Sociedades camponesas**. Segunda Edição. RJ, Zahar Editores, 1976.

XAVIER, Herbe. **A dimensão do turismo no ensino da Geografia**. Anais do 50 Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia. Belo Horizonte: PUC/Minas, 1999, Documento obtido on line: www.members.tripod.com.br/herbe/index2.htm acesso em 17 de maio de 2007.

ZARTH, Paulo Afonso. **Comentários sobre a conferência “História agrária”, de Helen Osório**. História Unisinos – Centro de Ciências Humanas do Vale do Rio dos Sinos. V Encontro Estadual de História, São Leopoldo, 2001.

ZIMMERMANN, Adonis. **Turismo Rural: um modelo brasileiro**. Florianópolis: Ed. do Autor, 1996.

ARTIGOS INTERNET

BARBOSA, Fábila Fonseca. **O Turismo como um fator de desenvolvimento local e/ ou regional**, CAMINHOS DE GEOGRAFIA - revista on line www.ig.ufu.br/caminhos_de_geografia.html Instituto de Geografia, pág. 107-114, Fev/2005. http://www.ig.ufu.br/revista/volume14/artigo10_vol14.pdf.

BALDASSO, Nelson Antônio – **O caso do município de Rolante, 2001** - http://www.rimisp.org/dfid/rolante_br.pdf, acessado em 20 de setembro de 2007.

BALDASSO, Nelson Antônio, CALCANHOTTO, Flávio Abreu e ANNONI, Ana - **O Turismo Rural Agroecológico: uma proposta de construção do desenvolvimento sustentável nas regiões do vale do rio dos sinos e vale do paranhana e encosta da serra**. http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/eeg/1/mesa_11_baldasso_calcanhoto_annoni.pdf, acessado em 20 de setembro de 2007.

FONTANA, Rosislene de Fátima, **A hospitalidade e o turismo no espaço rural: processos de comunicação e trocas culturais** Trabalho apresentado ao NP, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa do Intercom. Disponível em:<
<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/18343/1/R0988-1.pdf>>. Acesso em 08, Jan., 2008.

MENDONÇA, M. C. et al. **Turismo no espaço rural: debate e tendência.** Disponível em: < <http://dae2.ufla.br/revista2002.htm> >. Acesso em: 12, Dez., 2007.

SITES PESQUISADOS

www.emater.tche.br

www.fee.tche.br

www.gruposinos.com.br

www.ibge.gov.br

http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:RioGrandedoSul_Municip_Rolante.svg#file

http://smap.mda.gov.br/credito/anoagricola/rel_anoagricolamunicipioespecificomes.a.sp?cboAnoInicio=1998/1999&cboAnoTermino=2006/2007&cboUF=43&SiglaDaUF=RS&NomeDaUF=Rio%20Grande%20do%20Sul&cboCDMunicipio=4321204

www.taquara.com

<http://www.paranhana.com.br/turismo/img/mapa.jpg>

ANEXOS

ANEXO A - CONTRATOS PRONAF - RS

CONTRATOS PRONAF RS			
Ano	Enquadramento	Contratos	Montante (R\$ 1,00)
1998/1999	EB*	23.883	47.143.230,18
	Grupo C	1.778	5.560.434,42
	Grupo D	16.826	42.992.137,43
		42.487	95.695.802,03
1999/2000	EB*	45.331	101.207.859,88
	Grupo A	1.463	16.864.089,68
	Grupo C	148.56	168.481.499,74
	Grupo D	115.238	258.031.168,99
		310.592	554.584.618,29
2000/2001	EB*	56.801	147.734.402,88
	Grupo A	279	6.871.278,84
	Grupo C	135.478	148.960.263,01
	Grupo D	92.611	244.058.863,32
		563.89	547.624.808,05
2001/2002	EB*	31.366	82.743.592,37
	Grupo A	3.707	30.609.757,45
	Grupo A/C	115	166.796,00
	Grupo C	147.341	213.918.012,30
	Grupo D	88.064	273.525.468,70
		385.478	600.963.626,82
2002/2003	EB*	8.044	26.726.436,89
	Grupo A	8.859	77.339.272,49
	Grupo A/C	91	167.135,81
	Grupo C	156.311	251.692.318,13
	Grupo D	79.581	294.674.725,23
		343.795	650.599.888,55
2003/2004	EB*	975	3.336.356,71
	Grupo A	2.995	32.687.921,62
	Grupo A/C	2.243	5.051.671,71
	Grupo C	167.033	394.265.505,76
	Grupo D	85.531	404.473.064,62
	Grupo E	11.26	109.793.674,45
		1244.062	949.608.194,87

CONTRATOS PRONAF RS			
Ano	Enquadramento	Contratos	Montante (R\$ 1,00)
2004/2005	EB*	24.817	101.712.892,54
	Grupo A	751	7.191.467,06
	Grupo A/C	1.427	3.368.754,58
	Grupo C	173.878	391.764.431,04
	Grupo D	89.342	489.632.985,79
	Grupo E	15.398	185.016.149,82
	Miniprodutores	48.465	171.406.888,
		1104.327	1.350.093.568.83
2005/2006	EB*	57.275	186.643.688,00
	Grupo A	918	15.004.808,76
	Grupo A/C	597	1.388.090,97
	Grupo B	355	355.000,00
	Grupo C	166.321	376.318.512,61
	Grupo D	96.481	558.295.593,73
	Grupo E	21.733	261.816.788,07
		2211.81	1.399.822.482.14
2006/2007	Grupo A	2.8	45.217.684,85
	Grupo A/C	675	1.614.037,79
	Grupo B	135	197.000,00
	Grupo C	138.234	302.245.542,25
	Grupo D	111.049	690.186.991,01
	Grupo E	34.409	403.272.332,29
		1096.492	1.442.733.588.19
2007/2008	Grupo C	139	53.535.255,10
	Grupo D	889	456.939.701,90
	Grupo E	162	318.272.653,26
		1190	828.747.610.26

Fonte: smap.mda.gov.br (2007)

* Exigibilidade Bancária sem enquadramento

**ANEXO B - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS NAS SECRETARIAS
MUNICIPAIS**

1. Com relação ao Turismo Rural, o município possui algum tipo de ação/política?
2. No ponto de vista do Sr/Sra. quais são os objetivos destas ações/políticas?
3. Quem são os beneficiados destas ações/políticas?
4. Existe alguma instituição no município envolvida no desenvolvimento dos projetos relacionados ao Turismo Rural?
5. Em que situação se encontra estas ações/políticas de apoio no município?
6. Se não existem políticas/ações, porque elas não são acessadas pela Secretária do Desporto e Turismo?
7. Por que o município não consegue implantar o Turismo Rural? O que o Sr/Sra. acredita que esteja faltando?
8. O Sr/Sra. acredita que o Turismo Rural poderia oferecer sustentabilidade para os produtores envolvidos com o Turismo Rural. De que maneira?
9. O município possui atualmente algum projeto voltado para a implantação/desenvolvimento do Turismo Rural?
10. O município oferece condições para que o mesmo possa ser implantado?

ANEXO C - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS PRODUTORES.**I – IDENTIFICAÇÃO**

N0. formulário _____

1.1) Data

entrevista _____

1.2) Nome do responsável pelo estabelecimento _____**1.3) Tem outros domicílios no estabelecimento** sim () não (). Quem ()

(1) Filho, (2) Filha, (3) Pais/Sogro, (4) Genro/nora, (5) Irmãos, (6) Empregados/Caseiros, (7) Outros

1.4) Quanto tempo a família reside nessa propriedade (1) 0 – 5, (2) 6 – 10, (3) 11 – 20, (4) + de 20 anos**1.5) Forma de aquisição da propriedade:** (1) Herança (2) Compra**II - CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA****2.1) Origem étnica**

1. Do responsável (1) brasileiro, (2) português, (3) polonês, (4) ucraniano, (5) italiano, (6) alemão, (7) outros

2. Do cônjuge (1) brasileiro, (2) português, (3) polonês, (4) ucraniano, (5) italiano, (6) alemão, (7) outros

2.3) Composição da família

1) Membros/nome	2) Grau de parentesco	3) Idade	4) Escolaridade	5) Residência	6) Ocupação atual	7) Ocupação Anterior	% da dedicação Atividade
1					1 () 2 ()	1 () 2 ()	
2					1 () 2 ()	1 () 2 ()	
3					1 () 2 ()	1 () 2 ()	
4					1 () 2 ()	1 () 2 ()	
5					1 () 2 ()	1 () 2 ()	
6					1 () 2 ()	1 () 2 ()	
7					1 () 2 ()	1 () 2 ()	
8					1 () 2 ()	1 () 2 ()	
9					1 () 2 ()	1 () 2 ()	
10					1 () 2 ()	1 () 2 ()	
11					1 () 2 ()	1 () 2 ()	
12					1 () 2 ()	1 () 2 ()	
13					1 () 2 ()	1 () 2 ()	

14					1 () 2 ()	1 () 2 ()	
----	--	--	--	--	----------------	----------------	--

- 1) Primeiro nome de cada membro da família.
- 2) (1) Responsável, (2) Cônjuge, (3) Filho, (4) Filha, (5) Pais/Sogro, (6) outros
- 4) Escolaridade: (1) se está cursando e (2) se não está cursando
(1) sem escolaridade, (2) educação infantil (3) 1^a. a 4^a. Séries, (4) 5^a. a 8^a. Séries, (5) Ensino Médio, (6) Ensino Técnico, (7) Ensino Superior
- 5) Residência:
 - (1) no estabelecimento;
 - (2) em outra propriedade no meio rural: (1) da comunidade; (2) do município; ; (3) da RMC; (4) outros;
 - (3) no meio urbano: (1) do município; (2) da RMC; (3) outros
- 6 e 7) Ocupação:
 - (1) Agricultor; (2) do lar; (3) Agroindústria; (4) Estudante; (5) Trabalho assalariado agrícola; (6) Trabalho assalariado não agrícola;
 - (7) Aposentado/pensionista, (8) Autônomo, (9) Caseiro.

III. CONDIÇÃO DO DOMICÍLIO

3.1) Condições da moradia

- 1) Abastecimento de água: (1) Poço/vertente individual; (2) Poço/vertente coletivo; (3) Rede pública.
- 2) Acesso à água encanada (1) sim; (2) não.
- 3) Esgoto: (1) Fossa séptica; (2) Rede; (3) Céu aberto, (4) Poço negro
- 4) Destino dos dejetos humanos: (1) Banheiro interno; (2) Privada externa; (3) Céu aberto
- 5) Tipo de casa: (1) alvenaria; (2) madeira; (3) mista. Condições: (1) boa, (2) razoável; (3) precária.
- 6) Rede Elétrica: (1) sim; (2) não; Tipo de fornecimento: Público (1); Privado (2)
- 7) Telefone: (1) sim; (2) não. Tipo de telefonia: fixo (1); celular rural (2); Celular (3).
- 8) Lixo doméstico: (1) Queima, (2) Enterra, (3) Céu aberto, (4) Lixão comunitário, (5) Coleta pública

3.2) Veículos e equipamentos domésticos

Tipo	1) TV	2) Geladeira	3) Fogão gás	4) Chuveiro Elétrico	5) Freezer	6) Rádio
Quantidade						

7) Parabólica	8) Computador	9) Máquina lavar roupa	10) Tanquinho	11) Carro	12) Moto	13) Bicicleta

IV. ACESSO AOS SERVIÇOS

4.1 Participação na vida da comunidade e do município

1. Entidades/Instituições na comunidade	2. Entidade/Instituições no município	3. Participação
1. Igreja 1. sim () 2. não ()	1. Sind. trab. rurais 1. sim () 2. não ()	1. Igreja 1. sim () 2. não ()
2. Associação agricultores 1. sim () 2. não ()	2. Sind. Rural 1. sim () 2. não ()	2. Associação agricultor 1. sim () 2. não ()
3. Clube de mães 1. sim () 2. não ()	3. Conselhos 1. sim () 2. não ()	3. Clube de mães 1. sim () 2. não ()
4. ONG's 1. sim () 2. não ()	4. Cooperativas 1. sim () 2. não ()	4. ONG's 1. sim () 2. não ()
5. APM's 1. sim () 2. não ()	5. ONG's 1. sim () 2. não ()	5. APM's 1. sim () 2. não ()
6. Não sabe ()	6. Não sabe ()	6. Sind. trab. rurais 1. sim () 2. não ()
		7. Sind. Rural 1. sim () 2. não ()
		8. Conselhos 1. sim () 2. não ()

		9. Cooperativas 1. sim () 2. não ()
--	--	---------------------------------------

3. Quando sim: 1. Sócio /participação, 2. Exerce funções de direção ou outras

V. UTILIZAÇÃO DA ÁREA E PRODUÇÃO

5.1) Condição do produtor

Estabelecimen to	1. Proprietário	2. Arrendatário	3. Parceiro	4. Meeiro	5.Ocupante	6.Total
1. Área						
2. Cultiva?						

2) 1. sim, 2. não

5.2) Utilização da área (ha)

Tipo de uso	1.Área / Hectare
1. Lavoura Temporária	
2. Lavoura Permanente	
3. Horta, e Pomar doméstico.	
4. Mata Plantada	
5. Mata Natural	
6. Pastagem plantada	
7. Pastagem natural	
8. Pousio	
9. Outros usos	
10. Sem uso	

5.3) Técnicas de uso e conservação

1. Curvas de nível 1. sim () 2. não ()
2. Consórcio de Produtos 1. sim () 2. não ()
3. Rotação de culturas 1. sim () 2. não ()
4. Queimadas 1. sim () 2. não ()
5. Adubação verde 1. sim () 2. não ()
6. Plantio Direto 1. sim () 2. não ()
7. Sistemas Agroflorestais e Agrossilvopastoril 1. sim () 2. não ()
8. Existem nascentes, sangas, córregos? 1. sim () 2. não ()
9. Existe mata ciliar nestas áreas de nascentes e córregos 1. sim () 2. não ()
10. Existe proteção artificial nas nascentes 1. sim () 2. não ()

5.4 Usos e problemas com os recursos naturais.

1. Existem tipos diferentes de solos: 1. sim () 2. não ()
2. Existem erosões de solos: 1. sim () 2. não ()
3. Existem cultivos em áreas quebradas: 1. sim () 2. não ()
4. Utiliza madeira da propriedade: 1. sim () 2. não ()
5. Utiliza água da propriedade: 1. sim () 2. não (). Finalidade 1. Irrigação (); 2. Abastecimento de pulverizadores (); 3. Limpeza de maquinas e equipamentos (); 4. Criação ().

5.5) Destino das embalagens de agrotóxicos e produtos veterinários

1. Recolhido pela SEAB ou empresas: 1. sim () 2. não ()
2. Queima na propriedade: 1. sim () 2. não ()
3. Enterra na propriedade: 1. sim () 2. não ()
4. Reutiliza: 1. sim () 2. não ()
5. Deixa a céu aberto: 1. sim () 2. não ()
6. Armazena na propriedade: 1. sim () 2. não ()

5.6) Assistência Técnica: 1. sim () 2. não ()

1. Secretaria Municipal ()
2. Emater ()
3. Privada () _____ (nome)
4. SENAR (...)

- 5. SEBRAE ()
- 6. ONG's ()
- 7. Universidade ()
- 8. Outros ()

5.7) Produção agrícola nos últimos 12 meses

1) Culturas	2) Área plantada	3) % de perda	4) Quantidade colhida Total (kg,maço,ton)		5)Pra quem vende	6) Calcário	7) Adubo Químico	8) Adubo Orgânico	9)Agrotóxicos			10)Sementes	
			1. Venda	2. Consumo					1.Ins	2.Fun	3.Her	1.Cert	2.Prop
1													
2													
3													
4													
5													
6													
7													
8													
9													
10													
11													
12													
13													
14													
15													
16													
17													
18													
19													
20													
21													
22													
23													
24													
25													
26													

1) Seqüência de culturas por importância na geração de renda e horta e pomar caseiros

5) (1) Cooperativa; (2) Supermercado; (3) Empresas agropecuárias; (4) Direto ao consumidor; (5) Feiras; (6) CEASA; (7) Intermediários; (8) Outros (quem?).

Uso de tecnologia (do 6 ao 10): (1) Sim; (2) Não

Quantidade									
------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--

6.2) Veículos e equipamentos para produção da associação ou comunidade

Tipo	1.Caminhão	2.Trator	3.Gra-de	4.Moto-res	5.Pulverizador mecânico	6.Plantadeira	7.Colheitadeira	8.Microtrator	9.Ordenhadeira mecânica
Quantidade									

Tipo	10.Pulverizador costal	11. Arado / aiveca	12. Carroça	13. Carpideira/cultivador	14. Riscadeira/bico de pato	15. Aterrador	16.
Quantidade							

6.3) Construções.

Tipo	1) Silos	2) Galinheiros	3) Estrebaria	4) Galpões	5) Estufas	6) Granjas	7) Tanques	8) Casa	9)
Área (m ²)									

VII. FINANCIAMENTO.

a) Tipo de financiamento	b) Fonte financiadora	c) Valor financiado
1. Investimento		
2005/2006		
2003/2004		
2001/2002		
1999/2000		
1997/1998		
2. Custeio		
2005/2006		
2003/2004		
2001/2002		
1999/2000		
1997/1998		

VIII. UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA NOS ÚLTIMOS 12 MESES

- 1) Mão de obra familiar: sim (1) não (2). Número de pessoas () Que atividade: _____
- 2) Empregados permanentes: sim (1) não (2) Número de pessoas () Que Atividade: _____
- 3) Empregados temporários: sim (1) não (2). Número de pessoas () Que atividade: _____
- 4) Troca de dias: sim (1) não (2). Quantidade de dias ()
- 5) Participa de mutirão sim (1) não (2). Número de Pessoas ()

IX. MUDANÇAS OCORRIDAS NO ESTABELECIMENTO

9.1) Tipos das mudanças na propriedade nos últimos 20.

Tipos de mudança	1. Aumentou	2. Diminuiu	3. Motivo
1) Área total do estabelecimento			
2) Área com lavoura			
3) Área de mato/floresta			
4) área com pastagem			
5) Número de culturas			

6) Uso de insumos químicos / agrotóxicos			
7) Uso de insumos orgânicos/verde			
8) Uso de máquinas e implementos agrícolas			
9) Pássaros silvestres			
10) Outros animais silvestres			
11) Diversidade de animais silvestres			
12) tipos de pragas e doenças			
13) Fertilidade do solo			
14) Volume de água das nascentes			
15) Volume de água dos córregos e rios			
16) Qualidade de água das nascentes			
17) Qualidade da água dos córregos e rios			
18) Mão de obra empregada na propriedade			

9.2) Você tem título de propriedade? sim (1) não (2)

9.3) Existe agroindústria na comunidade. sim (1) não (2) Quais? _____

9.4) Mudanças ocorridas na comunidade nos últimos 20 anos?

Festas Típicas, Eventos?

Atividade Turística com preservação de costumes, Tradições, Hábitos.

PROJETO FAMILIAR

1- Está satisfeito com a atividade agropecuária (1) Sim (2) Não

2 – Se gostaria de mudar de atividade (1) Sim (2) Não

3- Se os filhos possuem intenção de continuar as atividades (1) Sim (2) Não

4 – O que levou a começar a atividade?

5- Que tipo de apoio teve. (1) Linha de crédito (2) Capacitação (3) Outros e quais _____

6 – Quanto investiu? E quanto pretende ampliar? _____